



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

LUCAS D'AVILA

**“CARDÁPIO EXÓTICO”: a mercantilização e hipersexualização de mulheres
prostitutas migrantes na indústria sexual alemã**

Florianópolis
2019

LUCAS D'AVILA

**“CARDÁPIO EXÓTICO”: a mercantilização e hipersexualização de mulheres
prostitutas migrantes na indústria sexual alemã**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado .

Orientador: Profa. Dra. Karine de Souza Silva

Florianópolis
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota DEZ ao acadêmico Lucas D'Avila na disciplina CNM 7280 – Monografia, pela apresentação do trabalho intitulado **“CARDÁPIO EXÓTICO”: a mercantilização e hipersexualização de mulheres prostitutas migrantes na indústria sexual alemã**

Banca Examinadora:

Karine de Souza Silva

Graziella do Ó Rocha

Yasmim Pereira Yonekura

*Dedico este trabalho a todos aqueles que migram e fogem; que tiveram suas vozes silenciadas, esquecidas, mas que continuam lutando todos os dias para reavivá-las.
Que a minha voz possa servir de instrumento para a reedificação de suas.*

AGRADECIMENTOS

Diante de tantas histórias, acontecimentos e vivências que marcaram minha trajetória nesses cinco anos de graduação, gostaria de agradecer a todos aqueles que, neste caminho de alegrias e tristezas, dores e sorrisos, acompanharam-me, não apenas durante a realização deste trabalho, mas, acima de tudo, na busca pela melhor versão de mim mesmo.

A lista de nomes é horizonte para as minhas memórias. Gostaria, no entanto, de agradecer em primeiro lugar àqueles que considero minha família: aos meus pais, ao meu irmão, à minha tia e aos meus amigos do peito. A vocês, minha eterna gratidão.

Em um segundo momento, agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina; a todos os professores, servidores, terceirizados e demais colegas que acompanharam minha trajetória dentro e fora dessa instituição de educação pública e que, por ela, lutaram e lutam pela sua continuidade diante de momentos de tantas incertezas. A vocês, meu eterno respeito.

Também agradeço à minha professora orientadora, a Profa. Dra. Karine de Souza Silva, por toda a sabedoria, simplicidade e consciência que me foram passadas pela sua pessoa; também, por todo o seu apoio na abertura de meus caminhos para com as vozes daqueles que migram e fogem. Obrigado por iluminar minha trajetória durante esses anos, guiando-me pela linda história que vivi, repleta de diálogos, desconstruções e empoderamentos. A você, minha eterna consideração.

Finalmente, gostaria de agradecer a todos os migrantes e refugiados que tive contato durante minha trajetória, assim como a todos aqueles que me nortearam pelo caminho das migrações, de tantas vozes e histórias, mas também de tantas invisibilizações, dores e esquecimentos. Que meu corpo e minha voz possam, cada vez mais, servir de instrumento neste mundo de extremos, assim como outros corpos e vozes, que chegaram até mim pelo tempo, guiaram-me até então. A vocês, minha eterna diligência.

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo geral compreender a indústria sexual alemã como continuidade da colonialidade do país na mercantilização e hipersexualização de mulheres prostitutas migrantes. Para tal, o trabalho fez um levantamento dos aparatos biopolíticos utilizados pela cena de prostituição da Alemanha que objetificam, sexualizam, “coisificam” e, assim, invisibilizam essas mulheres, já racializadas e marginalizadas pela modernidade civilizatória europeia. Ademais, o trabalho dialogou com os estudos Pós-coloniais, Decoloniais, foucaultianos e feministas de modo que se evidenciassem os aspectos mercantilizantes e hipersexualizantes do colonialismo alemão que são continuados pela indústria sexual alemã contemporânea. Por fim, a presente pesquisa revisou a historiografia colonial alemã de “coisificação” e sexualização de corpos colonizados, voltando atenção ao panorama colonial alemão responsável por produzir duas sexualidades à mulher originária não-branca, dicotomizando-a como “ameaça” e como objeto de desejo pelas massas masculinas brancas.

Palavras-chave: Indústria Sexual Alemã Contemporânea. Mulheres Prostitutas.

Mercantilização. Hipersexualização. Racialização. Biopoder. Modernidade Europeia.

ABSTRACT

This research has the main purpose of understanding the contemporaneous German sex industry as a continuity of the German's coloniality in the commodification and hypersexualization of migrant prostitutes. To this end, the work surveyed the biopolitical apparatuses used by the prostitution scene in Germany that objectify, sexualize, and thus make invisible these women, already racialized and marginalized by European civilizing modernity. Also, the work dialogued with Postcolonial, Decolonial, Foucaultian, and Feminist Studies in order to highlight mercantilizing and hypersexualizing aspects of German colonialism that are continued by the contemporary German sex industry. Finally, the present research revised the German colonial historiography of "thingification" and sexualization of colonized bodies, turning attention to the German colonial scene, which is responsible for producing two sexualities to non-white native women, dichotomizing her as a "threat" to the European society and as an object of desire to the white male masses.

Key-words: Contemporaneous German Sex Industry. Women Prostitutes. Commodification. Hypersexualization. Racialization. Biopolitics. European Modernity.

LISTA DE ABREVIATURAS

BMFSFJ	Ministério Federal da Família, Idosos, Mulheres e Jovens.
BKA	Departamento Federal de Investigações da Alemanha
BMJV	Ministério Federal da Justiça e Proteção ao Consumidor
DESTATIS	Escritório Oficial de Estatística Alemão
KOFRA	Centro de Comunicação para Mulheres sobre Condições Trabalhistas e Bem-Estar
KRIPO	Agência de Investigação Criminal
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ProstG	Lei para a Regulamentação do Status Legal das Prostitutas
ProstSchG	Lei de Proteção às Pessoas Empregadas na Prostituição
TAMPEP	Rede Europeia para a Promoção de Direitos e Saúde dentre Migrantes Trabalhadores do Sexo
UEGD	Associação dos Empresários do Setor Erótico da Alemanha
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. A INDÚSTRIA SEXUAL ALEMÃ CONTEMPORÂNEA.....	15
2.1. A prostituição como uma problemática contemporânea.....	16
2.1.1. Alemanha: o “bordel da Europa”	20
2.1.2. A “consumida” colonizada.....	30
2.1.3. O “consumidor” colonizador.....	34
2.2. Considerações parciais.....	37
3. BIOPOLÍTICA, COLONIALIDADE E A “COISIFICAÇÃO” DE CORPOS COLONIZADOS.....	40
3.1. A produção de corpos e sexualidades na modernidade civilizatória europeia	40
3.2. A objetificação e hipersexualização de mulheres não-brancas.....	48
3.3. Considerações parciais.....	55
4. A COLONIALIDADE ALEMÃ NA SEXUALIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DE CORPOS COLONIZADOS	57
4.1. A historiografia colonial alemã de objetificação de corpos não-brancos	58
4.1.1. A <i>scientia sexualis</i> alemã do século XIX.....	63
4.1.2. As violências sexuais do colonialismo alemão	69
4.2. Hotentotes, zoologismos humanos e a indústria sexual alemã contemporânea.....	73
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
6. REFERÊNCIAS	82

1. INTRODUÇÃO

A modernidade europeia representa um tempo-chave para a compreensão de diversas problemáticas contemporâneas. Ao analisar a historiografia desse período, percebe-se que o avanço das potências brancas ocidentais sobre populações originárias em África, Ásia, América Latina e Oceania foi determinante ao estabelecimento de padrões de poder, saber e ser que priorizam certos corpos e conhecimentos em detrimento de outros. Como resultado, o sistema-mundo do tempo moderno se tornou um em que as pessoas passaram a ser hierarquizadas por distintas categorias biológicas e sociais. Enquanto alguns se tornaram sinônimo de “superioridade racial”, outros foram personificados como seres primitivos, animais e hipersexualizados, logo passíveis de “civilização”, “docilização” e “consumo” por aqueles considerados “superiores”.

No tocante a este contexto, é importante ressaltar que as sombras do tempo moderno não se findaram com o término do pacto colonial; a colonialidade das nações europeias ainda permanece presente por entre as sociedades ex-metrópoles e ex-colônias, reforçando estereótipos e violências raciais cometidos contra corpos colonizados. Esse cenário é, em particular, realidade para muitas mulheres racializadas, uma vez que se encontram imersas, nas suas sociedades, em redes hierárquicas que as objetificam e sexualizam por questões de raça, gênero, nacionalidade, entre outros aspectos. Em virtude do racismo e sexismo estruturais, essas mulheres retratam existências hipervulnerabilizadas e, assim, empurradas a condições hiperdesiguais e mundos hiperviolentos, como o do casamento forçado, da prostituição involuntária e, em certos casos, do tráfico para exploração sexual com destino a mercados que supervalorizam a comercialização do sexo – como ocorre com a União Europeia.

À vista destas questões, destaca-se que a União Europeia se configura como um dos maiores mercados de prostituição do mundo, tanto pela massa de mulheres prostitutas que atua no bloco quanto pelo volume de capital que a compra e venda de serviços sexuais geram anualmente. Todos os dias, milhões de pessoas – na sua maioria, homens – buscam por serviços sexuais dessas mulheres. Da mesma maneira, todos os dias, inúmeras são as trabalhadoras do sexo abusadas e violentadas por esses “clientes”. O terreno da prostituição retrata, portanto, uma linha tênue – mas muito bem delimitada – entre aqueles que “consomem” o sexo e aqueles que o “vendem”.

Dentre as cenas de prostituição da União Europeia, a Alemanha se destaca por ter regularizada a compra, a venda e a gestão de atividades lucrativas envolvendo a oferta de sexo.

O país é considerado como o maior mercado sexual do bloco em termos de massa de prostitutas mulheres – sendo, não raras as vezes, associado como o “bordel da Europa”. O consumo desses serviços vem, por outro lado, acompanhado de uma hipervulnerabilização das existências dessas mulheres prostitutas, que, além de objetificadas, são marginalizadas e invisibilizadas pelos poderes públicos e pela sociedade civil alemã.

A regulamentação da prostituição no país é datada do ano de 2002, com a promulgação da Lei para a Regulamentação do Status Legal das Prostitutas. À época, as autoridades alemãs expectavam pelo fortalecimento e consolidação das condições legal e social dessas mulheres prostitutas. O resultado, no entanto, revelou-se o contrário: a Lei “industrializou” a oferta de sexo no país, transformando o campo da prostituição em uma indústria capitalista bilionária, ramificada por distintos nichos de mercado e capaz de vender os serviços dessas mulheres a partir de múltiplas formas e maneiras.

À vista disso, argumenta-se que a Lei de Prostituição banalizou a compra e venda de serviços sexuais na sociedade alemã, deteriorando a força de trabalho dessas trabalhadoras do sexo e reduzindo suas existências a meros “produtos”, “carnes” para o consumo dos clientes desse mercado. Ainda, considera-se que a Lei de Prostituição ressaltou a condição estrutural marginalizada e invisibilizada dessas mulheres, uma vez que não promoveu mecanismos de fomento à saída de tais pessoas da prostituição nem sua reintegração na sociedade.

O panorama de promulgação da Lei de Prostituição não fora o único fator, por outro lado, que contribuiu ao incremento de violências e abusos contra essas mulheres. A maneira pela qual os clientes compram serviços sexuais de prostitutas parece retratar uma continuação da realidade histórica de imposição das potências europeias ocidentais sob territorialidades africanas, asiáticas e americanas – e, assim, sob os corpos negros, mestiços, azeitonados, amarelos e vermelhos. Essa ideia surge do fato de que grande parte das trabalhadoras do sexo do país não é alemã – e muito menos originária de terras da Europa Ocidental. Suas nacionalidades correspondem a espacialidades que estiveram sob influência da colonialidade europeia durante o tempo moderno; logo, não se trata apenas de mulheres prostitutas – e sim, de mulheres prostitutas migrantes racializadas, subjugadas e inferiorizadas pela presença branca.

Diante do exposto, o presente trabalho de monografia terá por objetivo responder a seguinte questão: é possível afirmar que a indústria sexual alemã contemporânea reproduz a colonialidade do país em torno das temáticas de objetificação, sexualização e mercantilização de mulheres racializadas? Se sim, de que modo – ou a partir de quais aspectos – essa indústria reproduz a colonialidade do país? Dessa forma, o objetivo geral desta monografia é o de

investigar a indústria sexual alemã contemporânea como uma continuidade da colonialidade do país nos tópicos de objetificação, sexualização e mercantilização de mulheres racializadas.

A hipótese desta pesquisa é de que a indústria sexual alemã contemporânea continua com a colonialidade do país na sexualização e objetificação desses corpos não-brancos. Será argumentado que essa realidade se materializou especialmente após o ano de 2002, com a promulgação da Lei de Prostituição e, por consequência, com a legalização e regulamentação da compra e venda de sexo na Alemanha. Em virtude deste cenário, o mercado sexual do país se expandiu sem limites pelos anos que se seguiram, tornando a prostituição uma indústria capitalista bilionária ao passo que diminuindo a existência da mulher prostituta em mero “corpo” aos prazeres de clientes.

A fim de responder a esses questionamentos, o trabalho foi estruturado em três objetivos específicos que correspondem aos três capítulos da monografia, a saber: 2) A indústria sexual alemã contemporânea; 3) Biopolítica, colonialidade e a “coisificação” de corpos colonizados; e 4) A colonialidade alemã na sexualização e mercantilização de corpos colonizados. O objetivo do primeiro capítulo é apresentar a indústria sexual alemã, evidenciando o panorama de regulamentação da prostituição no país, a expansão deste mercado após 2002 e os perfis da mulher prostituta e do cliente desses serviços sexuais. O objetivo do segundo capítulo é compreender o horizonte colonial de objetificação, sexualização e mercantilização de mulheres racializadas ao longo da empreitada colonial europeia, relacionando-o com a indústria alemã de prostituição enquanto continuidade dessa colonialidade. Finalmente, o objetivo do terceiro capítulo é revisar a historiografia colonial alemã de objetificação de corpos colonizados, analisando as narrativas hipersexualizantes, as violências sexuais, os zoologismos empregados e a construção dicotômica da mulher racializada tanto como objeto de desejo como de inveja racial.

A teoria de base deste TCC fundamenta-se nos estudos Pós-coloniais e Decoloniais assim como nas teorias foucaultianas sobre o biopoder e o dispositivo da sexualidade. A partir dessas perspectivas, argumentou-se que a forma pela qual a indústria alemã do sexo objetiva e sexualiza essas mulheres prostitutas é resultado da cronologia europeia ocidental de colonização e “civilização” de espacialidades em África, Ásia, América e em outras territorialidades autóctones e originárias. A partir dessa historiografia, todos os corpos às margens da normalidade heterossexual, branca e burguesa – estabelecida no tempo moderno europeu – tornaram-se alvos racializados, objetificados, “animalizados” e, enfim, sexualizados.

A pesquisa teve como método o estudo de caso e se utilizou da análise documental, assim como da leitura de bibliografia sobre a indústria do sexo alemã, as mulheres prostitutas

do país, as violências cometidas contra essas pessoas, entre outras questões. Em primeiro lugar, como fontes primárias, utilizaram-se documentos e estatísticas do Governo Alemão e relatórios de Organizações Internacionais e Organizações Não-Governamentais. Em segundo lugar, como fontes secundárias, a pesquisa se voltou a artigos acadêmicos e jornalísticos. Em terceiro, como fontes terciárias, consideraram-se depoimentos de mulheres prostitutas e ex-prostitutas obtidos de dados públicos de Organizações cuja atuação se volta à proteção dessas pessoas na União Europeia. Ainda, destaca-se que a investigação sobre o perfil do “cliente” de serviços sexuais se voltou à análise de sítios eletrônicos de estabelecimentos e segmentos de tal indústria – bordéis, clubes noturnos, websites de acompanhantes, entre outros. Finalmente, no presente estudo, grande parte das fontes utilizadas foram de língua inglesa e alemã; assim sendo, a tradução, em caráter não-oficial, foi de responsabilidade do autor.

A justificativa para a realização desta monografia surge da necessidade de se voltar mais atenção aos contextos, falas e especificidades dos sujeitos racializados e marginalizados pela branquitude europeia – no caso, as mulheres prostitutas migrantes –, visibilizando-os diante de tantos estigmas, objetificações e inferiorizações voltados as suas existências. Além disso, o trabalho tem como justificativa evidenciar aspectos e dimensões do mundo contemporâneo – neste caso, a indústria alemã de prostituição – que reproduzem a colonialidade das potências europeias colonizadoras e continuam, dessa maneira, reforçando violências e estereótipos.

Para concluir, faz-se fundamental, nestas linhas, considerar algumas questões finais. Em primeiro lugar, ressalta-se a relevância da promoção de trabalhos como este para as Relações Internacionais, que são coloniais, brancocêntricas e, assim sendo, ainda priorizam certas vozes às custas da invisibilização de outras. Em segundo lugar, é importante salientar que a presente monografia permaneceu delimitada ao local de fala do autor em questão, que é homem e branco, mas que também é originário do Sul Global, que não se enquadra na normatividade sexual hegemônica e que compreende o papel de sujeitos brancos na luta anticolonial, antirracista e antissexista. Neste contexto, o que se evidenciou sobre a realidade dessas mulheres racializadas teve como base, além de relatórios oficiais do Governo Alemão, autoras e ativistas feministas que dialogam com a temática da prostituição no país. Em terceiro lugar, o escopo deste trabalho se voltou ao entendimento da construção da hipersexualização de mulheres prostitutas cisgênero e, portanto, não tratou de evidenciar a realidade de mulheres prostitutas transexuais e de homens prostitutas cisgênero e transexuais. Além disso, considerando a questão anterior, a pesquisa também não teve por objetivo se posicionar dentre as distintas abordagens jurídico-políticas sobre a prostituição; como já mencionado, o estudo se direcionou à identificação dos padrões coloniais de sexualização de mulheres racializadas que são continuados pela cena de

prostituição alemã. Em último lugar, destaca-se que tal trabalho se incorpora às pesquisas realizadas no âmbito do Eirenè – Centro de Pesquisas e Práticas Pós-coloniais e Decoloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacional – o qual se vincula, por sua vez, ao curso de graduação em Relações Internacionais do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina.

2. A INDÚSTRIA SEXUAL ALEMÃ CONTEMPORÂNEA

A todo o instante e ao longo de toda a espacialidade global, milhões de mulheres provêm seu meio de subsistência a partir da oferta de seus corpos para consumo sexual de terceiros. Para algumas dessas, o sexo e o corpo tornaram-se instrumento de luta contra o patriarcado, logo símbolo de liberdade e empoderamento; para muitas outras, no entanto, tal cenário se apresenta de forma totalmente oposta. A prostituição, quando não voluntária, retrata realidade de violências e explorações, um horizonte de degradação ininterrupta das condições física, mental e social dessas pessoas.

À vista disso, o objetivo do capítulo será o de contextualizar a indústria sexual alemã de modo que se evidencie o panorama de violências, assim como de mercantilização e sexualização, que essas mulheres vivenciam como uma continuidade da colonialidade¹ do país. Para tal, o capítulo será dividido em quatro partes, a saber: 2.1) A prostituição como uma problemática contemporânea; 2.1.1) Alemanha: o “bordel da Europa”; 2.1.2) A “consumida” colonizada; e 2.1.3) O “consumidor” colonizador.

O primeiro dos tópicos evidenciará a prostituição enquanto problemática da sociedade alemã contemporânea. Em seguida, o segundo tópico analisará a indústria sexual do país – reconstituindo, com isso, o panorama que tornou a Alemanha o “bordel da Europa”. O terceiro tópico, por sua vez, trará o perfil da “consumida” colonizada – a mulher não-alemã inserida nessa indústria. Por fim, o quarto tópico – em reflexo ao terceiro – retratará o perfil do “consumidor” colonizador – o homem branco e burguês que compra esses corpos-mercadoria, movimentando, assim, tanto a economia bilionária alemã de comercialização do sexo quanto as redes internacionais de tráfico de pessoas.

Ainda nessas linhas, cabe ressaltar que a escolha das nomenclaturas de “consumida” e “consumidor”, respectivamente associadas à mulher prostituta e ao homem cliente de serviços sexuais, não tem por finalidade reforçar objetificações e hierarquias. Como será argumentado

¹ Como será melhor esclarecido no próximo capítulo, a ideia de colonialidade parte do princípio de que os vínculos políticos, econômicos, sociais, epistemológicos, ontológicos e subjetivos estabelecidos entre os colonos europeus e os colonizados não-brancos durante o tempo moderno não se findaram com o término do pacto colonial. Deste modo, compreende-se que o panorama da dominação colonial continuou sendo reproduzido por entre as sociedades ex-metrópoles e ex-colônias, ressaltando e fortalecendo as hierarquias sociais e a cartografia mundial racializadas. Assim escreve o semiólogo argentino Walter Mignolo: “A colonialidade nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada. O conceito como empregado aqui, e pelo coletivo modernidade/colonialidade, não pretende ser um conceito totalitário, mas um conceito que especifica um projeto particular: o da ideia da modernidade e do seu lado constitutivo e mais escuro, a colonialidade, que surgiu com a história das invasões europeias de Abya Yala, Tawantinsuyu e Anahuac, com a formação das Américas e do Caribe e o tráfico maciço de africanos escravizados” (MIGNOLO, 2017, p. 2).

durante o capítulo, a origem dessas expressões advém da forma pela qual a sociedade alemã banalizou, ao longo dos anos, a compra e venda de sexo. Em virtude disso, o cliente foi naturalizado como mais um “consumidor” ao passo que essas mulheres foram reduzidas a meras mercadorias “consumíveis” – para esses clientes, “carnes” “sensuais” e “exóticas”.

2.1 A prostituição como uma problemática contemporânea

Em virtude da complexa e subjetiva realidade da prostituição, percebe-se que a pesquisa científica sobre tal problemática exhibe sólidas limitações, sobretudo ao se tratar de estimativas sobre essas mulheres prostitutas². Mesmo em sociedades onde a compra e venda de serviços sexuais são regularizadas e regulamentadas, como no caso da Alemanha, a cena de prostituição permanece obscura para as organizações e autoridades estatais. Essa realidade perpetua, por sua vez, a condição hipervulnerável dessas mulheres, reforçando estereótipos e ressaltando sua invisibilização pelas espacialidades urbanas.

Segundo o Havocscope³ (2014a), estima-se que a indústria global da prostituição represente um mercado de 186 bilhões de dólares⁴. A este montante, a base de dados aponta que 13.826.700 pessoas, entre prostitutos homens e prostitutas mulheres, estariam envolvidos com a oferta de serviços sexuais mundialmente (HAVOCSCOPE, 2014b, 2015). Já para a Fundação francesa Scelles – que tem como diretriz o combate à exploração de mulheres e crianças –, a indústria global da prostituição representa um mercado de 325 bilhões de dólares

² A respeito das terminologias utilizadas para se designar a mulher prostituta, o presente trabalho de monografia terá como base a discussão tratada pela pesquisadora jurista brasileira Ana Carolina Brito Brandão, que pontua o seguinte em sua dissertação de mestrado: "Sabe-se que há um enorme debate sobre qual o melhor termo para designar a mulher que trabalha com a comercialização de serviços sexuais: profissional do sexo, trabalhadoras do sexo, trabalhadora sexual, prostituta, puta, etc. O uso do termo ‘profissional do sexo’ abarca diferentes tipos de trabalhos e realidades, como ‘acompanhantes’, ‘michê’, ‘garota de programa’, dentre outros, por isso consideramos mais abrangente e acaba por não tocar diretamente o contexto das mulheres que aqui relatamos. O movimento latino-americano adota o uso do termo ‘trabalhadora sexual’ para marcar a pauta da profissionalização. A Rede Brasileira de Prostitutas já foi adepta ao termo ‘trabalhadoras do sexo’ para indicar que se trata de uma atividade rentável como outra qualquer. No entanto, a própria, desde 2008, vem abrindo espaço para o uso dos termos ‘puta’ ou ‘prostituta’ como postura política de enfrentamento e construção de uma identidade. Neste trabalho, vamos variar entre o uso do termo ‘trabalhadora sexual’ e ‘prostituta’, porque entendemos que o primeiro remete a uma reivindicação histórica de reconhecimento da prostituição como trabalho; a segunda designação é recorrente nas falas políticas das mulheres do Prédio da Caixa, está relacionada à luta pelos direitos sexuais e também aciona o recorte de gênero que essa pesquisa objetiva” (BRANDÃO, 2015, p. 16).

³ O Havocscope é um website que promove estatísticas de atividades associadas ao mercado ilícito mundial a partir de dados disponíveis em fontes-abertas, como jornais, relatórios de Organizações, artigos acadêmicos, dentre outros. Para mais informações, ver: <<https://www.havocscope.com/>>. Acesso em: 13 de Out. de 2019.

⁴ Para a estimativa, a base de dados considerou 24 países à análise – países estes cuja receita gerada pela prostituição nacional se encontrava disponível para consulta no dado momento da pesquisa. Para a pesquisa, países cuja receita da indústria nacional de prostituição se encontrava disponível para consulta no dado momento da pesquisa. Para mais informações, ver: <<https://www.havocscope.com/prostitution-revenue-by-country/>>. Acesso em: 13 de Out. de 2019.

(SCELLES, 2016, p. 15), envolvendo, por sua vez, uma massa entre 30 a 42 milhões de pessoas ao longo do globo⁵ (SCELLES, 2011, 2016).

Como se percebe, o abismo entre as estimativas apontadas pelo website Havoscope e pela Fundação Scelles exemplifica aquilo que se entende pela complexa realidade da prostituição – e da pesquisa acadêmica sobre tal temática. De todo o modo, é importante salientar que, ao analisar os dados dessas e de outras entidades – como a Organização Hydra⁶ –, percebe-se que essas estimativas compartilham de algumas semelhanças.

Um dos denominadores em comum entre esses números diz respeito a participação majoritária de meninas e mulheres nas massas de prostituição do mundo. Conforme calcula o Havoscope (2015, p. 1-3), cerca de 75% da massa mundial de profissionais do sexo é composta por meninas e mulheres. Para a Fundação Scelles, esse número é de 80%; além disso, 75% dessas pessoas estaria entre os 13 e os 25 anos de idade (SCELLES, 2011, p. 5).

Outro ponto comum nesses dados diz respeito à tênue linha entre prostituição e exploração sexual. Estando no limiar entre o formal e o informal, o trabalho sexual compreende uma realidade em associação direta com as problemáticas do tráfico de pessoas⁷ e da escravidão contemporânea⁸, sobretudo ao considerar essas atividades enquanto indústrias capitalistas da sociedade contemporânea (MORAN e FARLEY, 2018). Como aponta os pesquisadores Shively et al. (2012, p. 28), no mercado do sexo, a existência do “consumidor” resulta na

⁵ Ao montante estimado, a Fundação analisou, entre os anos de 2013 e 2015, 38 países, de todos os continentes, em 12 tópicos distintos sobre prostituição. Para mais informações, ver: SCELLES. **Prostitution: exploitation, persecution, repression.** Ed. Economica., p. 9, 2016. Disponível em: <https://www.fondationscelles.org/pdf/RM4/1_Book_Prostitution_Exploitation_Persecution_Repression_Fondation_Scelles_ENG.pdf>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

⁶ A Organização alemã Hydra tem por objetivo auxiliar e amparar mulheres prostitutas do país. Para mais informações, ver seu website: HYDRA. **Treffpunkt und Beratung für Prostituierte.** Página inicial. Disponível em: <<https://www.hydra-berlin.de/startseite/>>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

⁷ Segundo o Artigo nº 3 do Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças (2002), o tráfico de pessoas é definido como: “[...] o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos”. Para mais informações, ver: CARDOSO, Arisa Ribas. **Uma leitura do protocolo de palermo sobre tráfico de pessoas à luz do direito internacional dos refugiados.** 2014. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito.

⁸ De acordo com a Convenção n.º 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Trabalho Forçado, a escravidão contemporânea, sinônimo de trabalho forçado, é definida como “todo o trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade”. Para mais informações, ver: ROCHA, Graziella do Ó. **A formação das agendas sociais privadas: um estudo a partir da questão do trabalho escravo contemporâneo.** 2009. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Política Social.

existência da “consumida”, e essa, por conseguinte, ao facilitador de tal relação – materializado na figura do traficante e do proxeneta⁹.

Conforme o relatório da OIT “Global Estimates of Modern Slavery” (OIT, 2017), das 40,3 milhões de pessoas que a Organização estimou estarem sob condições de escravidão contemporânea no ano de 2016, 4,8 milhões dessas se encontrariam presas em situações de trabalho forçado para propósito de exploração sexual. A este montante, 99% seria composto por meninas e mulheres (OIT, 2017, p. 11).

Ainda sobre a temática de exploração de seres humanos, o relatório da OIT “Profits and Poverty” (OIT, 2014) aponta que os crimes de tráfico de pessoas e escravidão contemporânea representam a terceira atividade ilícita mais lucrativa do mundo, estando atrás apenas do tráfico de drogas e do tráfico de armas. Conforme indica a pesquisa, a receita anual da indústria de comercialização e exploração de seres humanos gira em torno dos 150 bilhões de dólares, sendo dois terços desse valor – ou seja, 99 bilhões – produzidos a partir da venda de corpos para propósito de exploração sexual (OIT, 2014, p. 22).

Em soma a este contexto, nos últimos anos, pesquisadores da área, como Kevin Bales (2012), Caldwell et al. (1999), Julia R. Pennington (2008) e Alexis Aronowitz (2009), também vêm apontando para a alta lucratividade do tráfico de pessoas enquanto indústria capitalista transnacional. Segundo alguns estudos realizados, para setores econômicos como a agricultura e a construção civil, o traficante lucra, por vítima explorada, até 100% do “investimento” inicial (BALES, 2012, p. 23). Já quando se considera a comercialização de corpos para exploração sexual, esse valor gira em torno de 100% a 1000% anualmente (CALDWELL et al, 1999; PENNINGTON, 2008). Em média, calcula-se que o traficante de mulheres gere 100.00 dólares anuais por cada vítima (ARONOWITZ, 2009, p. 65). Por fim, considera-se que entre 76% a 100% dos empreendimentos da indústria do sexo – tanto regulares ou não – são controlados, financiados ou auxiliados pelo crime organizado (SCELLES, 2013, p. 15).

Ao panorama regional, a União Europeia retrata um dos mercados mais ativos no consumo e exploração de corpos e sexualidades – quer sejam dados a partir da prostituição regulamentada ou pelo tráfico de seres humanos. Segundo os pesquisadores Philippe Adair e Oksana Nezhyvenko (2017, p. 8-11), calcula-se entre 740 mil a 1,3 milhão a massa de pessoas que se envolve com a indústria sexual europeia, sendo 90% desse número constituído de mulheres prostitutas. Ainda, conforme os autores, 70% do volume total de indivíduos seria

⁹ Os proxenetas são comumente chamados de *cafetões* ou *cafetinas* no Brasil. O termo se refere aos indivíduos que cobram para servir como intermediadores entre o/a prostituto/a e o cliente desses serviços.

migrante, e dois terços dele, vulnerável à exploração de terceiros – proxenetas e gerentes de bordéis (ADAIR e NEZHIVENKO, 2017, p. 12).

Historicamente, a União Europeia é apontada por fundações e organizações tanto como região de trânsito quanto de destino ao tráfico de pessoas, especialmente devido ao sólido mercado sexual do bloco. De acordo com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, 2010, p. 59), uma em cada 7 pessoas envolvidas com a oferta de serviços sexuais na União Europeia pode ser vítima de tráfico de pessoas; além disso, segundo a Organização, 70 mil pessoas seriam traficadas todos os anos para o bloco (UNODC, 2010, p. 26). À vista dessas questões, Adair e Nezhyvenko (2017, p. 15) – utilizando dessas e de outras estimativas (OIT, 2012) – calculam que o número médio de vítimas de exploração sexual em tal região seja de 1,16 para cada 100.000 habitantes.

Em meio ao contexto europeu de consumo de corpos, a Alemanha se sobressai como um dos maiores mercados de prostituição do bloco e do continente. Entre megabordéis e inúmeras plataformas de venda de serviços sexuais, é fato que, hoje, o país ocupa uma posição destaque na exploração capitalista de corpos e sexualidades. Com a legalização e regulamentação da prostituição no ano de 2002, estima-se que o valor do mercado sexual alemão tenha se expandido entre três a quatro vezes aquilo que representava no período pré-2002 (KIRTGES, 2014),¹⁰ tornando-se uma indústria capitalista valorada em torno dos 15 bilhões de euros segundo o Ministério Federal da Família, Idosos, Mulheres e Jovens (*Bundesministerium für Familie, Senioren, Frauen und Jugend*, BMFSFJ, 2010).

O número de trabalhadores do mercado de serviços sexuais da Alemanha também se expandiu após o ano de 2002. Estudos acadêmicos, organizações e órgãos federais calculam que o volume de mulheres prostitutas em terras alemãs gire em torno dos 400 mil ao 1 milhão de pessoas (BMFSFJ, 2010; SCHWARZER, 2013; SCHELLES, 2019). Diante desses números, a Alemanha retrata o país com a maior massa de mulheres trabalhadoras do sexo da União Europeia e o quinto a nível mundial (HAVOCSCOPE, 2015), não raras as vezes sendo referido como o “bordel da Europa”¹¹ pelas populações do bloco.

Há de se entender, por outro lado, que a maior parte das prostitutas do país não é alemã. Considera-se que entre 75% a 95% dessas mulheres são originárias de outras regiões do globo,

¹⁰ A informação advém do Chefe do Primeiro Comissariado da Agência de Investigação Criminal do Presídio Schwaben Nord em matéria ao jornal alemão *Augsburger Allgemeine*. Para mais informações, ver: KIRSTGES, Christian. Immer mehr Prostituierte aus Osteuropa kommen nach Augsburg. **Augsburger Allgemeine**, 10 de Jul. de 2014. Disponível em: <<https://www.augsburger-allgemeine.de/bayern/Immer-mehr-Prostituierte-aus-Osteuropa-kommen-nach-Augsburg-id30512282.html>>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

¹¹ A expressão “bordel da Europa” é utilizada por meios jornalísticos com base na massa estimada de mulheres prostitutas do país e na receita bilionária da indústria do sexo.

sobretudo do Leste Europeu, de Ásia e de África (TAMPEP, 2009; SCHELLES, 2011, KRAUS, 2018).

Diante dessas questões, entende-se que a prostituição retrata uma realidade contemporânea para muitas sociedades do globo, especialmente à alemã. Visto isso, o próximo capítulo analisará, mais a fundo, os aparatos utilizados pelo mercado sexual da Alemanha que mercantilizam e sexualizam as mulheres prostitutas migrantes do país, relacionando-os com as temáticas de tráfico de pessoas, escravidão contemporânea e banalização da compra e venda de serviços sexuais.

2.1.1. Alemanha: o “bordel da Europa”

Tendo como ponto de partida o debate foucaultiano em torno das temáticas do biopoder, da expansão das narrativas do sexo, da “incorporação” das perversões e dos dispositivos burgueses (FOUCAULT, 1988),¹² é perceptível a realidade de marginalização e invisibilização à qual a sociedade global, eurocêntrica e autoproclamada como moderna e civilizada, empurra mulheres prostitutas e outras sexualidades periféricas. Como testemunhado no manifesto das trabalhadoras sexuais,

O termo prostituta não é usado para referir um grupo ocupacional que ganha a vida fornecendo serviços sexuais. É usado como descrevendo uma categoria de mulheres que ameaça a saúde pública, a moral, a estabilidade social e cívica... Encontramo-nos assim a ser alvo de impulsos moralistas dos grupos sociais dominantes, através de missões de limpeza e saneamento, tanto materiais como simbólicas (apud TAVARES, .s.d., p.1).

Segundo as pesquisadoras feministas portuguesas Manuela Tavares (s.d., p. 3-4) e Marta Graça e Manuela Gonçalves (2016, p. 3-5), a prostituição representa uma problemática histórica para inúmeras sociedades ao redor do globo. Em consequência disso, distintas abordagens jurídico-políticas emergiram, ao longo do tempo, de modo a intervir sobre o trabalho sexual e a comercialização do sexo, a saber: a) o proibicionismo; b) o abolicionismo; c) o “novo abolicionismo”; e d) o regulamentarismo.

¹² Como será melhor esclarecido nos próximos dois capítulos, o biopoder e a biopolítica representam termos vitais ao entendimento do processo histórico de invisibilização, marginalização, mercantilização e hipersexualização de mulheres prostitutas. Ambas as terminologias se relacionam com a ideia de que a modernidade europeia inaugura, a partir de uma série de aparatos e instrumentos, um novo poder: o biopoder. Segundo o filósofo francês Michel Foucault (1988), como consequência da ascensão da burguesa branca, a natureza do poder passa a se deslocar gradativamente do “causar a morte” para o “causar a vida” (FOUCAULT, 1988, p. 131). Em virtude disso, os corpos e as sexualidades tornaram-se, às classes privilegiadas, coeficientes políticos passíveis de serem analisados, contabilizados, formatados, “docilizados” e reconfigurados de acordo com os interesses predominantes. É neste cenário, por sua vez, onde as mulheres prostitutas se encontraram: por um lado, são marginalizadas e invisibilizadas pelas sociedades burguesas de “costumes” e “civilidades”; por outro, são “consumidas” sexualmente pelas mesmas massas masculinas que as objetificam, sexualizam e invisibilizam, retratando, assim, meros corpos ao prazer de terceiros.

No modelo proibicionista, tanto a prática da prostituição quanto a compra e o agenciamento de serviços sexuais são tratados como inaceitáveis em dada sociedade e, devido a isso, criminalizados. É o caso, por exemplo, de países como a China e a Rússia – onde ambos cliente e prostituta são passíveis de pena de prisão ou do pagamento de multa (GRAÇA e GONÇALVES, 2016, p. 4).

Já no modelo abolicionista, o foco jurídico-político se volta apenas àquele quem gerencia a oferta de serviços sexuais – chamado de “prostituidor” –, seja a partir da administração de estabelecimentos do ramo ou intermediando a relação comercial entre prostituta e cliente. Como indica Tavares (s.d., p. 3), “[o abolicionismo] considera as prostitutas vítimas desse sistema de exploração, procura reintegrá-las socialmente e condena quem vive da prostituição de outro”, ou seja, o proxeneta. Tal abordagem é vista em países como o Brasil, onde a prostituição e a demanda por sexo são permitidas, mas a organização de atividades associadas – como a administração de bordéis e outros estabelecimentos do ramo –, não (GRAÇA e GONÇALVES, 2016, p. 4).

O terceiro sistema de enquadramento da prostituição é o “novo abolicionismo”, também chamado de “abolicionismo sueco”. Este modelo amplia a penalização da abordagem abolicionista tradicional – cujo foco é o proxeneta – também ao cliente da prostituição. Assim, tanto o gerenciamento de atividades associadas à prostituição quanto a compra de serviços de um trabalhador sexual tornam-se práticas criminalizadas (GRAÇA e GONÇALVES, 2016, p. 4). Para Tavares (s.d., p. 4), “a ideia central defendida por este movimento é que no abolicionismo do século passado, o cliente ficava invisível, dado que os homens são educados para dominar pela força, pelo dinheiro e pelo sexo”. Assim, nessa forma de abolicionismo, seriam os homens “o alvo fundamental, pois se não existissem clientes, não haveria prostituição” (TAVARES, s.d., p. 4).

Por fim, a última abordagem jurídico-política sobre a prostituição retrata o sistema regulamentarista. Para Graça e Gonçalves (2016, p. 5), esse modelo percebe a prostituição enquanto um fenômeno social e, assim sendo, passível de regulamentação e controle estatal ao propósito de manutenção da ordem e da saúde pública. À vista disso, “[...] não existe penalização da prostituta, que é encarada como uma prestadora de serviços, do cliente, que é considerado um consumidor e, ainda, de quem faz desta atividade um negócio” (TAVARES, s.d., p. 3).

A Alemanha possui a prostituição enquadrada a partir do último sistema jurídico-político citado: o regulamentarista. Por assim dizer, a compra e venda de serviços sexuais, assim como a organização de atividades associadas ao ramo – como o gerenciamento de bordéis e

outros estabelecimentos –, configuram ações legalizadas e regulamentadas (DG IPOL, 2014, p. 22-24).

Embora a abordagem regulamentarista tenha sido oficialmente debatida e implementada somente no início dos anos 2000, a regulamentação da prostituição tem se mostrado uma realidade histórica para tais terras, fazendo-se presente antes mesmo da constituição do Estado-nação alemão, em 1871. À época em que a configuração geopolítica da região se dava pelo Sacro Império Romano-Germânico, as mulheres que atuavam nas chamadas *Frauenhäuser* (“casas das mulheres”) eram submetidas a uma série de normas de conduta e higiene caso desejassem continuar trabalhando com a prostituição. Essas regras normalmente envolviam o registro dessas pessoas nas municipalidades onde viviam, assim como a checagem constante de seus corpos por profissionais médicos e a supervisão de seu trabalho por forças policiais (SCHUSTER, 1992).

Até o século XX, a prostituição sempre fora tolerada, em maior ou menor medida, pelas autoridades alemãs, que interpretavam a compra e venda de sexo como um importante pilar à satisfação dos prazeres das massas masculinas e brancas. Em razão disso, a política de tais terras historicamente se voltou para a regulamentação dessa atividade ao invés de sua abolição. A tradição em normatizar a economia sexual nunca resultou, por outro lado, em uma maior aceitação da sociedade para com aqueles que proviam sua subsistência a partir da oferta de seus corpos para consumo sexual. Nesse sentido, uma vez que venda de sexo nunca deixou de ser vista como uma atividade “imoral e libidinosa” (*sittenwidrig*), as mulheres prostitutas da Alemanha historicamente retratam alvo de estigmas e preconceitos, o que resulta, por sua vez, na marginalização de suas pessoas e na extrema precarização de seu trabalho (KAVEMANN e RABE, 2007, p. 4).

Devido a realidade estrutural de violências para com as mulheres prostitutas, o chanceler Gerhard Schröder promulgou, em 2001, a Lei para a Regulamentação do Status Legal das Prostitutas (*Gesetz zur Regelung der Rechtsverhältnisse der Prostituierten*, também chamada de Lei da Prostituição, *Prostitutionsgesetz*, ProstG)¹³. Pautada no enquadramento jurídico-político regulacionista, a lei teve como resultado a profissionalização da prostituição, materializando, com isso, o cenário descrito anteriormente por Tavares (s.d., p. 3): a prostituta

¹³ Para maiores informações a respeito da ProstG, ver: BUNDESMINISTERIUM DER JUSTIZ UND FÜR VERBRAUCHERSCHUTZ (BMJV). **Gesetz zur Regelung der Rechtsverhältnisse der Prostituierten (Prostitutionsgesetz - ProstG)**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gesetze-im-internet.de/prostg/BJNR398310001.html>>. Acesso em: 16 de Out. de 2019. Ver também: KAVEMANN, Barbara. RABE, Heike. **The act regulating the legal situation of prostitutes – implementation, impact, current developments: findings of a study on the impact of the german prostitution act. 2007.**

como “prestadora de serviços”, o cliente do serviço sexual como um “consumidor” e o proxeneta como um empreendedor.

Segundo as pesquisadoras alemãs Barbara Kavemann e Heike Rabe (2007, p. 10), cinco foram os objetivos do Governo Federal Alemão na promulgação da Lei da Prostituição, com vigência desde 1º de Janeiro de 2002. Em primeiro lugar, regularizar a situação legal dos/as trabalhadores/as do sexo no país. Em segundo, aprimorar a posição social dessas pessoas de modo a abolir o estigma moral e a discriminação. Em terceiro, melhorar as condições de trabalho desses/as trabalhadores/as, sobretudo a partir de sua inserção no sistema de bem-estar social alemão. Em quarto, promover aparatos jurídico-políticos de proteção a vítimas de tráfico, ao mesmo tempo que enfraquecendo o crime organizado associado à prostituição. E em quinto, facilitar o processo de saída dessas pessoas da indústria do sexo, reintegrando-as novamente à sociedade.¹⁴

A *Prostitutionsgesetz*, para as autoras, representou um marco às mulheres prostitutas da Alemanha, sobretudo ao horizontalizar o debate sobre sua marginalização e invisibilização ao longo de distintas esferas de tal sociedade. Por outro lado, como apontam, mesmo com a prospecção de um horizonte de mais proteção e inclusão a essas populações, a ProstG não parece ter, ao longo de 17 anos de vigência, gerado resultados conforme o esperado pelas autoridades federais (KAVEMANN e RABE, 2007). A essa discussão, inúmeros políticos, ativistas e pesquisadores da área vêm indicando a necessidade de se repensar o sistema jurídico-político de enquadramento da prostituição no país, sobretudo para um de maior proximidade aos modelos do abolicionismo e “novo” abolicionismo (MORAN e FARLEY, 2018).

O argumento que se volta comum aos críticos da Lei é de que a legalização da prostituição não viera acompanhada de mecanismos estatais a fim de diminuir com a compra de serviços sexuais. Pelo contrário: ao legalizar e regulamentar o trabalho do sexo, expandiu-se a oferta desse mercado ao nível industrial, tornando país uma fábrica de corpos para consumo imediato. Houve, portanto, um estímulo governamental à mercantilização de sexualidades – e, por consequência, dessas subjetividades já invisibilizadas (MORAN e FARLEY, 2018).

Para a psicóloga clínica alemã Ingeborg Kraus (2016), uma das primeiras problemáticas observadas com a promulgação da Lei de Prostituição foi a expansão de mulheres prostitutas

¹⁴ Para um relatório oficial a respeito das metas consideradas na promulgação da Lei de Prostituição, ver: BUNDESMINISTERIUM FÜR FAMILIE, SENIOREN, FRAUEN UND JUGEND (BMFSFJ). **Report by the federal government on the impact of the act regulating the legal situation of prostitutes (prostitution act)**. BMFSFJ. 2007. Disponível em: <<https://www.bmfsfj.de/blob/93346/f81fb6d56073e3a0a80c442439b6495e/bericht-der-br-zum-prostg-englisch-data.pdf>>. Acesso em: 20 de Out. de 2019.

no mercado sexual alemão. Como aponta a autora (KRAUS, 2016), a regulamentação estatal sobre a oferta de serviços dessa natureza, criando essa fábula capitalista de ser uma indústria como qualquer outra, impulsionou massas de mulheres migrantes, de distintas nacionalidades, à Alemanha. A saturação do mercado, no entanto, barateou o “preço” desses corpos, impulsionando uma onda de degradação e desvalorização sobre as trabalhadoras do sexo do país.

De acordo com a Associação dos Empresários do Setor Erótico da Alemanha (*Unternehmerverband Erotik Gewerbe Deutschland*, UEGD), o número prostitutas aumentou em um terço¹⁵ entre 2000 e 2012. No mesmo período, por outro lado, o preço dos serviços dessas mulheres diminuiu em 23%, caindo da média de 73 euros para 56 ao longo dos doze anos (UEGD, 2012, p. 2). O fato é, por sua vez, constatado por outros pesquisadores da área, como a ativista alemã Alice Schwarzer (2013), que estima que o intercuro sexual¹⁶, após esses anos de industrialização do sexo, gire em torno dos 10 aos 100 euros¹⁷, sendo a faixa dos 25 a 50 mais frequente (SCHWARZER, 2013).¹⁸

Neste contexto, é importante sublinhar que a deterioração da força de trabalho dessas mulheres retrata violência expressiva a seus corpos, já invisibilizados e marginalizados. Tal como aponta Kraus (2016), prostitutas que atuam em bordéis legalizados ganham, em média, de 30 a 50 euros por relação sexual; de todo o modo, elas precisam pagar cerca de 160 euros pelo quarto que alugaram no local, além de 25 euros de imposto diariamente – caso estejam regularizadas. Assim, são necessários entre 6 a 8 encontros com clientes antes dessas mulheres começarem a “lucrar” qualquer dinheiro.

Ademais do barateamento da força de trabalho das prostitutas, a expansão da “oferta” de serviços sexuais também veio acompanhada de outra problemática: o baixo registro dessas mulheres na seguridade social do país. Segundo o Escritório Oficial de Estatística Alemão

¹⁵ É importante ressaltar que, ao cálculo, a UEGD considerou que o território alemão abrigava, no ano de 2000, 150.000 prostitutas. Por outro lado, a mesma associação reforça a ausência de estatísticas oficiais sobre o assunto, o que, por consequência, gera estimativas variadas pela literatura..

¹⁶ O intercuro sexual é sinônimo do contato sexual entre indivíduos.

¹⁷ A média apontada por Schwarzer (2013) é uma estimativa que a jornalista indicou após anos de ativismo para com mulheres prostitutas vítimas de exploração sexual, não representando, assim, a totalidade dos preços ofertados em tal mercado. Além disso, a mesma indica que a oferta do serviço tem seu preço formado a partir de inúmeras variáveis, sendo uma delas o local de atuação da prostituta.

¹⁸ Além das estimativas citadas pela UEGD (2012) e por Schwarzer (2013), a temática do barateamento dos serviços sexuais na Alemanha também é explorada pelos meios jornalísticos, sobretudo a partir de relatos de prostitutas e ex-prostitutas. Para mais informações, ver dentre outros: CONRAD, Naomi; FELDEN, Esther. A dura realidade das prostitutas na Alemanha. *Deutsche Welle*, n. 44366258, 23 de Jun. de 2018. Disponível em: <<https://p.dw.com/p/309go>> Acesso em: 18 de Out. de 2019. Também ver: VICENTE, Ana Carbajosa. Alemanha: sexo, cerveja e salsicha por 15 euros. *El País*, 10 de Set. de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/07/internacional/1536315988_570967.html>. Acesso em: 18 de Out. de 2019.

(DESTATIS, 2019), em dezembro de 2017, 6.959 pessoas estavam oficialmente registradas como trabalhadores do sexo, sendo as maiores parcelas voltadas aos Estados da Baviera (2.188) e da Renânia do Norte-Vestefália (2.137). Ainda, conforme o Parlamento Alemão (2019, p. 10-11), dessas quase 7.000 pessoas, perceberam-se mais de 19 nacionalidades, as mais frequentes originárias de Europa (4.842), das Ásias (384), das Américas (179) e das Áfricas (32). Por fim, 5.182 apontaram estar entre os 21 e os 45 anos de idade.¹⁹

Em soma a essas estatísticas, em Berlim, segundo o Departamento do Senado para Saúde, Cuidado e Igualdade de Gênero²⁰ (*Senatsverwaltung für Gesundheit, Pflege und Gleichstellung*), entre 1º de Julho de 2018 e 16 de Junho de 2019, 1.585 mulheres se registraram como prostitutas. As nacionalidades mais predominantes foram: alemã (531), romena (288), búlgara (180) e tailandesa (130) (MENSCHNER e MALLWITZ, 2019).

À vista dessas questões, entende-se que o contexto de ampliação das massas de prostitutos e prostitutas da Alemanha permitiu com que tal mercado se solidificasse e industrializasse ao longo dos 17 anos de vigência da Lei de Prostituição. A partir da expansão desenfreada de bordéis e outros estabelecimentos do ramo por toda a sociedade alemã, a oferta de sexo se tornou, por fim, uma indústria bilionária, diversificada e altamente sofisticada, ao ponto do próprio país ter se tornado analogia enquanto maior “bordel” da União Europeia.

Com a promulgação da Lei de Prostituição, os anos transformaram os pequenos clubes de sexo, limitados às especialidades dos chamados *red districts*²¹, em estruturas faraônicas e milionárias – umas dessas capazes de abrigar até 1.000 clientes de uma só vez. Segundo o DESTATIS (2019), em dezembro de 2017, havia 1.350 estabelecimentos do ramo oficialmente registrados no país. Já de acordo com outras fontes, como o jornalista alemão Michael Jürgs (2014, p. 324-27), estima-se que a quantidade de bordéis no território – regulares ou não – varie

¹⁹ É importante ressaltar que, devido ao baixo registro dessas trabalhadoras do sexo de 2002 a 2016, a então Chanceler Angela Merkel promulgou, em 2016, a Lei de Proteção às Pessoas Empregadas na Prostituição (*Gesetz zur Schutz von in der Prostitution tätigen Personen*, ou Lei de Proteção à Prostituta, *Prostituiertenschutzgesetz*, ProstSchG), com o principal objetivo de reforçar a proteção e inserção social dos prostitutos e prostitutas do país. Para maiores informações, ver: BUNDESMINISTERIUM DER JUSTIZ UND FÜR VERBRAUCHERSCHUTZ (BMJV). **Gesetz zum Schutz von in der Prostitution tätigen Personen (Prostituiertenschutzgesetz - ProstSchG)**. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.gesetze-im-internet.de/prostschg/BJNR237210016.html>>. Acesso em: 16 de Out. de 2019.

²⁰ Segundo o jornal alemão Berliner Morgenpost, os registros oficiais sobre as mulheres prostitutas em Berlim foram concebidos pelo respectivo Departamento do Senado durante uma sessão da Câmara dos Deputados (*Abgeordnetenhaus*) ocorrida no dia 19 de Junho de 2019. Para mais informações, ver: MENSCHNER, Michaela; MALLWITZ, Gudrun. So viele prostituierte sind offiziell in Berlin gemeldet. **Berliner Morgenpost**, Berlin, n. 226463841, 12 Jul. 2019. Disponível em: <<https://www.morgenpost.de/berlin/article226463841/So-viele-Prostituierte-sind-offiziell-in-Berlin-gemeldet.html>>. Acesso em: 17 Out. 2019.

²¹ Os *red districts* são zonas urbanas onde se concentram pontos de prostituição e estabelecimentos da indústria do sexo. Um dos mais famosos *red districts* da Alemanha é o Reeperbahn, localizado na cidade de Hamburgo.

de 3.000 a 3.500 (BINDEL, 2019, p. 96), sendo 500 desses encontrados na cidade de Berlim²² (LEOPOLD, STEFFAN e PAUL, 1994, p. 85).

Diante do movimento de expansão de estabelecimentos dessa natureza, era de se esperar que os maiores bordéis da Europa – e uns dos maiores do mundo – se localizassem em território alemão. Como exemplo de um gigante da indústria, tem-se Pascha: localizada na cidade de Colônia, a estrutura abriga mais de 120 quartos ao longo de seus 9 mil metros quadrados, atendendo em torno de 1.000 homens diários e cerca de 66 mil anualmente a partir da rotatividade mensal de 120 mulheres. Outro desses megabordéis alemães é o Paradise: a partir de uma estética marroquina, o estabelecimento de 6 mil metros quadrados, localizado na cidade de Stuttgart, atende mais de 55 mil homens todos os anos, vinte e quatro horas por dia, todos os dias (TELEGRAPH, 2013).

É importante destacar, por outro lado, que a industrialização do sexo não fora limitada pela expansão de bordéis na sociedade alemã. Inclusive, segundo dados apontados pela UEGD (2012, p. 3), tal categoria de empreendimento – que envolve, além de bordéis, bares, clubes de strip-tease, saunas, espaços de massagem, entre outros – foi a que menos cresceu em termos de participação de mulheres prostitutas ao longo desses anos. Conforme a associação, o sexo ofertado na forma de “serviços de acompanhante”, assim como em ambientes privativos – como quartos de hotéis e apartamentos –, aumentou 148% entre 2000 e 2012, compreendendo em torno de 52 mil mulheres no último ano em questão. Já a prostituição de rua teve um crescimento de 100% no número de trabalhadoras do sexo que passaram a atuar em tal ambiente, abarcando 18 mil mulheres depois de 12 anos (UEGD, 2012, p. 3).

Como aponta Kraus (2016), uma das faces da industrialização do sexo se faz observar pela propagação de “menus” nos quais os clientes escolhem o serviço que desejam de uma longa lista “à la carte”. A quintessência dessa face é, por sua vez, também nuclear aos endereços eletrônicos onde se ofertam serviços de acompanhante. Nesses websites, os compradores podem eleger dentre inúmeras características e atributos biológicos – como idade, peso, etnia, nacionalidade, cabelo, tamanho dos seios, altura, línguas que fala, entre outros – de modo a selecionar a mulher prostituta que mais se encaixe em suas preferências (KRAUS, 2016).

Além dessas questões, a banalização sobre o sexo e a subjetividade dessas mulheres também é observada em estabelecimentos que ofertam pacotes em que, por um determinado preço, o cliente tem direito a uma prostituta, a uma cerveja e a uma salsicha. Em outros, a partir

²² A estimativa de Leopold, Steffan e Paul (1994) gira em torno do contexto de pós-reunificação alemã, logo não contabiliza a realidade do pós-2002.

de um valor de entrada, os homens possuem acesso ilimitado a variedade de mulheres do bordel (VICENTE, 2018).

A venda desses corpos, seja feita a partir desses “menus” ou por megabordéis, mostra-se circunscrita a uma infinidade de serviços sexuais “ofertáveis”, muitos deles nocivos à saúde da prostituta. Essa realidade emerge do senso capitalista de que “práticas sexuais de alto risco podem sempre ser compradas” (LOFF, OVERS e LONGO, 2003, p. 1). O não-uso de preservativos, por exemplo, tem sido cada vez mais demandado na indústria do sexo alemã, o que, por conseguinte, vem impulsionando um movimento de alta precificação sobre serviços dessa e de outras naturezas (MORGAN e FARLEY, 2019). Entende-se, portanto, que a prostituição é uma “intersecção entre o capitalismo e o patriarcado” (OVERALL, 1992, p. 21, tradução nossa).

Outro desses exemplos corresponde ao website alemão Gesext, onde trabalhadores da indústria do sexo – na sua maioria, mulheres – podem compartilhar fotos pessoais e descrever os serviços sexuais que oferecem. Em matéria ao jornal britânico Telegraph (2013), Herbert Krauleidis, dono do Gesext, aponta que a receita do website gira em torno dos 10 milhões de euros anuais²³, sendo os maiores ganhos originários de mulheres virgens²⁴. Krauleidis relata que a maior venda do site foi de uma mulher de 19 anos da cidade alemã de Hanover que leiloou sua virgindade por 17,8 mil euros (TELEGRAPH, 2013).

Para além dos menus e dos sítios de acompanhantes, a industrialização do sexo também alcançou a esfera de tomada de decisão de diversas cidades alemãs, incorporando-se em temas como turismo e planejamento urbano. Em Munique, por exemplo, não são raras as vezes em que o guia turístico local aborde questões sobre bordéis e outros estabelecimentos do ramo, incluindo “promoções” e “descontos” nesses clubes (KRAUS, 2016). Em outras localidades do país, como Bonn, Essen e Dortmund, construíram-se os chamados *Verrichtungsboxen* (“caixas de performance”, “caixa de efetuação”, “caixa de sexo” ou ainda “drive-in de sexo”), que retratam espaços drive-in como estábulos ou garagens destinados à prostituição (KRAUS, 2016).²⁵

²³ A receita do Gesext advém de 15% do valor transacionado de cada uma das compras de serviços realizadas no website. Deduz-se, então, que o volume de capital girado a partir do sítio esteja na casa das dezenas de milhões de euros. Para mais informações, ver: TELEGRAPH. **Welcome to paradise**. Telegraph, 2013. Disponível em: <<http://s.telegraph.co.uk/graphics/projects/welcome-to-paradise/#top>>. Acesso em: 18 de Out. de 2019.

²⁴ Ao caso, o Gesext exige, da mulher, um atestado médico atestando o fato (TELEGRAPH, 2013).

²⁵ Inúmeras matérias jornalísticas trazem informações a respeito das chamadas *Verrichtungsboxen*. Para mais informações, sugere-se, dentre outros: BERG, Nate. Drive-thru brothels: why cities are building ‘sexual infrastructure’. **The Guardian**, 2 de Set. de 2019. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/cities/2019/sep/02/drive-thru-brothels-why-cities-are-building-sexual-infrastructure>>. Acesso em: 19 de Out. de 2019.

Para um último exemplo de cidade que incorporou o sexo enquanto indústria capitalista, cita-se Hamburg. De acordo com a Fundação Scelles (2012, p. 122), todos os anos, durante a estação da primavera – quando ocorre o circuito marítimo alemão de empreendedores –, o número de trabalhadoras do sexo dobra na região por conta da chegada desses empresários. À vista disso, a cena comercial de Hamburgo se volta diretamente ao atendimento desses homens, ambientando clubes e bordéis e promovendo eventos eróticos, entre outras atividades, durante sua estadia na cidade.²⁶

Neste contexto, entende-se que a indústria sexual alemã contemporânea é continuidade da colonialidade do país na sexualização e mercantilização de mulheres não-brancas. A reprodução desses aspectos coloniais por esse mercado se dá tanto pela banalização da compra e venda sexo em tal sociedade quanto pela reprodução de narrativas e políticas que reforçam os estereótipos hipersexualizados dessas pessoas.

Por fim, é importante destacar que a industrialização do sexo também abriu portas à expansão do tráfico de pessoas na territorialidade alemã. Durante quase duas décadas de legalização da prostituição, a Alemanha se cristalizou enquanto país de origem – mas, sobretudo, de trânsito e destino – de mulheres vitimizadas por redes internacionais de comercialização de seres humanos (SCELLES, 2019, p. 249-253).

Estudos têm mostrado que a legalização da prostituição na Alemanha levou a uma expansão do tráfico de pessoas ao longo do tempo. Conforme apontam os pesquisadores Di Nicola et al. (2005), entre 9.870 e 19.740 seria o número de pessoas vitimizadas por tal crime no território alemão em 2001; já em 2003, um ano após a legalização, a estimativa passou, respectivamente, ao mínimo e máximo de 12.350 e 24.700 indivíduos. Diante desse contexto, os autores indicaram que há uma correlação entre a legalização da prostituição e o aumento do tráfico de pessoas após o feito.

Somando-se ao estudo de Di Nicola et al. (2005), os investigadores da OIT Gergana Danailova-Trainor e Patrick Belser (2006) evidenciaram que o tráfico de pessoas é mais elevado em Estados com grandes mercados sexuais, como ocorre com a Alemanha. À vista desse cenário, os autores calcularam que, no ano de 2004, 32.800 pessoas estariam sob condições de trabalho forçado e escravidão contemporânea no território alemão em decorrência do tráfico de seres humanos (DANAILOVA-TRAINOR e BELSER, 2006).

²⁶ A este contexto, também cabe ressaltar que, frequentemente, surgem escândalos a respeito de empresários de gigantes alemãs que utilizaram do dinheiro da empresa para fins de prostituição. Em 2005, por exemplo, um diretor da Volkswagen usou parte de seu crédito corporativo na cena sexual do Rio de Janeiro durante uma viagem ao Brasil (SCELLES, 2012, p. 122).

Por fim, uma pesquisa realizada pelos economistas Seo-Young Cho, Axel Dreher e Eric Neumayer (2013) envolvendo 150 países evidenciou o aumento da influência de redes de tráfico de pessoas em sociedades com uma indústria do sexo legalizada. Os autores consideraram dois efeitos opostos que poderiam ser gerados com a legalização da prostituição em determinado país: a) a legalização gera demanda por mulheres prostitutas e, assim, pelo tráfico de pessoas (efeito escala); e b) a legalização beneficia trabalhadoras do sexo regularizadas, diminuindo com o tráfico (efeito substituição). Como resultado, os pesquisadores evidenciaram que o efeito escala – ou seja, a indústria do sexo legalizada expande a demanda por mulheres prostitutas vítimas de tráfico – destaca-se sobre o segundo fenômeno, sobretudo em países com maior geração de renda.

Percebe-se, portanto, que a Alemanha – uma das maiores economias do mundo e o maior mercado sexual europeu em termos de massa de mulheres prostitutas – se encontra no centro das discussões em torno do tráfico de pessoas com destino à União Europeia. Além desses fatores, o país se mostra como uma consolidada zona de trânsito ao tráfico de seres humanos com destino a outros grandes mercados sexuais do bloco, como a Espanha, a Itália e a Holanda. Estando no “coração” da Europa Ocidental (KURTHEN, 1995, p. 3), o país é porta de entrada e saída a redes criminosas tanto do continente quanto de outras partes do mundo (SCELLES, 2012, p. 124).

De acordo com Klaus Bayerl (2008, p. 2), chefe da Agência de Investigação Criminal de Augsburg (*Kriminalpolizei*, também conhecida como Kripo), os bordéis alemães representam facilidades ao crime organizado. Como aponta,

Em geral, diretores [de bordéis] são pessoas irrepreensíveis, que não possuem conhecimento policial relevante, enquanto que os verdadeiros responsáveis, que atuam em segundo plano, advêm do proxenetismo ou do ambiente criminal grave e quase sempre possuem vínculos estreitos com o crime organizado. Esses bordéis são, pelo estabelecimento de diversas companhias e sociedades comerciais, fortemente entrelaçados, de modo que dificilmente sejam reconhecíveis para quem está de fora da empresa (BAYERL, 2008, p. 2, tradução nossa).

Em soma ao ponto de Bayerl, Kraus (2016) considera que a Lei de Prostituição de 2002 não ajudou a combater e prevenir o tráfico de pessoas na Alemanha. Pelo contrário: substancializou a relação entre estabelecimentos da indústria sexual alemã, o crime organizado nacional e redes internacionais de mercantilização de seres humanos.

Diante de uma massa de trabalhadoras do sexo estimada entre 400 mil a 1 milhão de pessoas, na sua maioria composta por mulheres migrantes não-regularizadas, as violências e explorações cometidas contra essas pessoas são perceptíveis. A este cenário, estima-se que entre 95% a 99% dessas mulheres esteja sob o controle de outros indivíduos, normalmente advindos

do crime organizado (PAULUS, 2014), e que 80% dessas vítimas seja de outras terras (MÜLLER-GÜLDEMEISTER, 2011, p. 3). Ao todo, 167.000 pessoas estariam sob condições de trabalho forçado e escravidão contemporânea no país (GLOBAL SLAVERY INDEX, 2016).

No ano de 2018, segundo o Departamento Federal de Investigações da Alemanha (*Bundeskriminalamt*, BKA, 2019, p. 9-11), foram identificadas 430 vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual, sendo 96% delas mulheres. Sobre as nacionalidades dessas pessoas, perceberam-se: alemãs (18,4%), búlgaras (15,3%), romenas (14,7%) e nigerianas (14,2%). Além disso, observou-se um aumento considerável, entre 2017 e 2018, de mulheres originárias de África, Ásia e América. No primeiro dos anos citados, a porcentagem de vítimas identificadas foi respectivamente 10,4%, 3,5% e 0,2%; já no ano seguinte, os números passaram para 20,2%, 4,7% e 0,7%.

Por fim, diante de tantas problemáticas, entende-se que a industrialização do sexo no país em muito continua as violências coloniais alemãs de “coisificação”, mercantilização e, sobretudo, consumo de corpos. Por um lado, os bordéis e outros estabelecimentos se tornaram fábricas de “carnes frescas” – na sua maioria, “exóticas” – à massa branca e masculina, “animalizando” e banalizando essas subjetividades não-alemãs a partir dos citados “menus” de sexo, websites de venda de serviços sexuais e pelas “caixas de performance” do país. Por outro, a legalização da prostituição, não acompanhada de mecanismos estatais para propósito de diminuir e limitar a compra de sexo, naturalizou uma contínua condição de depreciação da força de trabalho dessas mulheres prostitutas – que, por sua vez, permaneceram marginalizadas, invisibilizadas e socialmente estigmatizadas. Ademais, essa conjuntura potencializou o tráfico de pessoas na região, consolidando o país como zona de trânsito e destino de seres humanos traficados.

A partir desse cenário, a próxima parte do capítulo terá por finalidade traçar o perfil das mulheres prostitutas que atuam na Alemanha. Para tal, evidenciar-se-ão suas cores, nacionalidades e origens, assim como as violências, explorações e estigmas que sofrem não apenas por serem trabalhadoras do sexo como, também, mulheres, migrantes e não-brancas.

2.1.2. A “consumida” colonizada

Diante da Lei Prostituição de 2002 e da industrialização do sexo na sociedade alemã: a “consumida”. Um corpo visto como “objeto” e “coisa” à satisfação sexual de clientes homens e brancos; ao mesmo tempo, sobrevivente de tantas violências e explorações. Entende-se, por fim, a necessidade de horizontalizar os debates em torno deste outro lado da linha, do mundo

não apenas de mulheres prostitutas mas, acima de tudo, de mulheres, com origens próprias, falas, histórias e experiências únicas à sua trajetória subjetiva.

Como visto anteriormente, as estimativas quanto ao número de trabalhadores do sexo na Alemanha variam entre 400 mil a 1 milhão de pessoas (SCHWAZER, 2013). Dessa massa, considera-se que 90% seja mulher cisgênero²⁷. Além disso, calcula-se que 65% a 95% dessas mulheres seja originária de outras terras (TAMPEP, 2009, p.22; KRAUS, 2018).

Durante a década de 1970 e 1980, as nacionalidades predominantes de mulheres prostitutas na Alemanha eram de América Latina, Ásia e de África. Já no começo dos anos 1990, constatou-se uma maior frequência de trabalhadoras do sexo originárias de países latino-americanos, como Uruguai, Argentina e Paraguai (ALTINK, 1995, p. 33). Por fim, após o episódio da queda do Muro de Berlim, em 1989, gradativamente nacionalidades da Europa Central e Oriental²⁸ foram ocupando a indústria sexual alemã, algumas tornando-se majoritárias com os alargamentos da União Europeia dos anos de 2004 e 2007, como foi o caso dos nacionais da Bulgária. Estima-se que entre 2006 e 2019 o número de mulheres búlgaras tenha triplicado no país (CZARNECKI et al, 2014, p. 20).

Conforme apontam relatórios da TAMPEP (2007, 2009), em 2003, 50% das mulheres prostitutas na Alemanha eram originárias de países da Europa Central e Oriental; em 2008, esse número passou para 69%, sendo formado predominantemente por Estados do centro da Europa (42%) e do Leste Europeu e Ásia Central (16%). Na mesma medida, Ásia (20%), América Latina (20%) e África (10%), em 2003, passaram respectivamente às porcentagens de 15%, 10% e 5% no ano de 2008 (TAMPEP, 2009, p. 22-23).

Conforme aponta a TAMPEP (2010), a mudança do perfil das mulheres prostitutas na Alemanha não deve ser interpretada como uma queda no número de nacionalidades asiáticas, africanas e latino-americanas. Pelo contrário: percebe-se que a expansão da massa de trabalhadoras do sexo no país veio acompanhada de um fenômeno de diversificação de nacionalidades, envolvendo todos os continentes em questão. Em 2003, a rede constatou pessoas originárias de 31 países trabalhando na indústria sexual alemã; em 2005 e 2007, esse número passou a representar respectivamente 38 e 42 nacionalidades distintas. De forma correspondente, a proporção de migrantes na indústria sexual alemã passou de 60%, em 2006, para 65%, em 2008 (TAMPEP, 2009, p. 22-23).

²⁷ Ao restante da estimativa, estariam homens prostitutas cisgênero (7%) e homens e mulheres transexuais (3%).

²⁸ Países da Europa Central e Oriental considerados na pesquisa incluem as sub-regiões da Europa Central, Leste Europeu, Estados Bálticos e os Balcãs (TAMPEP, 2009, p. 22).

Diante de uma sociedade cujo consumo de corpos se traduz de forma industrial e selvagem, o contexto estrutural de violências e explorações a essas mulheres se solidificou com a legalização da prostituição (KRAUS, 2016). É importante ressaltar, por outro lado, que parte considerável dessas mulheres não é alemã, muito menos adentra nos padrões impostos pela modernidade europeia, ocidental e branca. Nesse sentido, ao pensamento da teórica feminista Kimberle Crenshaw (2001), as violências cometidas contra essas subjetividades não devem ser percebidas somente por uma perspectiva de gênero, mas, sim, em uma intersecção dessas com as temáticas de raça, nacionalidade, classe, entre outras²⁹. Como ressaltam as pesquisadoras feministas Melissa Farley, Kenneth Franzblau e Margaret Alexis Kennedy (2014, p. 11, tradução nossa),

A prostituição formaliza a subordinação da mulher pelo sexo, raça e classe social e, deste modo, pobreza, racismo e sexismo são intrinsecamente conectados à prostituição. Mulheres são prostitutas pois elas são vulneráveis como resultado da pobreza, falta de opções educacionais, falta de oportunidades de emprego, e como resultado de prévia injúria física e emocional. Elas são compradas na base da raça assim como estereótipos de sexo.

Ao contexto pré-2002, pesquisas já apontavam à realidade de violações experienciada por mulheres prostitutas na sociedade alemã. Em 2001, um estudo conduzido pela psicoterapeuta Sybille Zumbeck (2001, apud KOFRA, s.d., p. 3) com 52 mulheres prostitutas evidenciou que 98% delas passou por pelo menos uma experiência traumática durante o exercício da prostituição, 70% vivenciou episódios de violência física, 68% delas sofreu estupro ou outras agressões sexuais, 59% foi diagnosticada com distúrbio de estresse pós-traumático e 50% relatou ter sido abusada quando crianças.

Com o estudo de Zumbeck (2001, apud KOFRA, s.d.), entende-se que mulheres prostitutas retratam existências hipervulnerabilizadas pelas condições estruturais da indústria do sexo e, por assim dizer, da sociedade patriarcal, branca e burguesa, que cultua o “consumo” dessas “carnes” ao mesmo tempo que as invisibiliza. É perceptível, por outro lado, que a crueldade contra essas subjetividades inicia muito antes de sua entrada na prostituição; são mulheres de longas vivências, muitas dessas manchadas de traumas e agressões. Como relata a ex-prostituta alemã Marie Merklinger:

O que eu sei hoje é que mulheres são vitimizadas pelo sistema de prostituição por inúmeros criminosos e, ao mesmo tempo, vitimizadas por uma sociedade que não está apenas permitindo mas encorajando a prostituição ao aceitá-la como um ‘trabalho como qualquer outro’. Nós somos vítimas de uma sociedade cega de um olho, que avança a riqueza de poucos privilegiados às custas do sofrimento de um incalculável número de mulheres e crianças (SPACE INTERNATIONAL, 2019, tradução nossa).

²⁹ A interseccionalidade, como descrita por Crenshaw (2001), será melhor esclarecida nos próximos capítulos.

A respeito das violências cometidas a essas mulheres antes e durante sua prostituição, uma pesquisa realizada pelo BMFSFJ (2014, p. 490) com 110 trabalhadoras do sexo observou que, desde a idade dos 16 anos, 84% havia vivenciado pelo menos uma forma de violência física, e 59% relatou ter experienciado pelo menos uma violência sexual. Além disso, 52% delas revelou ter sofrido violência física durante a infância, e 43%, abuso sexual (BMFSFJ, 2014, p. 492). Por fim, 78% das entrevistadas apontou sentir medo de sofrer violências de clientes (BMFSFJ, 2014, p. 520), e um quinto delas revelou ter sofrido ferimentos severos, como ossos quebrados, lesões musculares, queimaduras e articulações deslocadas, durante a prática da prostituição (BMFSFJ, 2014, p. 531).

Diante de uma realidade estrutural de abusos e agressões, é importante, também, destacar que a condição de vulnerabilização dessas mulheres não termina com sua saída da prostituição. Como indicam Norak e Kraus (2018), frequentemente ex-prostitutas apresentam quadros clínicos de ansiedade, depressão e estresse pós-traumático, o que dificulta, por conseguinte, no seu processo de reintegração à sociedade. Ainda, é importante considerar a interseccionalidade ao tratar de violências cometidas contra essas pessoas (CRENSHAW, 2001), tanto antes quanto durante e depois da prostituição. Essas mulheres não sofrem violências, explorações e estigmas apenas por serem prostitutas; muitas delas também suportam dores por serem mulheres, migrantes e não-brancas.

Para Novak e Kraus (2018, p. 6), outro problema relacionado à saída dessas mulheres da prostituição gira em torno da natureza de tal indústria, que as isola nas instâncias dos bordéis, separando-as do mundo civil alemão. O insulamento dessas mulheres é, por sua vez, utilizado de forma coercitiva pelos proxenetas e outros protagonistas do ramo de modo a perpetuar a permanência de tais prostitutas na indústria.

As autoras também apontam para relatos de muitas mulheres que, deixando a prostituição, viram-se confrontadas por situações de extrema humilhação em momentos como busca de emprego.³⁰ A estigmatização moral dessas subjetividades retrata, dessa forma, um grande impedidor à sua reinserção na sociedade, ainda mais ao se tratar de mulheres cujos estigmas são interseccionados – cor de pele, etnia, local de origem, entre outros (NOVAK e KRAUS, 2018).

³⁰ Em um desses relatos, a mulher atesta a um potencial empregador a respeito de sua história com a prostituição; ela, então, recebe a seguinte resposta do homem: “Minha mulher terá problema se você trabalhar aqui sendo outrora prostituta, mas se você quiser, podemos nos encontrar em particular em um hotel hoje à noite. Eu pagaria bem”. (NOVAK e KRAUS, 2018, p. 7).

Finalmente, à vista dessas e de outras problemáticas associadas à prostituição legalizada, entende-se que o contexto de violências contra essas mulheres não só continuou com a ProstG como se intensificou em tal sociedade – fato este que reforça a hipótese desta pesquisa, segundo a qual a indústria sexual alemã continua com a colonialidade do país na mercantilização e sexualização dessas pessoas. Em decorrência da realidade estrutural de desigualdades, agressões e degradação das saúdes física e mental dessas mulheres, o BMFSFJ (2007) constatou que a legalização da compra e venda de sexo não melhorou o panorama de proteção das mulheres inseridas na cena sexual do país, tal como não reduziu o crime organizado e não ofereceu mecanismos a fim de auxiliar tais mulheres a deixar a prostituição. Pelo contrário: ressaltou agressões e radicalizou a relação historicamente hierárquica entre o “consumidor” homem e a “consumida” mulher.

Diante de uma indústria capitalista em torno da venda de sexo, a mulher prostituta tornou-se mera “mercadoria” às massas masculinas que compram esses corpos, deteriorando-se como mais uma “coisa” comprável. Deste modo, após tratar da indústria da prostituição e da “consumida” colonizada, o capítulo seguinte finalizará a análise sobre o “bordel da Europa” a partir de uma visão sobre o “consumidor” dessa “mercadoria” – ou seja, sobre a subjetividade que promove a prostituição, assim como o tráfico para exploração sexual, no país.

2.1.3 O “consumidor” colonizador

O “consumidor” de serviços sexuais retrata um pilar central das temáticas da prostituição e do tráfico de mulheres para exploração sexual. Sendo aquele quem compra as práticas de sexo, é o cliente quem movimenta a cadeia produtiva em torno da oferta de corpos para consumo (SHIVELY et al., 2012), incluindo aqueles oriundos do tráfico de seres humanos (CHO, DREHER e NEUMAYER, 2013).

A problemática do “cliente” é, por outro lado, pouco abordada em pesquisas empíricas e estudos teóricos, conforme aponta o sociológico estadunidense Ronald Weitzer (2009, p. 11). Segundo o autor, ao longo dos anos, a literatura voltou-se em grande parte ao espectro da prostituição de rua, o que acabou por priorizar certos objetos de estudo em detrimento de outros. Assim, para Weitzer, trabalhadores do sexo são mais considerados academicamente do que clientes e gerentes de bordéis; mulheres prostitutas cisgênero, muito mais do que homens prostitutas cisgênero e homens e mulheres transexuais; e a prostituição criminalizada, mais do que a legalizada (WEITZER, 2009, p. 11).

De fato, ao se ter como objetivo a busca por informações empíricas sobre aquele quem compra serviços sexuais em terras alemãs, observou-se relativa dificuldade na tarefa. De todo modo, notícias, relatos e outras referências sobre o tema fornecem substanciais vestígios ao desenho do perfil dessas pessoas – desses “consumidores” de mulheres vistas como “carnes frescas” e “exóticas”.

Na Alemanha, diante de mais de 10.000 estabelecimentos de prostituição (SCELLES, 2019, p. 252) – sendo 3.500 desses somente bordéis (KRAUS, 2016) –, estima-se entre 1,2 e 1,5 milhão o número de pessoas que consome serviços sexuais diariamente no país, sendo a grande maioria composta por homens (SCELLES, 2011, p. 233; GERHEIM, 2012, p. 4). Além disso, calcula-se que 75% da massa masculina alemã já tenha comprado serviços de uma prostituta pelo menos uma vez na vida; 20% desses homens seriam clientes regulares (KLEIBER e VELTEN, 1994, p. 16; GRENZ, 2005, p. 21).

A esse contexto, Kraus (2016) aponta que a legalização da prostituição banalizou o sexo em meio à sociedade alemã, normalizando uma cultura de consumo selvagem a corpos de prostitutas – essas tratadas não mais do que “coisas” e “produtos” compráveis. A problemática da prostituição enquanto “banal” é, por sua vez, expressa pelo seguinte relato de uma ex-prostituta em matéria ao jornal *El País*: “Um dia um cara entrou no bordel e disse que estava em dúvida entre ir ao açougue ou investir seu dinheiro em passar um tempo conosco. Eles nos veem como pedaços de carne” (VICENTE, 2018).

O volume de consumidores de corpos da Alemanha não se faz, por outro lado, apenas pela população masculina do país. Com a industrialização do sexo, as terras germânicas tornaram-se mercado internacional ao turismo sexual, atraindo massas de homens de vários cantos do mundo. Em entrevista ao jornal britânico *Telegraph* (BARNETT, 2013, tradução nossa), a ativista Alice Schwarzer declara: “A Alemanha, hoje, é um ‘paraíso sexual’ para estrangeiros – graças à reforma de 2002 que permitiu condições em que nossos países vizinhos estão encantados: grandes bordéis com taxas baixas e fixas, e bordéis de ‘bem-estar’”.

De acordo com a Fundação Scelles (2013, p. 22), estima-se que 10% dos aproximados 850 milhões de turistas que viajam internacionalmente todos os anos escolha seu destino com base no turismo sexual. Neste cenário, ao considerar a Alemanha como um dos países mais visitados todos os anos³¹, ao mesmo tempo que o maior mercado de sexo da União Europeia, deduz-se que, dessa relação, a indústria alemã da prostituição esteja diretamente conectada a massas de turistas homens advindas de distintas regiões do globo.

³¹ Cerca de 37 milhões de pessoas visitem o país anualmente (DEUTSCHLAND, 2018).

Pela proximidade geográfica, países como Holanda e Suíça são os mais citados como consumidores de mulheres prostitutas na Alemanha (VICENTE, 2018); além disso, são as duas nacionalidades que mais frequentam o turismo das terras alemãs – retratando, respectivamente, 11,2 milhões e 6,2 milhões de pessoas (DEUTSCHLAND, 2018). No entanto, outras nacionalidades também mostram preferência sobre a indústria sexual da Alemanha, sobretudo ao se tratar de países em que ou a prostituição é criminalizada ou a compra de sexo o é (VICENTE, 2018).

A este tema, destaca-se um estudo realizado com 110 homens escoceses que frequentemente compravam serviços sexuais em seu país de origem; à pesquisa, constatou-se que 16,3% deles já haviam visitado estabelecimentos da prostituição alemã (FARLEY, 2011, p. 8). Além desse, outros países associados à indústria sexual da Alemanha são Áustria e República Tcheca. As rodovias localizadas na região de fronteiras entre esses três Estados não raras as vezes são descritas como “rotas de sexo” ou “mercado de escravos”. Representam, por fim, especialidades com grandes volumes de mulheres prostitutas migrantes – com destaque a nacionalidades asiáticas e latino-americanas –, onde o turismo sexual, ofertado a partir de “casas de massagem” ou de “tours de sexo” – é predominante (KLENK, 2006).

Outro indicador para a frequência dessas massas de homens em estabelecimentos de prostituição na Alemanha diz respeito à estrutura das plataformas eletrônicas utilizadas por esses empreendimentos. O megabordel Pink Palace, por exemplo, dispõe a interface de seu sítio eletrônico em 13 línguas diferentes³². O estabelecimento é um dos marcos da cena sexual de Hamburgo, apontando ao recebimento de milhares de visitantes em finais de semana. Segundo o website do bordel, o funcionamento do local se dá 365 dias por ano, 24 horas por dia, e envolve 60 “garotas internacionais” ao longo dos 5 andares do clube.³³

Por fim, ainda cabe, aqui, comentar a respeito de um fenômeno recente de consumo de corpos e sexualidades que vêm emergindo em meio à sociedade alemã contemporânea: pornografia de refugiados. De acordo com uma matéria do jornal alemão Zeit em conjunto à análise de especialistas em estatística e de sexólogos (AMJAHID, 2018), tal gênero pornográfico tornou-se altamente demandado por usuários alemães de grandes websites do ramo a partir do ano de 2015, quando se viu instaurar a crise de refugiados europeia. O material

³² Além do alemão, são elas: inglês, polonês, espanhol, húngaro, romeno, tcheco, russo, francês, italiano, búlgaro, português e grego.

³³ As informações foram tiradas do próprio site do bordel. Para mais informações, checar seu website: THE PINK PALACE. **Pink palace**, 2019. Página inicial. Disponível em: <<http://pink-palace.de/en/>>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

visual retrata, por sua vez, realidades imaginadas em que a mulher, migrante, exótica, misteriosa e hipersexualizada, é seduzida, dominada e conquistada pelo homem branco.

Assim, mesmo com a escassez de informações a respeito daqueles que compram e consomem serviços sexuais, percebe-se que a grande volume dessas pessoas se faz por homens brancos originários da Alemanha ou de outros países, com destaque à União Europeia. Ainda, a industrialização do sexo normalizou uma cultura de consumo de corpos, consolidando tanto a passagem dessas subjetividades masculinas por certos períodos da vida – em exemplo, formaturas (Kraus, 2016) – quanto a atratividade do turismo sexual do país às massas de homens de distintas regiões do globo. Por fim, destaca-se o fetichismo dessa cultura de violências por aquilo que viu com a pornografia de refugiados, onde se constroem imaginários de mulheres hipersexualizadas pelo seu “exotismo” não-ocidental, assim como pela sua situação de vulnerabilidade.

2.2. Considerações parciais

Diante do “bordel da Europa”, da “consumida” colonizada e do “consumidor” colonizador, entende-se que a legalização e regularização da prostituição na Alemanha, sem que esta viesse acompanhada de mecanismos estatais a fim de diminuir com a demanda por esses serviços, fomentou um espectro de industrialização do sexo em tal sociedade. Esse cenário, por sua vez, impulsionou à continuidade de violências, estigmas, explorações e agressões contra esses trabalhadores – na sua maioria, mulheres migrantes –, historicamente marginalizados e invisibilizados pelo Estado Alemão.

Daquilo que fora apresentado até então por esse contexto de industrialização da prostituição, destacam-se, a seguir, alguns pontos:

Em primeiro lugar, ressalta-se que a capitalização da oferta de serviços sexuais banalizou o trabalho dessas mulheres prostitutas. A banalidade dessas trabalhadoras do sexo é vista, por um lado, pela propagação de “menus” e catálogos contendo informações de mulheres e preços de serviços, por guias oficiais de turismo que divulgam bordéis e clubes da cidade, pela implementação das chamadas “caixas de sexo”, entre outras questões. Por outro lado, essas mulheres também são banalizadas quando tratadas como “pedaço de carne”, ao ter sua força de trabalho barateada e degradada por impostos e despesas com bordéis, entre outros pontos levantados.

Em segundo, atenta-se que a indústria de sexo alemã, em muitos casos, não impõe limites à demanda de serviços sexuais, contanto que o consumidor tenha recursos financeiros

para tal. Em decorrência desse cenário, diversas práticas de alto risco, como o não-uso de preservativos, têm sido cada vez mais exigidas dessas mulheres, pondo em risco sua segurança e saúde.

Em terceiro, compreende-se que a industrialização do sexo alemã é responsável por hipersexualizar esses corpos colonizados e racializados, reforçando os estereótipos de “sensualidade” e “erotismo” dessas mulheres prostitutas (SAID, 1990). Diversos bordéis se utilizam de estéticas historicamente vistas como “exóticas” pelas potências europeias colonizadoras; além disso, websites de acompanhante categorizam mulheres com base em terminologias e atributos biológicos – entre outros, cor de pele, cabelo, etnia, raça, tamanho e peso –, erotizando-as a partir de um ar de “exotismo” e “orientalismo” não-europeus. Entende-se, portanto, que esses estabelecimentos continuam com a colonialidade do país ao enfatizar a mercantilização e sexualização dessas mulheres prostitutas migrantes.

Em quarto, entende-se que a prostituição legalizada e o tráfico de pessoas se retroalimentam. Dessa forma, uma sociedade como a alemã, que retrata uma das maiores economias do mundo e o maior mercado sexual da União Europeia em termos de massa de prostitutas, encontra-se no centro da cena de trabalho forçado e escravidão contemporânea de redes internacionais de tráfico de seres humanos. Grande parte dessas pessoas vitimizadas e hipervulnerabilizadas – mulheres – é, por sua vez, insulada em bordéis e outros estabelecimentos do ramo, sendo explorada sexualmente pelas massas masculinas do país.

Em quinto, destaca-se que a legalização da prostituição não promoveu maior panorama de proteção, saúde e segurança a essas mulheres, assim como não proporcionou meios funcionais à sua saída da prostituição e reintegração na sociedade alemã. O fato é observado sobretudo a partir de relatos de violência física, emocional e sexual cometidas contra essas pessoas, tanto antes quanto durante e no pós-prostituição. À vista disso, reitera-se que a problemática não trata apenas de mulheres prostitutas, mas, sim, de mulheres prostitutas migrantes e não-brancas. Logo, a violência não deve ser percebida somente como misógina ou xenofóbica ou racista; ao contrário: necessita ser analisada em uma interseccionalidade entre esses e outros fatores relativos à subjetividade dessas mulheres.

Em sexto, percebe-se que Alemanha, com a legalização da prostituição em 2002, tornou-se destino sexual para muitos turistas internacionais – sobretudo a homens originários de países industrializados – que buscam pelo consumo de corpos “exóticos”. O fetiche pela mulher migrante é ressaltado, por seguinte, pela ascensão do gênero pornográfico de refugiados, o qual hipersexualiza e hiperviolenta existências vulnerabilizadas por guerras e perseguições a partir da histórica dicotomia civilizatória entre colono e colonizada.

Diante de todos esses pontos, entende-se que a industrialização do sexo na Alemanha continua com as violências e explorações cometidas contra essas mulheres prostitutas – subjetividades essas historicamente invisibilizadas e violentadas por aqueles que, a partir da modernidade, colocaram-se no topo das hierarquias sociais – homens, brancos, cis-héteros, ocidentais e europeus.

Por fim, como coloca Quijano (2001), é importante considerar que nenhuma das tendências observadas com esses fenômenos de industrialização do sexo e expansão da prostituição de mulheres migrantes na territorialidade alemã são novos na historiografia de sexualização de corpos. Com a emergência da globalização, muitas dessas tendências, originadas pelas violências e hierarquizações da modernidade europeia, apenas se radicalizaram diante dos movimentos de dinamização das relações e internacionalização da política e da economia. Nesse contexto, a prostituição, enquanto indústria de comercialização de corpos para fins sexuais, materializou-se nada menos como um segmento do capitalismo global, pertencendo à tênue linha contemporânea entre o formal e o informal, regular e o irregular, existente e o invisível.

Dessa forma, o próximo capítulo apresentará o horizonte colonial de objetificação, sexualização e mercantilização de mulheres racializadas ao longo da empreitada colonial europeia, de modo que se evidencie a indústria de prostituição alemã como continuidade da colonialidade do país. Para tal, o capítulo dialogará com as teorias Pós-coloniais e Decoloniais, assim como com a perspectiva foucaultiana em torno do biopoder e da biopolítica, para que se melhor compreenda os aspectos coloniais que mercantilizam e sexualizam os corpos não-brancos.

3. BIOPOLÍTICA, COLONIALIDADE E A “COISIFICAÇÃO” DE CORPOS COLONIZADOS

A modernidade europeia³⁴ mostra-se como um ponto-chave ao entendimento da historiografia colonial de inferiorização, objetificação e mercantilização de corpos não-brancos. É o momento histórico em que se verificou, por um lado, a instrumentalização da perversidade enquanto ferramenta à acumulação capitalista da classe burguesa. Por outro, fora o tempo onde racismos e sexismos se transformaram de um primeiro instante, quando temporalmente localizados e espacialmente delimitados, a tópicos de natureza generalizada, permanente e estrutural (MILTON, 2001).

No tocante a este contexto, a fim de que se substancie a hipótese de que a indústria sexual alemã reproduz a colonialidade do país na sexualização e mercantilização das mulheres prostitutas migrantes, este capítulo terá por objetivo compreender o horizonte colonial de inferiorização e “animalização” de mulheres racializadas. Para tal, o capítulo será dividido em dois tópicos: 3.1) A produção de corpos e sexualidades na modernidade civilizatória europeia; e 3.2) A objetificação e hipersexualização de mulheres não-brancas. A primeira parte revisará a perspectiva foucaultiana em torno das temáticas do biopoder e da biopolítica, dialogando-a com os estudos Pós-coloniais e Decoloniais³⁵ críticos à modernidade europeia. A segunda parte voltará o panorama biopolítico de formação de corpos ao caso das mulheres racializadas, examinando os processos que sexualizaram e mercantilização essas pessoas ao longo do tempo moderno europeu.

3.1. A produção de corpos e sexualidades na modernidade civilizatória europeia

Ao analisar a história da sexualidade, o filósofo francês Michel Foucault (1988) aponta a modernidade como o momento divisor de águas à maneira pela qual as temáticas do comportamento humano, agora associadas ao capitalismo nascente, passaram a interagir ao longo das sociedades. Ao autor, o período demarca o nascimento do corpo enquanto zona de

³⁴ Neste trabalho, a era moderna será periodizada a partir da concepção do historiador argentino Enrique Dussel (2005), que data o tempo a partir das Navegações Ibéricas do século XV, mais especificamente com a chegada dos espanhóis às Américas, no ano de 1492.

³⁵ Para se melhor compreender a emergência e o panorama teórico abarcado tanto pelos estudos Pós-coloniais quanto pelos Decoloniais, sugere-se a seguinte leitura: BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 11. Brasília, maio - agosto de 2013, p. 89-117. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>>. Acesso em: 19 de Dez. de 2019.

soberania estatal, e de como isso vem a se estabelecer junto com a expansão da burguesia branca enquanto lócus emergente de poder econômico no continente europeu.

Na perspectiva foucaultiana (1988), a problemática moderna de sexualização e diferenciação de subjetividades não reside, em si, na repressão sobre as discursividades da vida biológica e das sexualidades. Pelo contrário: no avançar do século XVI, a interdição ao sexo tornou-se elemento central de uma gama de discursos propagados em meio às sociedades europeias, vindo ao encontro não apenas dos dizeres de ordem religiosa, mas, também, econômica, médica, pedagógica, demográfica e científica. Assim, para além do domínio da moralidade, o confisco da sexualidade transformou-se em elemento para a narrativa política e, conseqüentemente, em objeto “de análise, de contabilidade, de classificação e de especificação, através de pesquisas quantitativas ou causais” (FOUCAULT, 1988, p. 24).

A crescente objetificação de categorias biológicas na qualidade de coeficiente político – sendo acompanhada pela ascensão da multiplicidade de discursos em torno do sexo – é, para Foucault (1988), um fenômeno diretamente relacionado com a solidificação do poder econômico burguês e, por conseguinte, à expansão do capitalismo ao longo das sociedades. A modernidade, modelando continuamente o tempo e o espaço ao modo de produção capitalista (GIDDENS, 1990), também veio a incidir sobre a própria biologia das pessoas – e, conseqüentemente, da população, entendida pela perspectiva foucaultiana como um organismo “social” (FOUCAULT, 1988, p. 25-26) –, reconfigurando corpos como fator de produção à acumulação de capital das classes brancas e mais abastadas.

Conforme aponta o filósofo (FOUCAULT, 2008), ao se tratar de mecanismos de poder, tanto manifestações do dito quanto do não-dito se incorporam em uma complexa rede que, quando organizada racionalmente, adquire a função de responder a uma urgência ou desempenhar um interesse dominante. A essa ordenação estratégica, o autor dá o nome de dispositivo³⁶: “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles” (FOUCAULT, 2008, p. 138-141). Dessa maneira, quando a lógica discursiva é articulada com ações concretas, efeitos reais são produzidos, e a verdade histórica, construída, instaurando um jogo de poder entre distintas subjetividades e forças sociais (FOUCAULT, 2008).

³⁶ “Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 2008, p. 138).

Nesses termos, a ampliação dos discursos sobre a sexualidade humana, enquanto mecanismo de tipificação e classificação de subjetividades, encontrou-se circunscrita aos interesses políticos e econômicos da classe burguesa no tempo em questão (FOUCAULT, 1988). Não foram apenas dizeres explicitados, por outro lado, as únicas técnicas de poder que emergiram de modo a reorganizar os corpos ao longo das sociedades. Para Foucault (1988), a modernidade europeia inaugurou um dispositivo da sexualidade, configurando, assim, uma rede estratégica de discursos e políticas de forma a fabricar um corpo social em torno de gestos, rotinas e modos de ser e pensar condizentes à acumulação capitalista. Nesses termos,

Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um ‘povo’, porém com uma ‘população’, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de habitat. [...]. No cerne deste problema econômico e político da população: o sexo; é necessário analisar a taxa de natalidade, a idade do casamento, os nascimentos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, a maneira de torná-las fecunda ou estéreis, o efeito do celibato ou das interdições, a incidência das práticas contraceptivas (FOUCAULT, 1988, p. 25-26).

A partir da genealogia das técnicas de poder vinculadas ao dispositivo da sexualidade, a perspectiva foucaultiana assinala à configuração de uma nova política no avançar do tempo moderno: uma que se deslocou do gerenciamento da morte à administração calculista sobre a vida. Como chama o filósofo, a “bio-política”, que veio configurar o exercício do “bio-poder” (FOUCAULT, 1988, p. 132-133), fixou sobre o indivíduo um novo espaço de exercício de autoridade, tornando o corpo biológico uma força passível de manipulação, propagação, (re)produção e organização. É, assim, um empreendimento de poder que se centraliza em “causar a vida”, tendo, no seu limite de aplicação, “devolver a morte” (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Para Foucault (1988), dois foram os cortes históricos que se destacaram na solidificação do biopoder: 1) o interstício entre os séculos XVI e XVII, que demarcou o adestramento e a “docilização” das subjetividades ao seu encaixe no sistema capitalista; e 2) o final do século XVIII, que institucionalizou a sexualidade enquanto “negócio de Estado” (FOUCAULT, 1988, p. 111) e objeto de estudo às ciências e aos saberes. Como ressalta:

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe (FOUCAULT, 1999, p. 164).

Considerando a cronologia de inventividade sobre os comportamentos humanos, um ponto vital à perspectiva foucaultiana é de que os dispositivos do biopoder, centrados na lógica

do “fazer viver” ou “deixar morrer”, foram elaborados “para e pelas classes privilegiadas” (FOUCAULT, 1988, p. 116). Assim, para além da formatação da população como vetor à acumulação capitalista, as técnicas do corpo e da sexualidade trataram, antes, de diferenciar os corpos burgueses e brancos, protegendo-os e os preservando “com uma saúde, uma higiene, uma descendência, uma raça” (FOUCAULT, 1988, p. 118).

Nesse sentido, a emergência do biopoder enquanto exercício de autoridade da burguesia construiu socialmente uma normalidade a ser seguida – uma em que, a partir de taxonomias biológicas, passou a distinguir certos corpos e sexualidades, considerados “saudáveis”, de outros, tidos como sujos, anormais e, portanto, passíveis de controle, correção e exclusão. Por um lado, no topo da hierarquia política, econômica e ontológica da sociedade moderna, o homem branco, europeu, heterossexual e burguês. De outro, na base da pirâmide, os homossexuais, as prostitutas, os fetichistas e todos aquelas outras sexualidades periféricas em relação à normalidade hétero-cis-patriarcal-branca imposta (FOUCAULT, 1988).

Por assim dizer, cabe destacar que a visão foucaultiana sobre a sexualidade delimita os dispositivos modernos de formatação de corpos ao contexto europeu – ou, como diria Boaventura de Souza Santos (2008), ao lado de “cá” da linha abissal –, escapando-lhe, dessa maneira, o macrouniverso de técnicas de biopoder aplicado pelas potências europeias imperialistas sobre as populações autóctones americanas, africanas e asiáticas durante o período de gestão colonial (STOLER, 1989).

Para o marxista italiano Domenico Losurdo (2011), o biopoder enquanto prática de confisco da sexualidade, fabricação de comportamentos e formatação de organicidades configura uma história anterior ao prolongamento e fortalecimento da vitalidade branca e burguesa. Na visão do autor, o exercício político sobre a vida biológica, tal como descrito por Foucault (1988), teve como primeiro laboratório o colonialismo, tornando o corpo colonizado alvo de todo o tipo de técnica de controle, dominação, extermínio, sujeição, coisificação e mercantilização. Não é possível, desse modo, dissociar os dispositivos biopolíticos daquilo que se tem pela empreitada colonial europeia e, por conseguinte, dos abusos, violências e conquistas historicamente cometidos contra as populações indígenas, negras, mestiças, árabes e amarelas (LOSURDO, 2011).

Para Aníbal Quijano (2005), o componente raça é central à explicação do tempo moderno, da ordem mundial eurocentrada e, assim, dos processos de sexualização e objetificação de corpos não-brancos – panorama este onde a colonialidade alemã se fundou. Conforme aponta o sociólogo peruano, o europeu conquistador, em contato com o aborígine conquistado, codificou diferenças fenotípicas e culturais, institucionalizando-as de modo que

passassem a categorizar as subjetividades em superiores e inferiores. A estruturalização de taxonomias biológicas enquanto atributos de diferenciação social tornou-se, assim, o cerne do padrão de dominação colonial e de divisão internacional do trabalho. Ao autor,

No começo, o colonialismo foi produto de uma repressão sistemática, não apenas de crenças, ideias, imagens, símbolos ou conhecimentos específicos que não eram úteis à dominação colonial global, enquanto ao mesmo tempo os colonizadores estavam expropriando dos colonizados seu conhecimento, especialmente na mineração, agricultura, engenharia, assim como seus produtos e trabalho. A repressão recaiu, acima de tudo, sobre os modos de saber, de produzir conhecimento, de produzir perspectivas, imagens e sistemas de imagens, símbolos, modos de significância, sobre os recursos, padrões e instrumentos de expressão formalizada e objetivada, intelectual ou visual (QUIJANO, 2010, p. 23, tradução nossa)

Na configuração da matriz colonial de poder – nomeada, por Quijano (2005), de “colonialidade do poder” –, uma série de identidades sociais e geoespacialidades³⁷ surgiu em contraposição ao branco, visto como “superior”, e à Europa, tida como o centro do mundo. O que se percebe com a modernidade europeia, e civilizatória (DUSSEL, 2005), é, portanto, a emergência da raça “racializada”, ou seja, da raça como instrumento biopolítico de diferenciação social cujas significâncias passaram a ultrapassar a esfera de sua inscrição inicial, dada enquanto elemento da biologia (PERSAUD, 2002).

Nesse sentido, se, por um lado, a sexualidade – como assim percebe Foucault (1988) – não pode ser analisada fora de determinadas estruturas históricas, o mesmo ocorre com a raça. Com a ascensão da modernidade europeia, esse elemento da biologia se tornou um aparato biopolítico para a categorização e diferenciação de corpos; logo, ele deve ser percebido dentro de uma conjuntura específica de dizeres e não-dizeres, conjuntura esta moldada a partir dos interesses das classes privilegiadas da época (PERSAUD, 2002).

No tocante a esse cenário, o circuito atlântico de comercialização de corpos negros do século XVI se configurou como um momento crucial à associação entre capitalismo, colonialidade e modernidade – e, logo, à emergência do padrão colonial de poder (MIGNOLO, 2002). Assim sendo, à medida que a raça fora sendo “racializada”, não só novas identidades ascenderam ao longo das espacialidades do globo, mas, também, todo um conjunto de relações intersubjetivas e formas de controle da mão-de-obra, implementado pelos colonizadores, brancos, às populações indígenas, negras e mestiças (QUIJANO, 2005).

Assim, no controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, a família

³⁷ “No curso da fundamentação dessas características do poder atual, foram se configurando as novas identidades sociais da colonialidade (índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos, mestiços) e as geoculturais do colonialismo (América, África, Extremo Oriente, Oriente Médio, Ocidente e Europa). As relações intersubjetivas correspondentes, nas quais foram se fundindo as experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, foram se configurando como um novo universo de relações intersubjetivas de dominação sob a hegemonia eurocentrada” (QUIJANO, 2007, p. 94, tradução nossa).

burguesa; no controle da autoridade, seus recursos e produtos, o Estado-nação; no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo (QUIJANO, 2005, p. 113).

O padrão de dominação colonial, na sua associação com o capitalismo nascente, fora, por outro lado, muito além da categorização das subjetividades não-brancas a partir de terminologias de raça. Ao sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2010), a modernidade-colonialidade cristalizou um sistema-mundo “europeu/ capitalista/ militar/ cristão/ patriarcal/ branco/ heterossexual/ masculino” (GROSFOGUEL, 2010, p. 70, tradução nossa), classificando corpos e saberes em torno de questões de ordem política, econômica, sexual, espiritual, epistêmica, linguística e de gênero. Por consequência, a matriz de poder global moldou-se em torno do entrelaçamento de múltiplas hierarquias heteropatriarcais – ou, como chama o autor, “heterarquias” (GROSFOGUEL, 2010, p. 70) –, reservando os centros decisórios do mundo apenas aos sujeitos masculinos, brancos e europeus.

À vista das questões pontuadas por Persaud (2002), Mignolo (2002), Quijano (2005) e Grosfoguel (2010), percebe-se que a temática da conquista é recorrente quando se tem por foco a modernidade europeia – e, em se tratando do objetivo deste trabalho, da colonialidade alemã. Enquanto técnica de biopoder, a expressão máxima do “*ego conquiro*”³⁸ (DUSSEL, 2005, p. 28) transpassou a esfera do confisco de terras das populações colonizadas, vindo a incidir sobre todo o mar de significâncias dos distintos modos de saber e ser desses povos. Por consequência, os corpos não-brancos foram reduzidos a objetos descartáveis à materialização de interesses e satisfação de prazeres daquelas subjetividades mais ao topo das hierarquias sociais (MBEMBE, 2017) – no caso, das elites alemãs aristocratas e burguesas. Assim assinalam Ella Shohat e Robert Stam: “Populações colonizadas são projetadas como corpo ao invés de mente, da mesma forma que o mundo colonizado foi visto como matéria-prima ao invés de atividade mental e manufatureira” (2014, p. 138, tradução nossa).

Para o pensador martiniquense Aimé Césaire (2000), na relação intersubjetiva entre o colonizador e o colonizado, só há espaço para trabalho forçado, pressão policial, taxaço, roubo, estupro e intimidação; ou seja, violências nas mais diversas esferas da condição humana³⁹. Deste modo, o autor formula a equação “colonização igual a coisificação” (CÉSAIRE, 2000, p. 42, tradução nossa), evidenciando a perspectiva de que o colonialismo “coisificou” as subjetividades não-brancas, lançando-lhes à tormenta de terem suas “culturas humilhadas,

³⁸ Para Enrique Dussel (2005), o *ego conquiro* (eu conquisto) antecipou em um século o *ego cogito cartesiano* (eu penso), legitimando, nesse sentido, a base racionalista e humanista europeia a partir de um binarismo entre ser e não-ser, existência e inexistência, válido e não válido.

³⁹ Conforme visto anteriormente, Grosfoguel (2010) amplia as esferas sobre as quais a modernidade-colonialidade veio a atuar – e ainda atua, sob a forma das colonialidades – sobre as subjetividades, abarcando desde a questão política àquelas de natureza econômica, sexual, espiritual, epistêmica, linguística e de gênero.

instituições minadas, terras confiscadas, religiões assassinadas, magnificências artísticas aniquiladas, extraordinárias *possibilidades* suprimidas” (CÉSAIRE, 2000, p. 43, tradução nossa).

Ainda, Césaire discorre sobre “[...] os milhões de homens arrancados de seus deuses, suas terras, seus hábitos, suas vidas – da vida, da dança, da sabedoria” (CÉSAIRE, 2000, p. 43, tradução nossa), assim como “sobre os milhões de homens nos quais o medo foi astutamente instilado, os quais foram ensinados a ter um complexo de inferioridade, a tremer, ajoelhar-se, desesperar-se e se comportar como lacaios” (CÉSAIRE, 2000, p. 43, tradução nossa). O colonialismo tratou, portanto, de uma rede de múltiplos discursos e práticas – ou, conforme a perspectiva foucaultiana (2008), de dizeres e não-dizeres – que veio a edificar a superioridade econômica, política e ontológica europeia em detrimento da supressão, inferiorização e “coisificação” do “outro” não-branco (QUIJANO, 2010).

Em proximidade à perspectiva de Césaire, o filósofo e ensaísta martiniquense Frantz Fanon (1961, 2008) argumenta que o colonialismo inferiorizou as subjetividades não-brancas, sacando-lhes da esfera de existência ontológica. À visto disso, o discurso que passou a se construir a partir da gestão colonial é de uma “linguagem zoológica” (FANON, 1961, p. 39), que objetifica e bestializa as existências indígenas, negras, árabes e amarelas. À problemática da coisificação, Fanon relata: “Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descubro objeto em meio a outros objetos” (FANON, 2008, p. 103).

Uma vez objetificados pelas técnicas biopolíticas da modernidade colonial, os corpos não-brancos tornaram-se alvo contínuo das garras do capitalismo nascente, o qual não só os incorporou às relações emergentes de controle de mão-de-obra como os transformou em mercadorias às redes de comércio internacional (QUIJANO, 2005). Essa realidade é, por conseguinte, continuada pela indústria sexual alemã contemporânea, que reproduz a colonialidade do país ao reforçar o panorama histórico do colonialismo europeu de inferiorização, sexualização e mercantilização de corpos não-brancos – no caso, das mulheres prostitutas migrantes.

Essa metamorfose da vida biológica, de objeto à mercadoria, é particularmente contemplada pelo filósofo camaronês Achille Mbembe (2014) ao analisar a produção do substantivo “negro”. Para o autor, tem-se, primeiramente, o homem-mineral: o negro quando confiscado e separado de suas terras e origens. Em segundo lugar, o homem-metal: o negro quando extirpado de seus códigos, linguagens, rotinas, laços afetivos e de todos os seus demais sistemas de referência. Por fim, em terceiro lugar, o homem-moeda: o negro quando usurpado,

abusado e explorado ao máximo de sua existência, agora vista, aos olhos brancos, como objeto (MBEMBE, 2014, p. 78). Trata-se, assim, à vítima colonizada, de “uma tripla perda: a perda de um ‘lar’, a perda de direitos do corpo de cada um, ou de cada uma, e a perda de um estatuto político” (MBEMBE, 2017, p. 122).

A metáfora de objetificação utilizada por Mbembe é, em si, muito pertinente ao se tratar das mulheres prostitutas migrantes da sociedade alemã. Como exposto no primeiro capítulo, grande parte delas adentra no mundo da prostituição de forma involuntária – são conduzidas a este universo por episódios de violência, falta de oportunidades e/ou casos de tráfico de pessoas. Assim, elas são, primeiramente, mulher-mineral: são extirpadas de suas terras por fatores não raras as vezes estruturais, sejam econômicos, políticos, sociais, culturais, religiosos, humanitários ou subjetivos. Em um segundo momento, elas são mulher-metal: adentram na indústria sexual alemã e, gradativamente, têm ser corpos degradados, suas crenças esquecidas e suas vozes silenciadas. Finalmente, elas se tornaram a mulher-moeda: uma existência que, aos olhos do cliente branco, nada mais representa do que um objeto de satisfação sexual, uma “mercadoria” a ser “consumida”.

À vista do conjunto histórico modernidade-colonialidade-capitalismo, percebe-se, portanto, que o corpo colonizado fora laboratório de docilização biopolítica muito antes da emergência das técnicas de fortalecimento da biologia das classes privilegiadas (STOLER, 1989; LOSURDO, 2011). Enquanto “mercadorias”, as populações negras, indígenas, mestiças, árabes e amarelas retratam o pilar central da estruturação do mundo branco e burguês, de tantas “higiens” e “civilidades”. Como observa Mbembe, a “civilização dos costumes” concretizou-se “graças às novas formas de enriquecimento e de consumo que as aventuras coloniais inauguraram” (MBEMBE, 2017, p. 37), tendo, na base de sua formação, essas subjetividades não-brancas – vulnerabilizadas, colonizadas, mercantilizadas, escravizadas e utilizadas (MBEMBE, 2017).

Na historiografia colonial e civilizatória da modernidade europeia, a mulher não-branca se localizou no centro das investidas biopolíticas de formatação, “coisificação”, mercantilização e objetificação de corpos colonizados. Historicamente marginalizada, segregada, inferiorizada, categorizada, objetificada e comercializada como objeto de satisfação sexual, a mulher indígena, negra, mestiça, árabe e amarela é memória da trajetória colonial europeia de racialização e inferiorização de subjetividades não-brancas. Da mesma forma, ela é campo político que exemplifica os traços coloniais que permanecem mercantilizando e sexualizando pessoas nas sociedades contemporâneas. Assim sendo, o próximo tópico do capítulo tratará de teorizar a “coisificação” dos corpos femininos, identificando-os na trama de

imposições e violências cometidas contra as populações não-brancas a fim de que se notabilize os traços do colonialismo alemão que ainda são reproduzidos por tal sociedade.

3.2. A objetificação e hipersexualização de mulheres não-brancas

A fim de melhor compreender o caráter multidimensional das violências exercidas sobre os corpos femininos não-brancos, a teórica feminista estadunidense Kimberle Crenshaw (1991) aponta à necessidade de se observar tal problemática a partir de um espectro interseccional. Para a autora, não se pode compreender a totalidade dos abusos e agressões exercidos sobre a mulher de cor sem considerar que suas experiências são “frequentemente o produto de padrões de interseção entre racismo e sexismo” (CRENSHAW, 1991, p. 3, tradução nossa). Nesse sentido, o olhar sugerido por Crenshaw (1991) – a interseccionalidade – tem por objetivo explorar o entrelaçamento entre essas violências, compreendendo as múltiplas formas pelas quais a raça e o gênero se inter cruzam de maneira a moldar as distintas opressões contra os corpos femininos.

Uma vez que se volta às subjetividades negras, Crenshaw (1991) classifica as esferas da raça e do gênero como elementos estruturais da análise interseccional. A própria autora, por outro lado, indica que outras categorias que hierarquizam subjetividades em meio à sociedade – como nacionalidade, “classe, orientação sexual, idade e cor” (CRENSHAW, 1991, p. 6) – precisam ser consideradas à expansão da análise. Em referência a estes termos, a teórica dá como exemplo a experiência da mulher migrante nos Estados Unidos – de como, nesses casos, a nacionalidade se soma ao mundo de desigualdades e abusos já enfrentado por essas mulheres e, assim, revela-se como categoria que, como outras, não escapa da importância de ser considerada ao olhar interseccional (CRENSHAW, 1991).

À vista dessa perspectiva, verifica-se que a modernidade colonial, enquanto fábrica de perversidades às populações não-brancas, em muito se relaciona com a ideia de Crenshaw (1991) no tocante à interseccionalidade das violências de gênero e raça. Não apenas os corpos de mulheres negras tornaram-se sujeitos às práticas de “docilização”, objetificação e formatação enquanto mão-de-obra e propriedade (MBEMBE, 2017), mas, também, todos aqueles pertencentes às subjetividades indígenas, mestiças, árabes e amarelas. Todas essas mulheres, em dada medida, tornaram-se “coisificadas” a partir das violências coloniais e, deste modo, valoradas como instrumento à satisfação sexual dos colonizadores homens e europeus (STOLER, 1989).

Para Foucault (1988), a modernidade europeia, circunscrita a partir da ascensão da classe burguesa branca e da multiplicidade de discursos em torno do sexo, provocou uma

“incorporação das perversões” (FOUCAULT, 1988, p. 42) às subjetividades individuais. Segundo o autor, a emergência das técnicas do biopoder, relacionada com a tipologização crescente da vida biológica enquanto coeficiente de análise política, não apenas demarcou o nascimento das sexualidades como, também, vinculou a totalidade ontológica das pessoas a essas categorias sexuais recém estabelecidas. Deste modo, mais do que atributo psíquico e biológico, a sexualidade passou a definir as expectativas e imagens tidas sobre os sujeitos, assim como seus comportamentos e modos de ser⁴⁰ (FOUCAULT, 1988).

À medida que o mecanismo de corporificação das perversões tornou-se elemento comum do meio social moderno, Foucault (1988) constata uma fragmentação do ser-mulher em duas metades – ou seja, dois personagens – segundo sua localização nas hierarquias de raça e classe das sociedades. Para cada uma das formatações, recaiu-lhe um conjunto particular de técnicas biopolíticas à configuração desses corpos, descrevendo, assim, dois dispositivos distintos: o da aliança e o da sexualidade.

O primeiro dos conjuntos de biopoder compreende a ordenação das subjetividades em torno da preservação do corpo social burguês, europeu e capitalista, assumindo, deste modo, um papel vital na manutenção da herança capitalista às classes privilegiadas (FOUCAULT, 1988). É o dispositivo, portanto, que incide sobre a mulher branca e burguesa, não só a personificando no papel moral-biológico de perpetuação da população e conservação do ambiente familiar como, também, dessexualizando-a, “inocentizando-a” diante de outras subjetividades (STOLER, 1989; OLIVAR, 2011).

Já o segundo conjunto de técnicas biopolíticas, como visto anteriormente, tem por objetivo “não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada” (FOUCAULT, 1988, p. 102), reorganizando vidas e espaços à preservação da biologia das classes privilegiadas e à expansão da acumulação capitalista (FOUCAULT, 1988). É, nesse sentido, o dispositivo que recai, dentre outras sexualidades periféricas, sobre a mulher não-burguesa e – a partir do panorama decolonial de racialização (PERSAUD, 2002; QUIJANO, 2005), objetificação (FANON, 1998) e “coisificação”

⁴⁰ A fim de exemplificar a discussão sobre a “incorporação das perversões”, Foucault escreve: “A sodomia [...] era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. [Já] o homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo já que é um segredo que se trai sempre. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual porém como natureza singular (FOUCAULT, 1988, p. 42).

(CÉSAIRE, 2000) – não-branca, animalizando-a, objetificando-a, hipersexualizando-a e, por fim, marginalizando-a.

Como sublinha Foucault,

O dispositivo de aliança conta, entre seus objetivos principais, o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege; o dispositivo de sexualidade engendra, em troca, uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle. Para o primeiro, o que é pertinente é o vínculo entre parceiros com *status* definido; para o segundo, são as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por tênues ou imperceptíveis que sejam. Enfim, se o dispositivo de aliança se articula fortemente com a economia devido ao papel que pode desempenhar na transmissão ou na circulação das riquezas, o dispositivo de sexualidade se liga à economia através de articulações numerosas e sutis, sendo o corpo a principal — corpo que produz e consome (FOUCAULT, 1988, p. 102).

Em virtude disso, o que se percebe a partir da modernidade europeia é que a mulher se ramifica em duas existências ontológicas, associadas a seus respectivos dispositivos: 1) a esposa, e 2) a prostituta. Uma dessexualizada, presa ao espaço do lar e ao papel moral de preservação da população. A outra hipersexualizada, objetificada, “perigosa” à sociedade de costumes e, logo, excluída da esfera de direitos (OLIVAR, 2011).

Em se tratando das mulheres postas sobre o domínio do segundo conjunto de técnicas biopolíticas, Foucault (1988) atenta ao fato de que as técnicas de racionalização e adestramento desses corpos funcionam, àqueles que formulam essas biopolíticas – ou seja, homens brancos e burgueses –, como mecanismo de dupla incitação. Há, por um lado, o “prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela [...]” (FOUCAULT, 1988, p. 44). Por outro, o prazer que surge da transgressão à norma aplicada, “[...] que abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo” (FOUCAULT, 1988, p. 44).

Neste contexto, percebe-se que a perspectiva foucaultiana (1988), na óptica da personificação de certas mulheres enquanto figuras hipersexualizadas e do mecanismo de dupla incitação às subjetividades brancas e masculinas, problematiza uma realidade que, em muito, associa-se ao período de gestão colonial europeia. Ao passo em que o colonizador impôs sobre a anatomia feminina todo o tipo de violência biopolítica à docilização e regulação desses corpos, inferiorizando-os, ele também veio, frequentemente, a transgredir sua própria regra racial, moral e religiosa, transformando essas mulheres em objeto às suas fantasias sexuais. Ao se deparar com tal problemática, Mbembe, sob a espectro do negro colonizado e vitimizado, contempla o seguinte entendimento:

No imaginário racista, o negro enquanto sujeito sexual equivale a um objecto assustador e agressivo, capaz de infligir maus-tratos e traumas à sua vítima. [...]. Quer nos vá de facto violar ou só chicotear, a desonra não decorre apenas do nosso envolvimento forçado com uma vida vergonhosa. Resulta também

do arrombo a um corpo supostamente humano por parte de um corpo-objecto. E, no entanto, o que haverá de mais encantador e prazenteiro, numa perspectiva dionisíaca e sadomasoquista, do que um prazer *via* objecto, em vez de um prazer *via* um membro, que pertence a outro ser?” (MBEMBE, 2017, p. 180).

Em suma, verifica-se, com base no panorama levantado por Foucault (1988) e por Mbembe (2017), que a relação entre conquistador e conquistado transpassou a zona da dominação política, econômica e espiritual. Para além dessas, esse elo compreendeu todo um universo de linguagens e ações violentas exercido sobre as sexualidades das subjetividades não-brancas vulnerabilizadas.

Em referência à rede de dizeres e não-dizeres da empreitada colonial, Fanon (2008) aponta que o discurso do colonizador assumiu papel vital à construção da sexualização dessas mulheres não-brancas. A respeito dos corpos negros, o autor aponta que historiografias, descrições, enunciados e uma série de outros dizeres associaram o negro ao pecado, ao instinto e a uma “potência genital acima da moral e das interdições” (FANON, 2008, p. 152). Assim sendo, a alegoria que recaiu sobre essas subjetividades, animalizadas e objetificadas (FANON, 1961), foi a da besta primitiva e irracional, ou seja, do negro enquanto “preto-biológico-sexual-sensual-e-genital” (FANON, 2008, p. 169).

No tocante a essa narrativa colonial, o intelectual palestino Edward Said (1990) observa, a partir da perspectiva do orientalismo⁴¹, que os relatos e descrições dos colonizadores europeus também incidiram sobre as espacialidades árabes e amarelas, desenhando o Oriente enquanto lar da fecundidade, do erotismo e da liberdade libidinosa. No cerne da problemática, a mulher oriental tornou-se criatura de exotismo, atavismo sexual e, assim, “de uma fantasia masculina de poder” (SAID, 1990, p. 214), uma vez que “exprimem uma sensualidade ilimitada, são mais ou menos estúpidas e, acima de tudo, desejosas” (SAID, 1990, p. 214).

Para além das mulheres negras e orientais, ainda cabe ressaltar que o panorama biopolítico de coisificação e sexualização de corpos também compreendeu àquelas originárias de terras ameríndias. Como aponta a teórica feminista Andrea Smith (2003), tais subjetividades foram alvo de um amplo conjunto narrativo responsável por lhes objetificar enquanto figuras pecaminosas, profanas, libidinosas e impulsivas. Por assim dizer, essas mulheres passaram a transitar por suas terras como objeto de desejo e prazer sexual às subjetividades brancas e masculinas, sendo assim constantemente vitimizadas por violências, abusos e mutilações (STOLER, 1989; SMITH, 2003).

⁴¹ Nos termos de tal contexto, Said considera o orientalismo como “[...] a instituição organizada para negociar com o Oriente – negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o: em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente” (SAID, 1990, p. 15).

À vista dessas questões, ao considerar o panorama do dispositivo foucaultiano (2008), os não-dizeres também englobaram na complexa rede biopolítica de modo a formatar, reorganizar, “docilizar” e disciplinar os corpos em meio à modernidade emergente. Dessa maneira, se a narrativa colonial se responsabilizou por construir o imaginário de inferiorização, objetificação e animalização dessas mulheres, as ações, medidas políticas, rotinas e práticas colonizadoras foram responsáveis por materializá-lo no plano das agressões sexuais e crueldades.

A partir da conceitualização da antropóloga britânica Kathleen Gough sobre as 8 características do poder masculino⁴² (GOUGH, 1971), a ensaísta estadunidense Adrienne Rich engendrou um conjunto de táticas e estratégias utilizadas por homens sobre os corpos femininos. Dentre as técnicas consideradas pela autora, destacam-se – na sua associação com as temáticas da colonialidade e da objetificação de mulheres não-brancas: estupro, casamento arranjado, prostituição, controle sobre o aborto e a contracepção, esterilização forçada, infanticídio sistemático, mutilação genital, interrupção social e econômica da mulher, uso dos corpos femininos como divertimento, monitoramento do sexo, entre outros (RICH, 2010, p. 7-9).

Diante de tantas técnicas de dominação masculina, Rich conclui:

Observando todo o esquema, o que certamente impressiona é, sobretudo, o fato de que nós não estamos confrontando apenas a manutenção simples da desigualdade e da posse de propriedade, mas também um feixe difuso de forças que abarcam desde a brutalidade física até o controle da consciência, o que sugere que uma enorme contraforça potencial vem sendo restringida (RICH, 2010, p. 9).

Assim sendo, a teórica feminista Ann Stoler (1989) compreende que a relação sexual assimétrica entre o conquistador branco e a conquistada não-branca não descreveu apenas mais um elemento da estrutura colonial, mas, sim, foi fundacional a ela. Essas mulheres, racializadas, objetificadas, exploradas, subjugadas e inferiorizadas, tornaram-se pilar central à ascensão da modernidade burguesa e europeia – e, assim, da superioridade masculina e heterossexual sobre o poder, o saber e o ser.

Outrossim, considerando que as hierarquias de superioridade das potências colonizadoras não se findaram com o término do pacto colonial (MIGNOLO, 2002; QUIJANO, 2005), aponta-se que a matriz de poder estabelecida a partir da modernidade-colonialidade

⁴² O poder masculino emerge “[...] ao negar a sexualidade das mulheres ou ao forçá-las a isso; ao comandar ou explorar o trabalho delas a fim de controlar sua produção; ao controlá-las ou roubá-las de suas crianças; ao confiná-las fisicamente e privá-las de seus movimentos; ao usá-las como objetos em transações masculinas; ao restringir sua criatividade; ou quando as retiram de amplas áreas de conhecimento e de realizações culturais da sociedade” (GOUGH, 1971, p. 10).

ainda se mostra como uma realidade aos distintos povos e espacialidades do globo (QUIJANO, 2010). Por consequência, a inferiorização e “coisificação” da mulher retratam, para além de fenômenos modernos, problemáticas contemporâneas inscritas no núcleo das relações sociais e instituições das sociedades ex-metrópoles e ex-colônias. Essa ideia é, por sua vez, basal à hipótese desta pesquisa, segundo a qual a indústria sexual alemã contemporânea reproduz a colonialidade do país ao “coisificar”, mercantilizar e sexualizar as mulheres prostitutas migrantes que atuam em tal sociedade, reforçando os estereótipos coloniais de inferiorização e erotização desses corpos colonizados.

Para o antropólogo venezuelano Fernando Coronil (2005), a globalização não se caracteriza como uma temporalidade distinta daquela que já vinha sendo construída desde a modernidade europeia. Pelo contrário: é uma temporalidade que se apresenta como uma ampliação de escopo dos processos de dominação, invasão e assimilação dos mundos não-brancos observados desde a empreitada colonial.

No mesmo raciocínio, Quijano (2002) ressalta que a internacionalização dos fluxos de capital levou ao incremento da superexploração de massas de trabalhadores pelo globo, assim como à expansão de formas não-salariais de controle da mão-de-obra, como a escravidão e a servidão pessoal. Por outro lado, nenhuma de tais tendências é, como aponta o autor (QUIJANO, 2002), nova ou imprevista na cronologia humana de dominação e opressão. Na sociedade alemã contemporânea, isso é observável tanto pela superexploração na qual as mulheres prostitutas migrantes são submetidas quanto pelo tráfico sexual dessas pessoas com destino a tal país. Nesse sentido, a acumulação capitalista globalizada apenas evidencia e amplia a cartografia moderna – racializada e hierarquizada –, ressaltando desigualdades e legitimando, no processo, a transnacionalização de violências historicamente reproduzidas por entre as sociedades (QUIJANO, 2002, 2010).

A globalização, na sua face de perversidade, manifesta-se como fábrica de vulnerabilidades às diversas espacialidades do globo, principalmente àquelas do antigo mundo colonial (SANTOS, 2001). À vista da polarização das relações sociais e das formas de controle da mão-de-obra, massas de indivíduos são jogadas à geografia da pobreza estrutural, tornando-se meros corpos descartáveis à apropriação capitalista do desespero (BREWER, 2009). Vem a ser no interjogo entre vulnerabilidade e exploração, por conseguinte, onde as redes transnacionais de tráfico sexual se inserem na geopolítica mundial, assenhorando-se sobretudo de mulheres não-brancas e marginalizadas das esferas de privilégios do centro capitalizado (JONES et al, 2007).

Na era dos fluxos globalizados, a exploração histórica sobre os corpos de mulheres não-brancas tornou-se uma indústria capitalista multinacional cuja existência transita no limiar entre a formalidade e informalidade do mundo (SHELLEY, 2010). Nos termos entendidos por Quijano (2002) e Coronil (2005), o “turismo sexual” da contemporaneidade nada mais retrata do que uma expressão direta daquilo que se via, durante a empreitada colonial, no uso e na mercantilização dessas subjetividades enquanto objeto à satisfação masculina. Essa foi a realidade observada na Alemanha do pós-2002, quando esta se tornou um destino sexual reconhecido mundialmente. A prostituição, quando regulamentada e legalizada no país, deu margem para que os corpos das mulheres prostitutas se transmutassem em “mercadoria” para as massas masculinas estrangeiras. Assim, foi devido ao “consumo” selvagem e banalizado dessas sexualidades que a indústria sexual alemã contemporânea se tornou um ramo capitalista altamente competitivo, tendo como sua “moeda de troca” essas subjetividades hipervulnerabilizadas. Como salienta a cientista política havaiana Haunani-Kay Trask (1993, p. 194) sob o espectro de seu local de origem:

“Prostituição” neste contexto refere-se à instituição que define a mulher (e por extensão a “fêmea”) como um objeto de degradante e vitimizado valor sexual ao uso e troca através do intermédio de dinheiro... Meu propósito não é de detalhar exatamente ou talhar um modelo para transmitir a degradação total de nossa cultura e nosso povo sob o turismo corporativo ao empregar “prostituição” enquanto uma categoria analítica... O ponto, é claro, é que tudo no Havaí pode ser seu, isto é, você, turista, não-nativo, visitante. O lugar, as pessoas, a cultura, até mesmo nossa identidade enquanto “Nativos” está à venda. Portanto, o Havaí, assim como uma amável garota, está disponível para ser tomada (1993, p. 194, tradução nossa)

À vista dessas discussões, observa-se que o panorama biopolítico colonial de ordenação dos corpos e biologias pelas sociedades fora responsável por animalizar e valorar, enquanto objeto sexual, as mulheres não-brancas – negras, indígenas, mestiças, árabes e amarelas. Sobre seus distintos modos de ser e saber, as potências europeias impuseram violências, confiscos e genocídios, sacando-lhes de sua existência ontológica e subjetiva. Essas mulheres tornaram-se, então, “coisas” (CÉSAIRE, 2000) – nada mais do que corpos despejáveis ao uso e abuso dos colonizadores (MBEMBE, 2017).

Ao final, após séculos de produção e reprodução de relações intersubjetivas assimétricas entre os conquistadores brancos e as conquistadas não-brancas, nada mais restou à geoespacialidade global do que a estrutura de uma cartografia racializada, masculina, europeia e burguesa. Associado ao capitalismo globalizado, esse mapa se mostra claro: de um lado, produzem-se e se comercializam corpos; de outro, consomem-se e se exploram corpos – ou, à óptica deste trabalho, produzem-se e se comercializam mulheres prostitutas migrantes de um lado; de outro, as massas masculinas brancas as consomem e exploram.

3.3. Considerações parciais

O capítulo teve como objetivo dialogar com os estudos Pós-coloniais e Decoloniais, assim como com os estudos foucaultianos, de modo que se evidenciassem os aspectos biopolíticos e coloniais de sexualização e mercantilização de corpos não-brancos que são reproduzidos pela indústria sexual alemã contemporânea. Assim sendo, far-se-ão, a seguir, algumas considerações a respeito daquilo que fora visto ao longo deste capítulo.

Em primeiro lugar, percebe-se que a cena de prostituição alemã perpetua a sexualização das mulheres prostitutas migrantes ao promover uma multiplicidade de narrativas e aparatos que objetificam essas pessoas, reduzindo-as a meros objetos para a satisfação sexual dos clientes homens brancos e burgueses. Esse contexto é visto a partir das políticas sexuais de cidades como Munique e Hamburgo, da propagação dos “menus” de sexo, do estabelecimento de instâncias como as *Verrichtungsboxen*, dos combos “promocionais” que comparam essas mulheres com “carnes”, entre outras problemáticas.

Devido a estes aspectos, compreende-se que a vida da mulher prostituta não-branca simboliza um coeficiente político em que as forças estatais e de mercado podem controlar, organizar e reconfigurar da maneira que lhes melhor convêm. Nesse sentido, essas pessoas são, por um lado, dominadas e subjugadas biopoliticamente pelo Estado Alemão, que reforça sua mercantilização e sexualização ao não promover aparatos políticos e legais a fim de diminuir com a compra selvagem de sexo em tal sociedade. Por outro lado, essas mulheres têm seus corpos utilizados e extraídos ao extremo pela indústria sexual alemã, que banaliza o trabalho dessas prostitutas, assim como naturaliza, a partir das estratégias de mercado vistas anteriormente, sua objetificação enquanto mercadoria aos prazeres dos clientes desses serviços sexuais.

Ainda, observa-se que a existência dessas mulheres se apresenta especialmente circunscrita em dois mecanismos biopolíticos descritos por Foucault (1988): a incorporação das “perversões” e a dupla incitação poder-prazer. Em primeira instância, são pessoas cujas existências se corporificam como figuras primitivas, animais e, logo, “ameaçadoras” à sociedade branca e burguesa. Em virtude disso, elas se tornam alvo corriqueiro de biopolíticas que investigam, checam e analisam seus corpos, excluindo-as do mundo civil europeu. Por outro lado, essas mulheres prostitutas também foram imaginadas, pelos colonos brancos, como síntese do natural e, assim, sinônimo de “sensualidade”, “exotismo” e “erotismo” (SAID, 1990).

Visto isso, elas representam meros objetos “consumíveis” e “utilizáveis” aos clientes homens—os mesmos que, em outras esferas da sociedade, inferiorizam e subjagam essas subjetividades.

Por fim, cabe destacar que as narrativas hipersexualizantes e as violências sexuais cometidas contra essas mulheres prostitutas não devem ser observadas apenas a partir de uma lente analítica. Em muitos casos, não se trata apenas de mulheres prostitutas, mas, sim, de mulheres prostitutas migrantes e racializadas. Deste modo, questões como raça, gênero, orientação sexual, nacionalidade, idade, peso, entre outras questões, necessitam ser pensadas de forma interseccional (CRENSHAW, 2001) – ou seja, a partir de um espectro que considere que, em alguns casos, as violências contra essas mulheres não se originam somente do sexismo estrutural, mas, também, do racismo, da xenofobia e assim sucessivamente.

Visto isso, o próximo capítulo terá como objetivo o de revisar a historiografia colonial alemã de objetificação de corpos colonizados. Para tal, serão analisadas as narrativas colonizadoras hipersexualizantes, as violências sexuais, os zoologismos empregados e a construção dicotômica da mulher racializada tanto como objeto de desejo como de inveja racial.

4. A COLONIALIDADE ALEMÃ NA SEXUALIZAÇÃO E MERCANTILIZAÇÃO DE CORPOS COLONIZADOS

As terras que hoje configuram o Estado-nação da Alemanha desde muito tempo disseminam discursos que objetificam e racializam subjetividades não-brancas. Em meio ao contexto do tempo moderno, os povos germânicos tiveram papel central na racialização das subjetividades não-brancas e hierarquização da cartografia mundial em torno da branquitude e da Europa (STEINMETZ, 2006).

De todo o modo, embora a historiografia colonial alemã de mercantilização e sexualização de pessoas não-brancas seja perceptível, observa-se que o esforço científico e acadêmico de intelectuais do país se volta em grande parte à ascensão do partido nazista. Por conta disso, a produção de saberes da Alemanha negligencia o tempo colonial de tais terras, especialmente ao se tratar de períodos anteriores à constituição do Estado-nação alemão, em 1871.

De fato, o totalitarismo nazista é tido como uma representação direta da aplicação do biopoder sobre todos os corpos e sexualidades periféricos à normatividade branca e heterossexual. Foi durante o período totalitário do país em que as temáticas foucaultianas ligadas à formatação da vida biopolítica – como a “higiene” e a “pureza” da raça “ariana” – adquiriram sua definição de maior perversidade, transformando-se em elementos à contínua instrumentalização do sofrimento e da morte (MBEMBE, 2017).

Por outro lado, o totalitarismo nazista retratou apenas o ápice de uma historiografia mais antiga de sexualização e racialização de corpos – e, por consequência, de explorações e violências (CAMPT, 2003). Ainda, salienta-se que a comoção mundial atrelada à Segunda Guerra Mundial só germinou em virtude do conflito ter se passado em terras europeias. Antes de tal episódio, populações originárias de África, Ásia e América Latina já haviam testemunhado a morte sistemática e calculista do colonialismo europeu. No entanto, por se tratar de pessoas e espacialidades deslocadas para a base das hierarquias raciais, apenas com a emergência dos movimentos Pós-coloniais e Decoloniais que suas vozes e dores, silenciadas e invisibilizadas, foram gradativamente deixando o abismo cavado pelas potências colonizadoras europeias (CÉSAIRE, 2000).

Diante desse contexto, este capítulo terá como objetivo compreender a historiografia colonial alemã de sexualização e mercantilização de corpos colonizados a fim de que se evidencie os aspectos da colonialidade do país que são reproduzidos por sua indústria sexual. Para tal, dois tópicos serão apresentados, a saber: 4.1) A historiografia colonial alemã de

objetificação de corpos não-brancos; e 4.2) Hotentotes, zoologismos humanos e a indústria sexual alemã contemporânea. O primeiro deles revisionará a expansão colonizadora alemã ao longo da modernidade europeia civilizatória, considerando tanto os discursos coloniais quanto as violências cometidas contra mulheres originárias. O segundo tópico analisará a indústria sexual alemã como continuidade da “coisificação”, sexualização, bestialização e dos zoologismos coloniais, impostos, em um primeiro momento, sobre mulheres autóctones e, posteriormente, para com as mulheres prostitutas migrantes do mercado sexual alemão contemporâneo.

4.1. A historiografia colonial alemã de objetificação de corpos não-brancos

Em primeiro lugar, ao se ter por foco o colonialismo alemão, é importante considerar que os povos germânicos nem sempre estiveram centralizados em torno da instituição do Estado-nação moderno. Anteriormente ao episódio de unificação dessas terras, datado do ano de 1871, não existia uma concepção de “Alemanha” (*Deutschland*, “terra dos alemães”). À época do Sacro Império Romano-Germânico (962 – 1806) e da Confederação Germânica (1815 – 1866), a região se configurava por uma série de pequenos territórios semi-independentes que se conectavam, por sua vez, àquilo que se tinha, em maior ou menor medida, por uma língua e cultura alemãs (SCHUNKA, 2016).

Por outro lado, ressalta-se que a burguesia e aristocracia das terras alemãs estiveram presentes durante todo o tempo moderno europeu, associando seu desenvolvimento econômico com a modernidade-colonialidade-capitalismo desde a expansão ultramarina ibérica do final do século XV ao eventual imperialismo além-mar holandês, inglês e francês. Em um primeiro momento, essas famílias cresceram em participação nas trocas comerciais de produtos originários do trabalho de negros africanos escravizados nas Américas. Já em segundo período, datado a partir dos anos 1800, alguns principados do Sacro Império se mostraram mais ativos para com a rede comercial intercontinental, tornando-se atores influentes na promoção do comércio transatlântico de corpos não-brancos (RAPHAEL-HERNANDEZ e WIEGMINK, 2017).

Associadas à expansão marítima e comercial de alguns impérios europeus, as terras germânicas também não permaneceram isoladas da expansão artística e intelectual do tempo moderno. No século XVIII, a pluralidade de intelectuais e de espaços de produção de conhecimento tornou-se fenômeno comum ao longo dos centros urbanos do Sacro Império Romano-Germânico (SCHUNKA, 2016). À vista disso, entende-se que a constituição da

intelligentsia germânica esteve vinculada com a participação crescente da massa burguesa da região na mercantilização transatlântica de corpos não-brancos e, por consequência, na inventividade das “civilidades” e “higienes” dessa classe emergente (RAPHAEL-HERNANDEZ e WIEGMINK, 2017). Como ressalta Mbembe (2017), a civilização dos costumes só se concretizou por conta da emergência do “incivilizado” índio, negro, azeitonado, amarelo e mestiço, que gerava, pela escravização de seu trabalho, os “nobres” produtos europeus, como o açúcar e as especiarias (MBEMBE, 2017, p. 20).

Visto isso, destaca-se que os primeiros registros do colonialismo alemão, datados do século XVI, fizeram-se observar pela influência política e econômica de famílias burguesas e aristocratas do Sacro Império Romano-Germânico em interpostos comerciais europeus localizados nas Américas e Áfricas. A principal atuação dessas famílias era dada a partir do financiamento da empreitada comercial de corpos negros oriunda de impérios como Portugal e Espanha, assim como a partir do acionamento de economias escravagistas em espacialidades americanas⁴³ (RAPHAEL-HERNANDEZ e WIEGMINK, 2017).

A partir do século XVII, alguns principados do Sacro Império Romano Germânico, como Vestfália, Suábia, Saxônia e Silésia, passaram a ter uma presença mais ativa nas rotas comerciais do transatlântico. Como observado, foi em parte por conta da entrada dessas terras nas cifras comerciais de mercadorias produzidas pelo trabalho escravo – ou seja, na macroeconomia do sistema moderno-colonial – que a região desenvolveu rapidamente sua indústria (RAPHAEL-HERNANDEZ e WIEGMINK, 2017). Já para fins do século, o duque prussiano Friedrich Wilhelm (1640-1688) veio a estabelecer, no principado de Brandemburgo-Prússia, a primeira empreiteira de um território do Sacro Império, marcando, assim, a participação definitiva das terras germânicas no comércio transcontinental de negros africanos: a Companhia Brandemburgo-Africana (*Brandenburgish-Afrikanische Compagnie*, BAC) (HEYDEN, 2008, p. 256-257).

No tocante aos fortes estabelecidos pela companhia⁴⁴, práticas de violência e exploração tornaram-se logo componente estrutural dessa empreitada na coisificação e mercantilização de

⁴³ Segundo os pesquisadores Heike Raphael-Hernandez e Pia Wiegink (2017, p. 5), duas foram as famílias burguesas alemãs que mais participaram do acionamento de economias escravagistas nas Américas durante os primeiros dois séculos da modernidade civilizatória europeia. A primeira delas, os Ehinger, foi responsável por financiar o comércio de corpos negros do Império Lusitano no início dos anos 1600. A segunda, os Fugger, tornou-se importante acionista de plantações onde se empregava a mão-de-obra de negros escravizados, sobretudo em espacialidades hoje parte do território venezuelano.

⁴⁴ Dois foram os fortes estabelecidos pelos avanços da primeira empreiteira germânica, Grossfriedrichsburg (1682) e o Dorothea (1685), hoje localizados na costa de Gana. Além dos fortes, um interposto comercial fora edificado na Ilha de St. Thomas, no Caribe, zona de influência dinamarquesa (RAPHAEL-HERNANDEZ e WIEGMINK, 2017).

subjetividades não-brancas. Estima-se que, entre os anos de 1681 e 1698, 30 mil negros africanos foram comercializados dos postos em África para aquele localizado em territorialidade caribenha, sendo posteriormente escravizados ou re-comercializados (PFULLMANN, 2001, p. 137).

Ainda em relação a essa conjuntura, é importante ressaltar que a Companhia Brandemburgo-Africana demarcou o começo dos fluxos de negros africanos com direção às terras germânicas. No ano de 1717, o sucessor do duque Wilhelm, Friedrich Wilhelm I (1688-1740) da Prússia, vendeu a empreiteira para a Companhia Holandesa das Índias Orientais, que presenteou o aristocrata com “12 garotos negros, seis deles decorados com correntes de ouro” (HEYDEN, 2008, p. 257, tradução nossa).

Para além da empreitada comercial escravagista, a colonialidade alemã, nas temáticas de mercantilização e sexualização de corpos não-brancos, também foi semeada pelos registros e diários de bordo de viajantes da época, tanto originários de terras germânicas quanto de outras espacialidades do continente europeu. Dentre esses navegantes, destaca-se a participação de missionários oriundos de fés cristãs, os quais desempenharam papel fundamental na “docilização” e disciplinarização de corpos não-brancos a partir de cosmologias tipicamente europeias e ocidentais (RAPHAEL-HERNANDEZ e WIEGMINK, 2017).

Ao longo dos primeiros três séculos da modernidade europeia, os missionários germânicos voltaram sua presença ao expansionismo imperialista de potências colonizadoras como Portugal, Espanha e Inglaterra. Já a partir do século XVIII e início do XIX, observa-se a formação das primeiras sociedades missionárias da região, tendo como destaque a Moraviana (1755), do Reno (1799), Basileia (1824) e de Berlim (1824) (RAPHAEL-HERNANDEZ e WIEGMINK, 2017). Essas missões foram responsáveis por estabelecer uma comunicação mais direta entre o Sacro Império e o macrouniverso de territorialidades para além do continente europeu⁴⁵; representavam, portanto, um instrumento das terras germânicas na disciplinarização de populações autóctones não-brancas (STEINMETZ, 2006; ERCKENBRECHT, 2017).

⁴⁵ Do século XVI ao final do século XIX, a atividade missionária de principados do Sacro Império Romano-Germânico abrangeu uma larga extensão territorial para além do continente europeu. A exemplo disso, tem-se a Sociedade Missionária Moraviana, que, ao longo dos séculos do colonialismo europeu, expandiu sua zona de influência àquilo que, hoje, representaria 32 países, sobretudo em territorialidades coloniais nas Américas, Áfricas e Ásias (ERCKENBRECHT, 2017, p. 10). Nas Américas, os missionários estiveram presentes em espacialidades que hoje correspondem aos seguintes países: Canadá, Estados Unidos, Groenlândia, Guiana, Honduras, Ilhas Caribenhas (Antígua e Barbuda, Barbados, Jamaica, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, Trindade e Tobago e as Ilhas Virgens Americanas São Tomás, São João e Santa Cruz), Nicarágua e Suriname. Nas Áfricas, os missionários estiveram em: África do Sul, Burundi, Namíbia, Tanzânia e Togo. Nas Ásias, eles estiveram em: Índia, Nepal e Região dos Himalaias (Paquistão, Índia, China, Nepal e Butão). Para mais informações, ver: HUTTON, Joseph Edmund. **A history of moravian missions**. London: Moravian Publication Office, 1909, p.

A questão das sexualidades aborígenes, consideradas periféricas àquilo que se tinha pela “normalidade” heterossexual branca e burguesa, mostrou-se como uma das temáticas de maior relevância da atividade missionária germânica. Distintas populações autóctones americanas, africanas e asiáticas foram associadas a estágios primitivos da humanidade, tornando-se caricatura do “animalesco”, “selvagem” e “natural” (ERCKENBRECHT, 2017, p. 18). Diante desse contexto, sob o argumento da salvação cristã, os missionários vieram impor modos de ser e saber europeus a essas massas não-brancas, regulando biopoliticamente comportamentos, atividades sexuais, costumes familiares, entre outras especificidades étnicas e culturais (BECKER, 2004; SCHRADER, 2019).

Além da temática da civilização dos corpos colonizados, os missionários germânicos também retrataram peça-chave ao desenvolvimento das ciências europeias antropológicas e etnográficas do século XIX. Durante as missões, esses sujeitos coletavam artefatos locais de modo a enriquecer os registros sobre as populações autóctones. Posteriormente, muitos desses objetos passaram a ser exibidos em museus de países colonizadores, impulsionando estudos eugênicos de análise, classificação e categorização de subjetividades não-brancas, consideradas primitivas, em comparação com as massas brancas, tidas como superiores (MAEDZA, 2017).

À vista dessas questões, constata-se que a participação da burguesa e aristocracia germânicas no tráfico de negros africanos, em soma à consolidação da atividade missionária da região em espacialidades não-europeias, tiveram papel central no estabelecimento da colonialidade alemã em torno das temáticas de “coisificação” e sexualização de subjetividades não-brancas. Desde o início da modernidade europeia, esses atores estiveram presentes na promoção da mercantilização e “civilização” de corpos não-brancos, reduzindo-os, com a empreitada colonial, a meros objetos para os desígnios biopolíticos das massas alemãs masculinas e burguesas.

Por um lado, os relatos e primeiras impressões dos missionários cristãos, assim como de outros viajantes da época, influenciaram diretamente a constituição do pensamento racial e etnográfico dos povos germânicos. Nesse sentido, o tempo moderno fora, a essas terras, palco à disseminação de correntes literárias e científicas condizentes com os processos civilizatórios empregados sob o universo de subjetividades não-brancas e sexualidades periféricas (RAPHAEL-HERNANDEZ e WIEGMINK, 2017; SCHRADER, 2019). Como descrito por Foucault (1988, p. 24), a multiplicidade de narrativas e discursos em torno do sexo objetificou a vida biológica enquanto coeficiente político a distintas esfera do saber e poder europeus –

sobretudo ao se tratar de corpos negros, amarelos, vermelhos; enfim, racializados (STOLER, 1989).

Do mesmo modo, ressalta-se que a consolidação da massa intelectual germânica se deu em grande parte pela ascensão econômica da classe burguesa da região, imersa na macroeconomia do comércio escravagista intercontinental (RAPHAEL-HERNANDEZ e WIEGMINK, 2017). Disso, entende-se que os escritores, estudiosos, cientistas e artistas da época desempenharam uma atuação central na legitimação das políticas civilizatórias e coloniais, influenciando tanto a opinião pública das sociedades colonizadoras quanto os homens brancos tomadores de decisão desses espaços (SCHRADER, 2019).

Por outro lado, também é importante destacar que o avanço das famílias alemãs burguesas e aristocráticas na empreitada colonial europeia cristalizou uma cultura de violências e imposições hierárquicas contra os corpos não-brancos. Para além das narrativas e do orientalismo construído pelos viajantes (SAID, 1990), práticas biopolíticas foram executadas por missionários e administradores dos fortes e interpostos comerciais de modo a “docilizar” esses povos frente à presença do colono europeu. Nesse sentido, ao viés da modernidade-colonialidade, rituais foram substituídos, liberdades foram restringidas, relações foram censuradas e vozes foram silenciadas (VAUGHAN, 1991; STOLER, 1989).

Considerando o dispositivo da sexualidade foucaultiano, o resultado dialético dessa cronologia de dizeres e não-dizeres direcionada à construção do “outro” não-europeu se fez observar pelo andar do colonialismo alemão do fim do século XIX (STOLER, 1989), já para quando as terras germânicas se mostravam unificadas em torno do Estado-nação da Alemanha.

A administração colonial do país em África, Ásia e Oceania não deve ser desconsiderada pela sua brevidade (1884-1914) ante outros imperialismos europeus mais antigos. Para fins do século XIX, o Império Alemão representava o terceiro maior do mundo em termos de extensão territorial, estando atrás apenas da ordem colonial britânica e francesa (BLACKSHIRE-BELAY, 1992, p. 2).⁴⁶ Além disso, as narrativas e políticas colonizadoras do país não foram menos brutais que de outras potências europeias da época. A exemplo disso, tem-se a revolta dos Hereros e Namas na antiga colônia do Sudoeste Africano, atual Namíbia. Para o historiador

⁴⁶ As colônias alemãs em África se estenderam por mais de 1,4 milhão de quilômetros, representando mais de quatro vezes a área da metrópole europeia (BLACKSHIRE-BELAY, 1992, p. 5). As colônias alemãs foram: Sudoeste Africano-Alemão (atual Namíbia), Camarões, Togo, Sudeste Africano-Alemão (atuais Tanzânia, Burundi e Ruanda), Nova Guiné Alemã (atual região norte da Papua-Nova Guiné), Ilhas Marshall, Kiauchau (atual região norte da China), Ilhas Carolinas (região da atual Micronésia) e Samoa Alemã (atual região oriental da Samoa). Para mais informações sobre as colônias alemãs, ver: **LEBENDIGES MUSEUM ONLINE (leMO). Statistische Angaben zu den deutschen Kolonien.** 2014. Disponível em: <<https://www.dhm.de/lemo/kapitel/kaiserreich/aussenpolitik/kolonien2>>. Acesso em: 01 de Dez. de 2019.

alemão George Steinmetz (2007, p. 46), o episódio é considerado como o primeiro genocídio do século XX,⁴⁷ representando um verdadeiro laboratório de crueldades acometido contra os corpos não-brancos aborígenes. Do mesmo modo, para o antropólogo e cientista político ugandês Mahmood Mandani (2001, p. 3-18), tal momento histórico serviu de experiência à potência colonial alemã no desenvolvimento de técnicas de extermínio sistemático de corpos, técnicas estas que viriam a ser utilizadas durante a Segunda Guerra Mundial.

Diante do exposto, as próximas duas sessões do capítulo terão por foco revisar os dizeres e não-dizeres estruturais à formação do dispositivo da sexualidade que foi empregado pelo Império Alemão ante as espacialidades colonizadas em África, Ásia e Oceania. Para tal, o primeiro item – relativo aos discursos e narrativas – será observado a partir da *scientia sexualis* do país, que marcou o nascimento das eugenias e do pensamento racializado. Já o segundo item, referente aos não-dizeres, será percebido a partir das violências cometidas pela administração colonial sobre os corpos não-brancos colonizados.

4.1.1 A *scientia sexualis* alemã do século XIX

De acordo com Foucault (1988, p. 64-67), o interstício entre o final do século XVIII e o início do XX veio a compreender o momento em que a complexa rede de dizeres e não-dizeres do dispositivo da sexualidade se generalizou por distintas esferas da sociedade moderna europeia, sobretudo nos espaços de produção de conhecimento. Fora nessa temporalidade que os saberes modernos voltaram máxima atenção à temática das sexualidades, confiscando, analisando e codificando todos os sinais e narrativas relacionados direta ou indiretamente ao sexo e ao corpo biológico. Como resultado, viu-se estruturalizar uma sociedade onde o menor dos hábitos considerados “anormais” frente aos papéis biopolíticos atribuídos a cada um dos corpos tornava-se objeto de patologização e categorização médica, demográfica, pedagógica, psiquiátrica, antropológica; enfim, científica.

A esta discussão, Foucault (1988, p. 64) escreve:

Assim as sociedades ocidentais começaram a manter o registro infinito de seus prazeres. Estabeleceram o herbário, instauraram a classificação desses prazeres; descreveram tanto as deficiências cotidianas quanto as estranhezas ou as exasperações. [...]. Neste momento os prazeres mais singulares eram solicitados a sustentar um discurso de verdade sobre si mesmos, discurso que deveria articular-se não mais àquele que fala do pecado e da salvação, da morte e da eternidade, mas ao que fala do corpo e da vida – o discurso da ciência.

⁴⁷ Há uma ampla discussão acadêmica em torno deste fato. Para mais informações, ver: LANGBEHN, Volker; SALAMA, Mohammad. Reconfiguring german colonialism. In: _____ (orgs.). **German colonialism: race, the holocaust, and postwar Germany**. New York: Columbia University Press, 2011, p. 5-27.

À vista dessas questões, entende-se que a *scientia sexualis* representa toda essa conjuntura em que a sociedade moderna europeia não apenas se volta à busca pela verdade sobre o sexo como, também, produz e cientificiza essas verdades construídas, encontrando seus padrões, tal como seus desvios e normalidades. Em primeiro lugar, incita-se a patologização das sexualidades periféricas e, assim, a sua investigação profunda, análise e categorização. Em segunda instância, busca-se por uma medicalização a esses objetos patologizados, medicalização esta que se consolida como metáfora à normalização das problemáticas da sociedade moderna, tanto de natureza clínica quanto de ordem política, social, moral e, ao contexto desta pesquisa, racial (FOUCAULT, 1988).

Para a antropóloga estadunidense Ann Stoler (1995, p. 95), a relação simbiótica entre patologização e medicalização de corpos não-brancos veio a ocupar lugar central na produção científica e literária ocidental, sobretudo àquela temporalidade apontada por Foucault (1988) quando se consolidou a *scientia sexualis*, entre o final do século XVIII e início do XX. Por um lado, a erotização histórica do sujeito aborígine, promovida pelos europeus, atribuiu-lhe uma imagem hipersensualizada e sexualizada, transformando tal corpo em objeto de análise das potências brancas colonizadoras. Por outro lado, essas subjetividades, já quando patologizadas, tornaram-se alvo de “correções”, medicalizações e de controle da massa masculina, branca e burguesa de médicos, psiquiatras, pedagogos e outros interlocutores da verdade sobre o sexo. O colonialismo europeu fora, portanto, laboratório de produção de sexualidades, desejos, fetiches e demais comportamentos ligados ao sexo, muitos deles associados à relação hierárquica entre o homem europeu, “civilizado” e “superior”, e a mulher não-europeia, “primitiva” e “sensual” (STOLER, 1995).

No centro dessas questões, as terras germânicas, durante toda a modernidade europeia, estiveram no centro da produção de narrativas e conhecimento em torno do corpo, da biologia e da organicidade de sujeitos racializados. Como visto anteriormente, os diários de bordo de viajantes germânicos, em soma a relatórios, manuscritos, narrativas orais e outras manifestações discursivas, detiveram papel de grande influência sobre os intelectuais⁴⁸ e oficiais alemães do século XIX (TOBIN, 2015). Esses homens, por sua vez, foram os responsáveis pela construção e expansão da *scientia sexualis* do país, consolidando o pensamento eugênico e sexualizante para com as subjetividades não-brancas (SCHRADER, 2019). Conforme destacam as acadêmicas Kate Fisher e Jana Funke (2015, p. 97, tradução nossa), “a projeção da ciência sexual foi fundamentalmente moldada por uma rede diversa de

⁴⁸ Entre esses intelectuais, estavam escritores, acadêmicos, cientistas, antropólogos, médicos, psiquiatras, dentre outros profissionais liberais da época (SCHRADER, 2019).

contribuidores que trabalharam em conjunto para construir a nova abordagem científica ao estudo da sexualidade”.

O erotismo e sensualidade excessivos foram uma das temáticas mais trabalhadas por esses intelectuais na construção das sexualidades colonizadas. Muitos desses homens atestaram cientificamente que as massas não-brancas eram mais próximas do estágio “natural” do desenvolvimento humano, logo, eram mais instintivas e sexuais. Nesse sentido, o discurso disseminado bestializava essas subjetividades racializadas, comparando as necessidades biológicas dessas existências com de outros animais selvagens (SCHRADER, 2019).

A este contexto, observa-se que a mulher não-branca fora alvo constante das designações colonizadoras da *intelligentsia* germânica. Para além do erotismo e da sensualidade, eram descritas – e, também, definidas, conforme aquilo que se viu pela personificação foucaultiana das perversidades (FOUCAULT, 1988, p. 42-43) – a partir de uma grande necessidade de satisfação sexual. Elas eram, portanto, tidas como “ativas” na busca pelos seus prazeres, e não meramente se figuravam dentro do papel biopolítico de passividade na realização de seus desejos, como era socialmente designado e esperado da mulher europeia branca e burguesa (SCHRADER, 2019).

Tendo suas subjetividades personificadas por essa sexualidade “ativa”, essas mulheres logo foram objetificadas pela emergente *scientia sexualis* alemã e, assim, estudadas e teorizadas em torno de seus corpos e organicidades. Então, outrora analisadas, tornaram-se, por fim, patologizadas pelas classificações dos saberes europeus, configurando-se como mira das políticas coloniais de segregação, disciplinarização e investigação de seus corpos (STINGLER, 1923, apud SCHRADER, 2019, p. 10).

Para o antropólogo eugenista alemão Ferdinand von Reitzenstein, o comportamento sexual “excessivo” de mulheres não-europeias era consequência do estágio “primitivo” de suas sociedades. Para o autor, o desenvolvimento das “civilidades” e do ser e saber modernos seria acompanhado de uma diferenciação crescente de papéis de gênero no meio social: ao homem, caber-lhe-ia o trabalho; à mulher, o ambiente doméstico. Nesse sentido, Reitzenstein aproxima sua visão do mito da modernidade (DUSSEL, 2005), acreditando que o colonialismo europeu era necessário ao desenvolvimento dos mundos não-brancos (REITZENSTEIN, 1908, apud SCHRADER, 2019, p. 11).

Sobre essa temática, muitos intelectuais do país viam essas mulheres como um impulso que degenerava a raça ariana alemã, uma vez que seu exotismo atraía os colonos e, dessas relações, surgiam famílias e filhos interraciais. A degeneração da “pureza” desse povo tornou-se, assim, uma problemática cerne nos debates das administrações coloniais no final do século

XIX (AMIDON, 2008, p. 3). Para combater tal ameaça, biopolíticas foram adotadas nas colônias alemãs de modo a limitar o contato entre colonos e mulheres nativas. Assim, casamentos entre esses sujeitos foram banidos (GARDNER, 2013, p. 39), regimes de segregação espacial foram aplicados (STEINMETZ, 2009, p. 54) e penalidades foram estabelecidas àqueles que transgredissem a regra imposta.⁴⁹

A mulher racializada também foi vitimizada pelas designações médicas alemãs enquanto principal vetor de transmissão de doenças venéreas ao longo das colônias. Neste sentido, essas pessoas passaram a ter seus corpos constantemente examinados e investigados pelos médicos colonos (WALTHER, 2015). Além disso, tornaram-se alvo constante das normalizações clínicas em torno de seus hábitos, rotinas, costumes e todos os outros comportamentos associados direta ou indiretamente à sexualidade. Essas mulheres configuraram, portanto, uma “ameaça biológica” à administração colonial – nos termos utilizados pelo sexologista alemão Hans Fehlinger – em termos de “miscigenação” racial entre colonizador e colonizado (FEHLINGER, 1912, apud SCHRADER, 2019, p. 6-7).

O argumento eugênico da mulher não-branca enquanto “ameaça biológica” também foi utilizado por outros médicos alemães da época, como Ludwig Külz, Wolfram Hartmann e Paul Rohlstock. Esses homens acreditavam que as administrações coloniais deveriam impor mais controles sobre as sexualidades femininas não-europeias, a fim de que se evitasse a disseminação de doenças venéreas, assim como a degeneração da raça ariana (KÜLZ, 1910, apud SCHRADER, 2019, p. 7; HARTMANN, 2002, p. 330).

No cerne desses discursos científicos, a mídia alemã foi muito incisiva na propagação de ideias eugenistas de hierarquização racial entre colonizadores e colonizados. Além de ironizar os homens alemães que mantinham relações com mulheres indígenas, negras, mestiças e amarelas, reforçavam os estereótipos hipersexualizados desses corpos femininos racializados, cristalizando a estrutura social hierarquizada e racializada entre brancos e não-brancos. (SCHVEITZER, 2017).

Por outro lado, é importante destacar que nem todas as narrativas da *scientia sexualis* alemã se voltaram à construção da mulher não-branca enquanto ameaça da sociedade

⁴⁹ A este tópico, destaca-se que até mesmo os colonos alemães eram penalizados caso viessem a se relacionar com mulheres não-europeias. Dentre as penas mais frequentes aplicadas a esses homens, a deportação e a perda de direitos civis e políticos eram as mais frequentes. No debate sobre os casamentos interraciais (*Mischenhen*), as administrações coloniais passaram a distinguir biopoliticamente os colonos considerados “aptos” daqueles “não aptos” para o exercício das atividades colonizadoras. Ainda, cabe ressaltar que, ademais dessas e de outras medidas aplicadas ao homem alemão, a mulher alemã também se tornou ferramenta biopolítica à administração colonial. Com o objetivo de diminuir esses casamentos interraciais, a emigração de colonos passou a ser incentivada por políticos e membros da alta sociedade alemã para fins do século XIX, quando o relacionamento entre colonos e mulheres nativas tornou-se problemático aos oficiais colonizadores (GARDNER, 2013).

biopolítica europeia e do núcleo familiar burguês e branco. Algumas dessas se direcionaram ao seu exato oposto: a objetificação dessas subjetividades enquanto instrumento à satisfação de colonos alemães (SCHRADER, 2019, p. 13). Essa ideia é, por sua vez, nuclear à hipótese deste trabalho, segundo a qual a indústria sexual alemã continua com essas narrativas hipersexualizantes para com as mulheres prostitutas migrantes de tal sociedade.

Desde antes do colonialismo alemão, essas mulheres já eram descritas pelos viajantes germânicos como altamente sensuais e exóticas. Como aponta o intelectual palestino Edward Said (1990, p. 198), o Oriente representava uma espacialidade única na busca de prazeres sexuais impossíveis de se conseguir na Europa. Por conta disso, o autor assinala que “praticamente nenhum dos escritores europeus que escreveram sobre o Oriente ou foram para lá no período após 1800 furtou-se a essa busca” (SAID, 1990, p. 48).

Em soma às ideias de Said, a teórica feminista zimbabuana Anne McClintock (1995) destaca que a modernidade europeia inaugurou um amplo movimento político-literário-intelectual de fetichização e erotização dos corpos não-brancos. Assim,

“África e as Américas haviam se tornado o que pode ser chamado de trópico-pornô para a imaginação europeia – uma fantástica lanterna mágica da mente sobre a qual a Europa projetou seus desejos e medos sexuais proibidos” (MCCLINTOCK, 1995, p. 34, tradução nossa).

Como exemplo de narrativas que construíram o exotismo e sensualidade de mulheres não-ocidentais, têm-se os diários de bordo do comandante alemão Edgar von Spiegel. Além de se referir constantemente a essas mulheres a partir de termos que evocavam uma natureza misteriosa e indomável, como “criatura encantada” (*zauberhaftes Geschöpf*) e “sonho” (*der Traum*) (SPIEGEL, 1914, apud WALTHER, 2010, p. 8), o oficial, em uma de suas viagens, relatou o orientalismo das terras não-ocidentais da seguinte forma:

Durante quatro meses, não recebemos correspondência de casa e não a esperávamos, e conseqüentemente nos sentimos mais do que nunca livres dos laços que o pensamento de casa automaticamente envolve. Europa, casa, frota, camaradas, tudo estava perdido na nebulosa distância, e perto, tangivelmente perto do Mar do Sul, com toda sua fragrância e charme (SPIEGEL, 1914, apud WALTHER, 2010, p. 8, tradução nossa).

De todo o modo, entende-se que a relação entre desejo e aversão das massas brancas aos corpos não-brancos é dialética na cronologia de produção de sexualidades das terras germânicas. Tal ambivalência é, por sua vez, evidenciada amplamente pelos intelectuais a cargo da *scientia sexualis* alemã. O antropólogo Hans Fehlinger, por exemplo, mesmo considerando a miscigenação entre raças como uma “ameaça biológica” à pureza ariana, acreditava que os africanos eram “os seres humanos mais sensuais de toda a humanidade” (FEHLINGER, 1921).

Além disso, observa-se que o exotismo dessas mulheres era muitas vezes registrado a partir de uma linguagem animalesca e – nos termos entendidos por Fanon (1961, p. 39) –

zoológica. A exemplo desta questão, tem-se o antropólogo austríaco Friedrich Bieber, que atestou ao fato de que os etíopes, em proximidade com estágios bestiais da civilização humana, satisfaziam suas necessidades sexuais “simplesmente como animais” (BIEBER, 1908, apud SCHRADER, 2019, p. 8).

Neste contexto, embora essas mulheres fossem construídas como “ameaça” por uma parte considerável da massa intelectual alemã, a realidade nas colônias era muito diferente. Paul Rohrbach, outrora comissário da colônia do Sudoeste Africano, escreveu que “todos os colonos não casados naturalmente tinham uma mulher herero como uma companhia de mesa e cama”. Ainda sobre a temática, ele continuava: “Isso é uma questão de curso, como beber e comer; os negociantes brancos fazem isso, os soldados também, mesmo que seja proibido” (ROHRBACH, 1909, apud WALTHER, 2010, p. 9, tradução nossa). Essa cultura naturalizada de “uso” e “consumo” de mulheres não-brancas por colonos alemães parece compreender, por sua vez, certas semelhanças para com a realidade observada na sociedade alemã contemporânea. Como visto no primeiro capítulo, a prostituição tornou-se banalizada na Alemanha do pós-2002. Em virtude disso, a compra de serviços sexuais se transformou em uma ação corriqueira para os homens brancos, da mesma forma que condição hipervulnerabilizada das mulheres prostitutas tornou-se cada vez mais relativizada nesta sociedade.

Os relatos de oficiais sobre o relacionamento entre colonos e mulheres originárias abarcavam toda a extensão territorial do Império Alemão, desde as colônias em África àquelas em Ásia e Oceania. Até mesmo nas zonas coloniais mais remotas da época, como a Nova Guiné Alemã, atual Papua-Nova Guiné, oficiais descreviam a relação frequente entre homens alemães e mulheres autóctones (WALTHER, 2010, p. 9)

Ainda, cabe ressaltar que a produção imagética sobre essas mulheres não-brancas também foi uma temática trabalhada por alguns dos intelectuais germânicos da época. Dentre esses, destaca-se o entomologista⁵⁰ austríaco-sueco Felix Fryk, que construiu um imaginário hipersexualizado da mulher africana, tratando-a como submissa frente à presença do colono branco. Um dos fatores que tornou seu estudo atrativo para as massas masculinas europeias foi devido ao amplo uso de fotografias de mulheres negras, essas retratadas nuas e em poses altamente eróticas e sexualizadas (BRYK, 1928, apud SHRADER, 2019, p. 13-14).

De forma semelhante, entende-se que produção de imagens hipersexualizadas de mulheres não-alemãs não se findou com o término do pacto colonial entre a Alemanha e suas colônias. Como visto no primeiro capítulo, a indústria sexual do país ainda reproduz, em larga

⁵⁰ A entomologia é o ramo da biologia que estuda os insetos e suas relações com a natureza e outras espécies.

escala, esses retratos sexualizados de mulheres migrantes. Neste contexto, certamente que a pornografia de refugiados representa um sólido pilar na perpetuação dessas hierarquias raciais. A ascensão desse gênero pornográfico, datada a partir da crise migratória europeia de 2015, apresenta-se como um exemplo claro de como esses imaginários coloniais não só continuam pela sociedade alemã como se mostram enraizados na cultura do país.

Finalmente, diante do exposto até então, entende-se que a emergência da *scientia sexualis* alemã representou um importante vetor na produção de sexualidades durante o tempo moderno europeu. Na formação do discurso colonial, a mulher racializada fora tomada, por um lado, como “ameaça biológica” à pureza da raça ariana, tornando-se alvo de investigações e checagens dos saberes europeus. Por outro lado, o mesmo corpo fora sexualizado pela produção literária e científica do país, configurando-se como objeto de desejo e fetiche aos homens brancos. A ambivalência entre esses pontos é, por sua vez, característica axiomática da colonialidade europeia na “coisificação” e “consumo” de “carnes não-brancas” – questões estas ainda continuadas pela indústria sexual alemã contemporânea. Em uma contínua linha dialética, mulheres são “produzidas”, “consumidas” e, enfim, “destruídas”.

À vista dessas questões, uma vez analisados os dizeres e narrativas aplicados na formação do discurso colonial, a próxima parte do capítulo revisionará a outra metade do dispositivo da sexualidade: os não-dizeres. Para tal, serão evidenciados os abusos, violências e outras práticas de “consumo” e controle de corpos não-brancos exercidos pelos homens alemães nas espacialidades coloniais.

4.1.2. As violências sexuais do colonialismo alemão

Em primeiro lugar, é importante lembrar que a histórica relação desigual de poder entre homens e mulheres envolve um horizonte de técnicas de controle, formatação, censura e repressão aplicado pelos primeiros aos corpos femininos (RICH, 2010). Dessa forma, ao se tratar dos não-dizeres executados pelos colonos alemães sob mulheres racializadas, não apenas as violências mais explícitas, como a agressão sexual, retrataram os aparatos de poder da categoria. Para além dessas, o casamento arranjado, a prostituição, a imposição de métodos contraceptivos, a esterilização forçada, a mutilação genital e uma série de outras táticas biopolíticas também simbolizaram técnicas de “docilização” de mulheres ante a presença masculina (RICH, 2010, p. 7-9).

Em segundo, faz-se mister ressaltar que o exercício da violência enquanto técnica de controle de corpos adentra na problemática discutida por Foucault (1988) em torno do

mecanismo de dupla incitação. Como explica o filósofo, a excitação dos homens brancos e burgueses é gerada tanto pela investigação e fiscalização de sexualidades periféricas – neste caso, mulheres indígenas, negras, mestiças e amarelas – quanto pela transgressão da norma aplicada a essas subjetividades (FOUCAULT, 1988, p. 44). Essa realidade descreve, portanto, a relação ambivalente entre desejo e aversão ao corpo não-branco: ao mesmo tempo em que o colono alemão impôs uma ordem racial nas espacialidades coloniais, ele fugiu de sua própria regra, vindo a consumir as “carnes” “exóticas” e “sensuais” dessas mulheres.

Como método de transgressão das normas biopolíticas impostas, a agressão sexual representava uma das violências mais comuns nas territorialidades coloniais do país. Devido à construção moderna das sexualidades, o corpo e a vida biológica tornaram-se campo ao exercício de poder dos sujeitos mais ao topo da hierarquia social. Os colonos alemães, dessa forma, utilizavam-se do estupro de modo a reforçar sua superioridade racial às custas da inferiorização dessas mulheres racializadas, roubando-lhes suas liberdades e autonomias (WALTHER, 2010, p. 9). Como escreve a ativista feminista estadunidense Susan Brownmiller: “Estupro é nada mais nada menos que um processo consciente de intimidação pelo qual todos os homens mantêm todas as mulheres em um estado de medo” (BROWNMILLER, 1975, p. 15).

Durante o colonialismo do país, todos os colonos alemães se encontravam, direta ou indiretamente, circunscritos na rotina normalizada do estupro e agressão sexual empregados contra os corpos das mulheres nativas (ONKEN, 2007, p. 21). A frequência dessas violências estava associada, por sua vez, à expansão da ordem colonial do país. Segundo relata o historiador alemão Peter Sebald (1992), após a conquista da costa do Togo (1884), as mulheres nativas foram forçadas a ter relações sexuais com os militares da campanha. Além disso, Sebald descreve que alguns postos das forças armadas alemãs (*Schutztruppe*) na região mantinham haréns dessas mulheres, de modo que sempre houvesse “carnes” disponíveis ao consumo sexual imediato dos homens (SEBALD, 1992, p. 111-112).

É importante ressaltar que as violências sexuais cometidas contra esses corpos racializados não eram, em si, consideradas agressões pela sociedade moderna europeia. Como aponta Smith (2003, p. 4), o estupro só era visto como violência quando exercido contra mulheres brancas europeias, uma vez que estas eram enxergadas como “puras” pelas massas burguesas. Desta maneira, os casos de agressão sexual de mulheres não-europeias em meio aos territórios coloniais eram negligenciados pelas cortes da metrópole alemã (MAEDZA, 2017, p. 8), levando a uma alta impunidade dos colonos brancos que cometiam essas violências (ONKEN, 2007, p. 21).

À vista desse contexto, entende-se que a racialização e sexualização dos corpos femininos não-brancos, em soma à impenitência dos homens colonos estupradores, transformaram as agressões sexuais em práticas normalizadas nas espacialidades coloniais alemãs (ONKEN, 2007). No Sudoeste Africano, por exemplo, o estupro de mulheres herero e nama era tão frequente que certos termos foram empregados por intelectuais e oficiais eugênicos especialmente para se referir à degeneração de colonos quando entravam em contato com culturas africanas (*Verkaffung*, cafricanização, “tornar-se nativo”) (SCHVEITZER, 2016, p. 53).

Ainda, cabe destacar que durante períodos de revolta colonial, como ocorrido com o dos herero e nama (1904-1907), as violências sexuais cometidas contra as mulheres nativas não deixaram de ser menos frequentes. Pelo contrário: tornaram-se ferramentas dos militares alemães ao massacre e extermínio desses corpos racializados. Já após o tempo de beligerância, o contexto de hipervulnerabilidade continuou àquelas mulheres sobreviventes do conflito. Muitas acabaram encarceradas em campos de concentração ou no âmbito doméstico de oficiais da colônia, tornando-se vítima de trabalho forçado e exploração sexual desses homens (ONKEN, 2007, p. 22).

A respeito do genocídio dos herero e nama, faz-se importante salientar que tal episódio representou um verdadeiro laboratório de atrocidades e crueldades perpetrados a tais povos. Respectivamente, calcula-se que o número de mortes do primeiro grupo étnico tenha girado em torno de 70 mil pessoas, cerca de 80% de sua população; já em relação à segunda etnia, estima-se 10 mil mortos, aproximadamente 50% de sua população total (CORREA, 2011, p. 4). Como descreveu o jornalista britânico Michael Scott em um artigo publicado na revista *New Statesman and Nation* no ano de 1949:

Depois vieram os colonos alemães, famintos por terras; e finalmente von Trotha, um general a quem Hitler adoraria honrar ... Em 1904, ele emitiu a "Ordem de Extermínio". Todos os Hereros, sejam homens, mulheres ou crianças, deveriam ser mortos. Uma orgia de saques, tortura e massacre se seguiu. Ler os registros é exatamente como ler os relatos da obliteração da Polônia, exceto que os alemães não tinham câmaras de gás na época, mas mataram bebês com as próprias mãos ou queimaram senhoras doentes em suas cabanas (SCOTT, 1949, apud GEWALD, 2004, p. 2).

Para além dos pontos discutidos até então, outras técnicas de biopoder foram utilizadas pelos colonos alemães de modo dominar as sexualidades das mulheres nativas. Parte desses aparatos se voltou à formatação e reconfiguração da saúde e vitalidade dos corpos dessas pessoas, de modo que os oficiais das colônias tivessem as rédeas sobre a fecundidade e natalidade nessas espacialidades.

Segundo a perspectiva foucaultiana (1988, p. 100), a emergência da sociedade moderna biopolítica transformou a criança branca em um germen sexual precioso à continuidade da classe burguesa, torneando-a por uma crisálida institucional e moral a fim de protegê-la da sexualidade latente. A criança não-branca, por outro lado, era vista como uma ameaça biológica – assim como as mulheres racializadas – nas zonas de domínio colonial, uma vez que representavam uma força capaz de reconfigurar a genealogia ariana. Por conta disso, técnicas de biopoder foram aplicadas aos corpos e sexualidades das mulheres nativas, restringindo o nascimento de crianças interracialis (STOLER, 1995).

Um desses aparatos biopolíticos foi a investigação e checagem constante das organicidades, além de imposição de métodos contraceptivos e abortivos para restringir a sua fecundidade (WALTHER, 2015). Outra das técnicas foi o banimento de casamentos e de qualquer tipo de relação sexual entre alemães e nativas, impondo-lhes duras penas caso transgredissem a norma. Por fim, em algumas colônias, como em Qingdao, na China, foram estabelecidos modelos de segregação espacial entre colonizadores e colonizados, como um “quase-apartheid” (STEINMETZ, 2007, p. 54), sob o argumento de evitar a degeneração da branquitude ariana por meio do relacionamento interracial (STEINMETZ, 2007).

Diante deste contexto, entende-se que as violências impostas sobre os corpos das mulheres racializadas abrangeram um amplo campo biopolítico de disciplinarização, regulação e consumo de suas subjetividades ante a presença do colono alemão. Por um lado, o estupro, como um desses aparatos, tornou-se problemática generalizada e naturalizada nas zonas coloniais. Por outro, tais mulheres também se vitimizaram por rotinas de checagem de seus corpos, imposição de métodos ao enfraquecimento de sua fecundidade, entre outras questões. Assim sendo, destaca-se que o dispositivo da sexualidade, constituído pelos dizeres e não-dizeres coloniais, fora vital à produção de desejos e consumos na modernidade-colonialidade (STOLER, 1995, p. 11), perpetuando, deste modo, as heterarquias europeias, capitalistas, militares, brancas e masculinas (GROSFUGUEL, 2010, p. 70).

À vista disso, o próximo e último tópico terá por objetivo analisar a indústria sexual alemã enquanto continuidade do colonialismo do país na promoção da coisificação, sexualização e mercantilização de corpos de mulheres racializadas. Além disso, como síntese da relação simbiótica entre os dizeres e não-dizeres do dispositivo da sexualidade moderno-colonial, explorará o zoologismo humano promovido pelo Império Alemão, sobretudo a partir da figura das hotentotes.

4.2. Hotentotes, zoologismos humanos e a indústria sexual alemã contemporânea

Diante do exposto até então pela pesquisa, aponta-se que a indústria sexual alemã em muito contínua com o panorama biopolítico moderno de racialização, “coisificação” e sexualização de subjetividades não-europeias. Em primeiro lugar, a modernidade civilizatória branca conquistou esses corpos, sexualidades e organicidades, “docilizando-os” ao seu encaixe no sistema capitalista nascente. Em segundo, esses sujeitos, já racializados e subjugados, consolidaram-se enquanto “negócio de Estado” e objeto de estudos aos saberes europeus (FOUCAULT, 1988, p. 111). Por fim, os corpos historicamente inferiorizados e manipulados pelas elites brancas radicalizaram-se como peças descartáveis ao capitalismo contemporâneo flexível, sendo esquecidos no limiar entre o formal e o informal de indústrias como a prostituição.

De acordo com Losurdo (2011), o colonialismo europeu representou o primeiro laboratório da modernidade na modulação da vida biológica enquanto coeficiente de controle e análise políticos. Em oposição à ideia foucaultiana de que a autosssexualização da burguesia teria representado a primeira manifestação do biopoder, o autor chama atenção para a cronologia de genocídios e massacres direcionada aos povos originários desde o início da empreitada civilizatória. Dessa forma, para o acadêmico, antes do desenvolvimento de aparatos para a diferenciação racial da classe burguesa, a modernidade inaugurou técnicas de poder que racializaram as subjetividades para além da Europa, hierarquizando-as em comparação com as massas brancas.

Em soma a essas ideias, Stoler (1995) expõe a visão de que o dispositivo da sexualidade, produzindo desejos e aversões, representou um pilar central na hegemonização da heterossexualidade branca diante de outros corpos e sexos. A genealogia de técnicas de biopoder que emergiu desse contexto se fez observar, por sua vez, na categorização contínua dessas sexualidades, periféricas em relação à heteronormatividade instaurada, como “ameaças” para a sociedade burguesa. Como descreve Stoler, o “racismo de Estado não é efeito mas tática na fissura interna da sociedade em oposições binárias, um meio de criar inimigos internos ‘biologizados’, contra os quais a sociedade precisa se defender” (STOLER, 1995, p. 59).

Diante dessa conjuntura, a modernidade acabou por direcionar, nas espacialidades metropolitanas europeias, os pobres para os subúrbios das cidades, homossexuais para dentro de seus lares, fetichistas para manicômios, crianças “delinquentes” para internatos, e assim sucessivamente (FOUCAULT, 1988). Já em relação às zonas coloniais, o movimento que se observou para com as populações originárias foi o do confisco de suas terras, aniquilação de

suas matrizes culturais, substituição de seus saberes, investigação de seus corpos e invasão de suas privacidades (CÉSAIRE, 2000, p. 43).

À vista deste contexto, a mulher orientalizada e racializada pareceu se localizar no cerne do imaginário construído em torno da ideia de “ameaça” biopolítica. Devido à interação sexual constante entre essas mulheres autóctones e colonos alemães, tanto espontânea quanto por meio de agressões e estupros, o pensamento racial da época atribuiu a tais subjetividades uma potencialidade destrutiva na degeneração da raça ariana. Como resultado, a cronologia colonial se voltou duramente contra essas mulheres não-europeias, reduzindo-as a meros corpos violentáveis e descartáveis pelos colonizadores brancos e homens (STOLER, 1995; SMITH, 2003).

Houve, no entanto, um duplo movimento discursivo na construção dessas mulheres racializadas. Como já visto, elas, por um lado, foram configuradas como “ameaças” frente à sociedade branca e europeia. Por outro, essas também foram imaginadas como objetos de desejo para as massas masculinas burguesas. Durante os primeiros três séculos do tempo moderno, seus corpos foram erotizados e orientalizados pelos viajantes da época. Posteriormente, com a consolidação das *scientias sexualis* de potências colonizadoras brancas, essas mulheres se tornaram objeto de estudo aos saberes europeus, sendo, então, sexualizadas por teorias e enunciados científicos (VAUGHAN, 1991, p. 129).

De acordo com a escritora decolonial lusitana Grada Kilomba (2019, p. 139), as massas brancas vivenciam historicamente uma intrínseca conexão entre desejo, inveja e destruição quando frente a sujeitos negros e racializados. Para a autora, essa realidade psicossocial vem do tempo de quando a modernidade-colonialidade-capitalismo se consolidava como novo sistema-mundo, instaurando, no processo, a sociedade biopolítica europeia. Nessa cronologia, ao passo que o corpo burguês e branco edificava sua bolha de normas, costumes, “higienes” e “civilidades”, reprimia, ao mesmo tempo, aspectos e emoções associados a estágios mais primitivos do desenvolvimento humano, como o ameaçador, o perigoso, o proibido, o excitante e assim por diante. Posteriormente, vieram a ser essas concepções a base das projeções do branco sob o não-branco, de uma “inveja racial primariamente inconsciente” que passou a fetichizar esses corpos racializados enquanto objetos hipersexualizados (KILOMBA, 2019, p. 159).

O desejo de posse do branco para com o sujeito não-branco mantém, em contrapartida, uma relação dialética com o ímpeto pela destruição dessa existência outra racializada. Como escreve o sociólogo sueco Ove Sernhede, “[a] inveja é um complexo ambivalente de emoções; há uma ânsia em possuir alguns dos atributos desejados do/a Outro/a

ao mesmo tempo que o/a Outro/a precisa ser destruído uma vez que representa algo entendido como ausente no eu” (SERNEDE, 2000, p. 314, tradução nossa). Deste modo, entende-se que o sujeito racializado possui uma existência dicotomizada ante o branco: como “um objeto de desejo que deve simultaneamente ser atacado e destruído”⁵¹ (KILOMBA, 2019, p. 159). Em síntese, Kilomba escreve que

No mundo conceitual *branco*, o *sujeito negro* é identificado como o *objeto “ruim”*, incorporando os aspectos que a sociedade branca que a sociedade branca tem reprimido e transformado em tabu, isto é, agressividade e sexualidade. Por conseguinte, acabamos por coincidir com a ameaça, o perigo, o violento, o excitante e também o sujo, mas desejável – permitindo à branquitude olhar para si como moralmente ideal, decente, civilizada e majestosamente generosa, em controle total e livre da inquietude que sua história causa (KILOMBA, 2019, p. 37).

A relação desejo-inveja-destruição descrita por Kilomba (2019) se faz observar em uma prática colonizadora que veio a sintetizar as problemáticas de mercantilização e sexualização de corpos racializados: o zoológico humano. Tal temática é trabalhada indiretamente por Mbembe quando este compara a “vida sob o signo da raça” com uma tida em um jardim zoológico metafórico (MBEMBE, 2017, p. 220). A alegoria, de todo o modo, serve de base à experiência vivenciada por algumas etnias racializadas enquanto cativas de zoológicos humanos na Europa. Como assenta:

Na prática, a formação de um jardim zoológico assenta em dois ou três procedimentos. Primeiro, o sequestro, a captura e o enjaular dos animais. Estes são retirados do seu habitat natural por homens que, assumindo o controle, não os matam, mas que os condenam a um amplo recinto subdividido, se necessário, em vários miniecosistemas. [...]. Em segundo lugar, os animais assim enjaulados são alvo de um proibido implícito. Só podem ser mortos em circunstâncias excepcionais e quase nunca para consumo direto. [...]. Em terceiro lugar, os animais cativos não estão submissos a um estrito regime de domesticação. Um leão num jardim zoológico não é tratado como um gato. Não partilha a intimidade dos homens. O jardim zoológico não provém da esfera doméstica; a distância entre as pessoas e os animais é mantida. É essa distância que permite a exposição que só tem sentido na separação entre o espectador e o objeto exibido. Quanto ao resto, o animal vive num estado de suspensão. Ele já não é isto nem aquilo (MBEMBE, 2017, p. 221).

A esta problemática, os cóis⁵² representaram o grupo étnico africano mais vitimizado nas instâncias dos zoológicos humanos europeus, estes promovidos tanto pelo colonialismo alemão quanto pelo de outras potências imperialistas do continente. De acordo com o historiador Richard Elphick, os cóis, historicamente designados pelos colonizadores brancos

⁵¹ Ainda no tocante a esta discussão, Kilomba continua: “durante o colonialismo, o estupro racial e o linchamento eram os exemplos mais cruéis dessa inveja. O estupro, isto é, o ato de possuir o corpo da mulher negra, era prática comum, assim como o linchamento de homens negros acusados de terem tido relações sexuais com mulheres brancas ou de terem meramente falado com elas, assobiado, ou de terem tentado se aproximar delas. O corpo *negro* é, ao mesmo tempo, desejado sexualmente e destruído fisicamente” (KILOMBA, 2019, p. 159).

⁵² Os Cóis representaram um povo pastoral nômade originário da região do Sudoeste Africano, localidade esta que esteve sob domínio do colonialismo alemão entre 1884 e 1919. Dentre as subdivisões dessa população autóctone, estão os Namas, etnia amplamente exterminada por tal potência europeia no início do século XX (1904-1907).

como “hotentotes”, retrataram a etnia “mais observada de todas as populações não-alfabetizadas do Hemisfério Oriental” (ELPHICK, 1985, p. 16, tradução nossa); além disso, eles se tornaram “símbolo de tudo que é natural e basal à humanidade” (ELPHICK, 1985, p. 196, tradução nossa). Por fim, tal povo não era simplesmente “representação da essência do ‘negro’ durante os primeiros séculos do contato colonial europeu mas sua mais elaborada e grotesca imagem” (GILMAN, 1985, p. 225, tradução nossa).

Dentre os cóis levados às instâncias dos zoológicos humanos na Europa, Saartje Baartman, considerada a “vênus hotentote”, foi a mais conhecida e estudada pelas massas masculinas brancas. Sua exibição em salões e feiras de metrópoles europeias acompanhou o nascimento da produção de verdades científicas sobre corpos e sexualidades. Até mesmo depois de sua morte, seu corpo foi investigado a fundo por cientistas eugênicos que buscavam evidenciar a inferioridade de etnias originárias (STEINMETZ, 2007). Baartman retratou, portanto, uma das pessoas racializadas que mais sintetizou as perversidades biopolíticas europeias de objetificação e sexualização de corpos não-brancos, sendo reduzida à inexistência ontológica. Como ressaltam os acadêmicos Clifton Crais e Pamela Scully (2008, p. 7, tradução nossa):

Os europeus criaram a Vênus hotentote como o elo perdido que separa a besta do homem, os impulsos do intelecto, o espaço ansioso entre nosso eu animal e humano. Sara entrou na psique da Europa, na psique da modernidade, não como uma mulher, uma pessoa viva, que respira emoções e memórias e anseios, mas como uma metáfora, uma invenção, uma pessoa reduzida a um simulacro.

Em meio ao contexto apresentado, entende-se que a indústria sexual alemã retrata uma continuidade dos discursos e práticas biopolíticas de mercantilização e sexualização de corpos racializados do período colonial do país. Este ponto de vista emerge, por um lado, da multiplicidade de problemáticas, violências, abusos e estigmas pelos quais as trabalhadoras do sexo de tal espacialidade passaram a ser continuamente submetidas após a regularização da categoria, em 2002. Por outro lado, é uma perspectiva que também surge da exploração selvagem e crescente a esses corpos, tratados não mais que mercadorias aos prazeres e satisfações das massas masculinas e brancas. As mulheres migrantes prostitutas da Alemanha submergem, por fim, na objetificação colonial dicotomizada entre desejo e inveja (KILOMBA, 2019), a qual vem destruir suas vitalidades, marginalizar suas existências, encarcerar suas subjetividades, censurar suas vozes e deteriorar seus corpos.

Em primeiro lugar, ressalta-se o fato que parte majoritária da massa de prostitutas do país é originária de terras para além da Europa Ocidental, envolvendo espacialidades euroasiáticas, asiáticas, africanas, latino-americanas e caribenhas. Muitos desses territórios não

foram zonas subjugadas pelo colonialismo alemão; em contra partida, representam espaços historicamente sob miras dos imperialismos europeus. Desse modo, as mulheres prostitutas abarcam a ampla genealogia do tempo moderno de “civilização”, racialização, “coisificação”, mercantilização e, assim, sexualização de todos aqueles corpos distintos da massa branca, europeia e ocidental.

Em segundo lugar, cabe salientar que a trajetória dessas mulheres pela indústria sexual alemã enquadrada uma história sem fim de violências, agressões, estupros, assédios e estigmas acometida antes, durante e no pós-prostituição. O tráfico de pessoas para exploração sexual também é realidade intrínseca desse meio, levando a uma hipervulnerabilização das massas de mulheres migrantes que passam por tal atrocidade e são, posteriormente, encarceradas em clubes e bordéis sob a fachada da prostituição regularizada. Nesse sentido, interpreta-se a conjuntura de medos, imposições e violências da indústria sexual alemã como oriunda da histórica relação desigual entre subjetividades mais ao topo das hierarquias sociais – homens, brancos, europeus, colonos e heterossexuais – e aquelas inferiorizadas – mulheres, migrantes, colonizadas e não-brancas. A hegemonia masculina e branca sob a existência feminina e não-branca é, da mesma forma que a racialização das raças (PERSAUD, 2002), axiomática à modernidade europeia. Portanto, a regularização da prostituição, esta tratada como um “trabalho como qualquer outro”, continua com essa cronologia de subjugação da mulher ante a presença masculina branca – anteriormente dada pelo colonialismo, agora pela colonialidade (QUIJANO, 2005).

Em terceiro, nota-se que a industrialização do sexo banalizou a existência dessas mulheres racializadas, reduzindo-as a meros corpos descartáveis, assim como o imperialismo colonial do país o fez, a partir do dispositivo biopolítico da sexualidade, para com as populações originárias em África, Ásia e Oceania. Essa banalização é vista, por um lado, pela ampla inventividade de tal império capitalista na oferta de serviços sexuais: “menus” de sexo, “caixas de performance” (*Verrichtungsboxen*), websites de venda, entre outros. Por outro, a regularização da prostituição, sem que esta viesse acompanhada de mecanismos estatais para propósito de diminuir e limitar a compra de sexo, naturalizou uma contínua condição de depreciação da força de mulheres prostitutas – que, por sua vez, permaneceram marginalizadas, invisibilizadas e socialmente estigmatizadas. Os bordéis e outros estabelecimentos do ramo se tornaram, por fim, fábricas de “carnes frescas”, ofertadas a partir de diferentes de serviços e maneiras, às massas masculinas, animalizando e bestializando essas subjetividades racializadas.

Diante do exposto, compreende-se que a indústria do sexo alemã está circunscrita a um panorama biopolítico no qual homens brancos podem satisfazer suas necessidades fetichizadas

de consumo de carnes “exóticas” em uma sociedade que tornou a oferta de sexo não apenas naturalizada como uma indústria capitalista bilionária. Neste contexto, essas mulheres são, ao mesmo tempo que tratadas como meras mercadorias ao prazeres desses homens, marginalizadas e excluídas pelas “higienes” e moralidades da sociedade burguesa branca, historicamente autoimaginada como “civilizada”. A indústria de prostituição alemã é, portanto, continuidade da colonialidade do país, uma vez que materializa essas inferioridades e relações dicotômicas para com as mulheres não-europeias, não-brancas, não-ocidentais, racializando-as, coisificando-as, sexualizando-as e, enfim, consumindo-as.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente monografia foi compreender se a indústria sexual alemã reproduz a colonialidade do país nas temáticas de mercantilização e sexualização de corpos colonizados – na eventualidade, mulheres racializadas – e, caso afirmativo, a partir de quais aspectos a devida situação é materializada. Para tal, foram considerados três objetivos específicos: 1) apresentar o panorama da indústria sexual alemã; 2) compreender o horizonte colonial europeu de objetificação, sexualização e mercantilização de mulheres racializadas; e 3) revisar a historiografia colonial alemã, localizando-a no âmbito das temáticas de sexualização e mercantilização de corpos colonizados.

Neste contexto, reitera-se que o diálogo com os estudos foucaultianos, Pós-coloniais, Decoloniais e feministas foi de vital importância ao entendimento da produção de narrativas hipersexualizantes e do exercício de violências sexuais direcionados aos corpos de mulheres não-brancas. Em referência à perspectiva foucaultiana, pôde-se melhor compreender sobre o biopoder, a expansão das narrativas do sexo, a “incorporação” das perversões, o mecanismo de dupla incitação poder-prazer e sobre a produção de corpos e prazeres a partir da consolidação do dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1988, 2008). Em relação aos estudos Pós-coloniais e Decoloniais, tais lentes expandiram o horizonte teórico em torno da emergência da modernidade civilizatória (DUSSEL, 2005), assim como dos processos coloniais de racialização das raças (PERSAUD, 2002), de consolidação da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005), da associação entre modernidade-colonialidade-capitalismo (MIGNOLO, 2002), do estabelecimento das “heterarquias” (GROSFOGUEL, 2010), do orientalismo (SAID, 1990), da “coisificação” de subjetividades não-brancas (CÉSAIRE, 2000), da construção de linguagens “zoológicas” coloniais (FANON, 1961), entre outras questões. Finalmente, os estudos feministas, entrelaçados por entre os tópicos anteriores, iluminaram o horizonte deste trabalho a respeito da interseccionalidade das violências (CRENSHAW, 1991), da formação do discurso colonial hipersexualizado (SMITH, 2003), das características do poder masculino (GOUGH, 1971) e de como a relação sexual assimétrica entre o colono homem e a colonizada mulher representou aspecto vital para a consolidação da modernidade burguesa, branca e europeia (STOLER, 1989).

À vista disso, observaram-se, a partir da investigação, fatores que corroboram com a hipótese de que a indústria sexual alemã reproduz a colonialidade do país. De todo o modo, em virtude da complexidade e amplitude do assunto, ressalta-se a necessidade de se promover mais

pesquisas na área. Assim sendo, citar-se-ão, a seguir, os pontos considerados para a confirmação da hipótese.

Em primeiro lugar, observou-se que parte considerável das mulheres prostitutas do país é originária de espacialidades euroasiáticas, asiáticas, africanas, latino-americanas e caribenhas, territorialidades estas que historicamente estiveram sob miras dos imperialismos europeus. Dessa maneira, essas trabalhadoras do sexo abarcam a genealogia da modernidade europeia de “civilização”, racialização, objetificação e sexualização de corpos periféricos à normalidade heterossexual, branca e burguesa.

Em segundo lugar, percebeu-se que os clientes de serviços sexuais de mulheres prostitutas do país, na sua grande maioria, são homens, brancos e europeus. Ainda, constatou-se que o país é destino sexual de massas masculinas oriundas de várias partes do mundo, fato este que se concretiza especialmente pela cena de prostituição alemã ser regularizada e oferecer, ao mesmo tempo, uma ampla “variedade” de mulheres “exóticas”. O fetiche pelo corpo racializado é ressaltado, por sua vez, pela ascensão do gênero pornográfico de refugiados, que constrói um imaginário hipersexualizado de mulheres que fugiram de seus países devido a conflitos humanitários, perseguições e violações generalizadas de direitos humanos. Por fim, ainda cabe destacar que inúmeros bordéis alemães abarcam temáticas orientalizadas, as quais invocam as narrativas construídas pelos viajantes europeus do tempo moderno a respeito do “erotismo” e do “orientalismo” de mulheres não-brancas.

Em terceiro lugar, notou-se que o panorama de promulgação da Lei de Prostituição mais ressaltou a condição marginalizada e invisibilizada de mulheres prostitutas no país do que promoveu maior proteção social e legal a essas pessoas. Como observado, a capitalização da oferta de serviços sexuais banalizou o trabalho dessas trabalhadoras do sexo. Essa banalidade é vista pela ampla variedade de formas pelas quais seus serviços são ofertados: “menus” de sexo, catálogos, “pacotes” e promoções, “caixas do sexo”, websites de acompanhantes, entre outros. Muitos desses meios reforçam estereótipos raciais ao permitir com que o cliente “escolha” mulheres com base em questões como idade, peso, etnia, nacionalidade, cabelo, tamanho dos seios, altura e idiomas que fala.

Em quarto lugar, ressalta-se que o número de mulheres prostitutas que se registraram na seguridade social do país após a Lei de Prostituição é mínimo se comparado com a massa estimada dessas trabalhadoras. Ainda assim, percebe-se que grande parte dessas trabalhadoras regularizadas ou é alemã ou é de nacionalidades europeias. Visto isso, deduz-se que a maioria das mulheres prostitutas migrantes no país ainda permanece irregular e, portanto, vulnerabilizada, marginalizada e invisibilizada em tal sociedade.

Em quinto lugar, salienta-se que a trajetória dessas trabalhadoras do sexo envolve histórias sem fim de estupros, assédios e agressões das mais variadas naturezas – assim como as mulheres autóctones sofriam a partir da presença colonial branca. Além disso, o tráfico de pessoas para exploração sexual e o trabalho forçado são problemáticas intrínsecas da cena de prostituição do país. À vista disso, entende-se que a regularização da prostituição, sem que esta viesse acompanhada de mecanismos estatais de modo a reduzir com a compra de serviços sexuais, continuou com a cronologia de inferiorização e subjugação da mulher racializada ante a presença do homem colonizador branco.

Neste contexto, diante de todos os pontos apresentados ao longo dos capítulos e das considerações finais, aponta-se que a industrialização do sexo na Alemanha reproduz a colonialidade do país em torno das temáticas de mercantilização e sexualização de mulheres racializadas. Observou-se que essas mulheres são, ao mesmo tempo que tratadas como mercadorias aos prazeres desses homens, marginalizadas e invisibilizadas pela sociedade alemã. Além disso, como intersecção a essas questões, essas subjetividades são constantemente alvo de violências, agressões, estupros e assédios, representando, assim, existências hipervulnerabilizadas cujas racialidades e sexualidades construídas são potencializadas pela indústria sexual do país. Finalmente, cabe destacar que o contexto da cena de prostituição alemã – da mesma forma como ocorrido durante o colonialismo de tal Nação – adentra no amplo processo biopolítico em que corpos são produzidos, mercantilizados e, por fim, “consumidos” por aqueles que se encontram mais ao topo das hierarquias sociais – homens, brancos, cis-héteros, ocidentais e europeus.

6. REFERÊNCIAS

ADAIR, Philippe; NEZHIVENKO, Oksana. Assessing how large is the market for prostitution in the European Union. **Éthique et économique/Ethics and economics, Éthique et économique**, 2017, v. 14, n.2, p.116-136. Disponível em: <<https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01672872/document>>. Acesso em: 13 de Out. de 2019.

ALTINK, Sietske. **Stolen lives: Trading women into sex and slavery**. London: Scarlet Press, 1995.

AMIDON, Kevin S. Sex on the brain: the rise and fall of German sexual science. **Endeavour**, v. 32, n. 2, 2004.

AMJAHID, Mohamed. A new desire for refugee porn. **Zeit**, 15 de Maio de 2019. Disponível em: <<https://www.zeit.de/gesellschaft/2018-05/sexisms-refugeeporn-refugees-pornography-germany-analysis>>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

ARONOWITZ, Alexis. **Human trafficking, human misery: the global trade in human beings**. Praeger: Westport, 2009.

BALES, Kevin. **Disposable people: new slavery in the global economy**. London: University of California Press, 2012.

BARNETT, Louise. Germany: a ‘sex tourism hotspot’. **Telegraph**, n. 10452246, 15 de Nov. de 2013. Disponível em: <<https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/europe/germany/10452246/Germany-a-sex-tourism-hotspot.html#targetText=Estimates%20put%20the%20total%20number,between%20400%2C000%20and%20one%20million>>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

BAYERL, Klaus. **Der Situation der Prostituierten im Internationalen Menschenhandel**. 2008. Disponível em: <http://www.bi-gegen-bordell.de/Mythen/Vortrag_Bayerl.pdf>. Acesso em 19 de Out. de 2019.

BECKER, Heike. Efundula: women’s initiation, gender and sexual identities in Colonial and Pos-Colonial Northern Namibia. In: ARNFRED, Signe (ed.). **Re-thinking sexualities in Africa**. Almqvist & Nordiska Afrikainstitutet, 2004.

BINDEL, Julie. **The pimping of Prostitution: abolishing the sex work myth**. London: Macmillan Publishers, 2019.

BLACKSHIRE-BELAY, Carol Aisha. German imperialism in Africa: the distorted image of Cameroon, Namibia, Tanzania, and Togo. **Journal of Black Studies**, n. 23, n. 2, 1992, p. 235-246.

BRANDÃO, Ana Carolina Brito. **A expulsão das prostitutas do “prédio da caixa” na cidade de Niterói: um estudo sobre a produção do espaço urbano e das relações de gênero e sexualidade**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Direito, 2015.

BROWNMILLER, Susan. *Against Our Will: Men, Women and Rape*. Londres: Penguin, 1975.

BUNDESKRIMINALAMT (BKA). **Menschenhandel und Ausbeutung**. BKA, 2019.

Disponível em:

<https://www.bka.de/DE/AktuelleInformationen/StatistikenLagebilder/Lagebilder/Menschenhandel/menschenhandel_node.html>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

BUNDESMINISTERIUM FÜR FAMILIE, SENIOREN, FRAUEN UND JUGEND (BMFSFJ). **Report by the federal government on the impact of the act regulating the legal situation of prostitutes (prostitution act)**. BMFSFJ. 2007. Disponível em:

<<https://www.bmfsfj.de/blob/93346/f81fb6d56073e3a0a80c442439b6495e/bericht-der-brzum-prostg-englisch-data.pdf>>. Acesso em: 20 de Out. de 2019.

BUNDESMINISTERIUM FÜR FAMILIE, SENIOREN, FRAUEN UND JUGEND (BMFSFJ). **Lebenssituation, sicherheit und Gesundheit von Frauen in Deutschland**. BMFSFJ. 2014. Disponível em:

<<https://www.bmfsfj.de/blob/84328/0c83aab6e685eeddc01712109bcb02b0/langfassung-studie-frauen-teil-eins-data.pdf>>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

BREWER, Devin. Globalization and human trafficking. **Topical Research Digest: Human Rights & Human Welfare Journal**. University of Denver, 2009, p. 46-56. Disponível em: <<https://www.du.edu/korbel/hrhw/researchdigest/trafficking/Globalization.pdf>>. Acesso em: 29 de Jun. de 2019.

CALDWELL, G., GALSTER, S., KANICS, J.; STEINZOR, N. Capitalizing on transition economies: The role of the Russian Mafia in trafficking women for forced prostitution. 1999 In **Illegal immigration and commercial sex: The new slave trade**, ed. P. Williams, 42-73. London: Frank Cass.

CAMPT, Tina M.. Converging spectres of an other within: race and gender in prewar Afro-German history. **Callaloo**, v. 26, n. 2, p. 322-341. Disponível em:

<<https://www.jstor.org/stable/3300856>>. Acesso em: 29 de Jun. de 2019.

CARDOSO, Arisa Ribas. **Uma leitura do protocolo de palermo sobre tráfico de pessoas à luz do direito internacional dos refugiados**. 2014. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito.

CÉSAIRE, Aimé. **Discourse on Colonialism** [1950]. Traduzido por Joan Pinkham. Nova Iorque: Monthly Review Press, 2000.

CONRAD, Naomi; FELDEN, Esther. A dura realidade das prostitutas na Alemanha.

Deutsche Welle, n. 44366258, 23 de Jun. de 2018. Disponível em:

<<https://p.dw.com/p/309go>> Acesso em: 18 de Out. de 2019.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p. 50-62.

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, 1991, p. 1241-1299.

CZARNECKI, Dorothea *et al.* **Prostitution in Germany**: a comprehensive analysis of complex challenges. 2014. Disponível em: <https://www.spi-research.eu/wp-content/uploads/2014/11/ProstitutioninGermanyEN_main.pdf>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

DANAİLOVA-TRAINOR, Gergana; BELSER, Patrick. Globalization and the illicit market for human trafficking: an empirical analysis of supply and demand. OIT, 2006. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---integration/documents/publication/wcms_081759.pdf>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

DARLEY, Mathilde. Prostitution in Nightclubs in Border Areas of the Czech Republic. **Revue française de sociologie**, v. 50, n. 5, 2009, p. 95-124. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-francaise-de-sociologie-1-2009-5-page-95.htm>>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

DEUTSCHER BUNDESTAG. **Evaluierung des Prostitutionsgesetzes, des Prostitutionsschutzgesetzes und des effektiven Schutzes Prostituerter**. 2019. Disponível em: <<https://dipbt.bundestag.de/dip21/btd/19/078/1907810.pdf>>. Acesso em: 16 de Out. de 2019.

DEUTSCHLAND. **Tourism as an economic factor**. 2018. Disponível em: <<https://www.deutschland.de/en/topic/business/tourismus-als-wirtschaftsfaktor-in-deutschland-zahlen-und-fakten>>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

DI NICOLA, A. et al. Study on national legislation on prostitution and the trafficking in women and children, European Parliament. Transcrime – Joint Research Centre on Transnational Crime. 2005. Disponível em: <<http://transcrime.cs.unitn.it/tc/412.php>>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

DIRECTORATE-GENERAL FOR INTERNAL POLICIES OF THE UNION (DG IPOL). **Sexual exploitation and Prostitution and its impact on gender equality**. Bruxelas: União Europeia, 2014. Disponível em: <[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2014/493040/IPOL-FEMM_ET\(2014\)493040_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/etudes/join/2014/493040/IPOL-FEMM_ET(2014)493040_EN.pdf)>. Acesso em: 15 de Out. de 2019.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p. 24-32.

ELPHICK, Richard. **Khoikhoi and the Founding of White South Africa**. Johannesburg: Ravan Press, 1985.

ERCKENBRECHT, Corinna. German Moravian missionaries on western Cape York Peninsula and their perception of the local Aboriginal people and languages. In: PETERSON, Nicolas; KENNY, Anna (orgs.). **German ethnography in Australia**. 2017.

EUROPEAN NETWORK FOR THE PROMOTION OF RIGHTS AND HEALTH AMONG MIGRANT SEX WORKERS (TAMPEP). **National report on HIV and sex work: Germany**. TAMPEP. 2007. Disponível em: <<https://tampep.eu/documents/>>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

EUROPEAN NETWORK FOR THE PROMOTION OF RIGHTS AND HEALTH AMONG MIGRANT SEX WORKERS (TAMPEP). **Sex work in Europe**. TAMPEP. 2009. Disponível em: <<https://tampep.eu/documents/>>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

ESCRITÓRIO FEDERAL DE ESTATÍSTICA ALEMÃO (DESTATIS). **Anzahl der angemeldeten Prostituierten in Deutschland am 31.12.** 2019. Disponível em: <<https://www.destatis.de/DE/Themen/Gesellschaft-Umwelt/Soziales/Prostituiertenschutz/Tabellen/prostitutionstaetigkeit.html>>. Acesso em: 16 de Out. de 2019.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra** [1961]. Tradução de Serafim Ferreira. Lisboa: Editora Ulisseia Limitada, 1961.

_____. **Pele negra máscaras brancas** [1952]. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FARLEY, Melissa; FRANZBLA, Kenneth; KENNEDY, Margaret Alexis. Online prostitution and trafficking. **Albany Law Review**, v. 77, n. 3, 2014, p. 1039-1094. Disponível em: <http://www.albanylawreview.org/Articles/Vol77_3/77.3.1039%20Farley%20Franzblau%20Kennedy.pdf>. Acesso em: 20 de Out. de 2019.

FARLEY, Melissa *et al.* Attitudes and social characteristics of men who buy sex in Scotland. **Psychologica Trauma Theory Research, Practice and Policy**, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/232596918_Attitudes_and_Social_Characteristics_of_Men_Who_Buy_Sex_in_Scotland>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

FEHLINGER, Hans. **Sexual life of primitive people**. Tradução de S. Herbert. Londres: A. & C. Black, 1921. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/58475/58475-h/58475-h.htm>>. Acesso em: 01 de Dez. de 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão** [1975]. 20. ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. **Microfísica do Poder**. 2. ed. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GARDNER, James A. **Strangers in their Heimat: a history of Afro-German from 1871 to 2013**. Wesleyan University. Disponível em: <https://wescholar.wesleyan.edu/etd_hon_theses/1118/>. Acesso em: 02 de Dez. de 2019.

GILMAN, Sander L. 1985. *Black Bodies, White Bodies: toward an iconography of female sexuality in late nineteenth-century art, medicine, and literature*. In: GATES, Henry Louis (org.). **Race, writing, and difference**. Chicago: University of Chicago Press.

GRAÇA, Marta; GONÇALVES, Manuela. **Prostituição: que modelo jurídico-político para Portugal?**. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 2, 2016, p. 449-480. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v59n2/0011-5258-dados-59-2-0449.pdf>>. Acesso em: 15 de Out. de 2019.

GERHEIM, Udo. **Die Produktion des Freiers: Macht im Feld der Prostitution**. Bielefeld: Transcript Verlag. 2012.

GEWALD, Jan-Bart. Imperial Germany and the Herero of Southern Africa: genocide and the quest for recompense. **Genocide, War Crimes & the West: History and Complicity**. 2004, pp. 59-77.

GIDDENS, Anthony. **The consequences of modernity**. Cambridge: Polity Press, 1990.

GOUGH, Kathleen. The origin of the family. *Journal of Marriage and Family*, v. 33, n. 4, Special Double Issue: Violence and the Family and Sexism in Family Studies, 1971, p. 760-771.

GRENZ, Sabine. Intersections of sex and power in research on prostitution: a female researcher interviewing male heterosexual clients. *Signs*, v. 30, n. 4, 2005, p. 2091-2113. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/pdf/10.1086/428418.pdf?casa_token=9DtF56BvS-sAAAAA:qD3uCbVyMT1Y4zCGPg_20Ktwzt06hIbRD7Ic59GuPPheAhT2rEfUM6_fNWjFy6bhUUW_Icp5Lo4mK1SgnhGcKypGRHHnXscopyE8UIPI9P6lwyQGrX4z7A>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

GROSGOUEL, Ramón. The epistemic decolonial turn: beyond political-economy paradigms. In: MIGNOLO, Walter D.; ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Globalization and the decolonial option**. New York: Routledge, 2010.

HARTMANN, Wolfram. **Sexual encounters and their implications on an open and closing frontier: central Namibia from the 1840s to 1905**. Doctorate of Philosophy in the Graduate School of Arts and Sciences. Columbia University, 2002, 330 p.

HAVOCSCOPE. **Number of prostitutes**. 2014a. Disponível em: <<https://www.havocscope.com/number-of-prostitutes/>>. Acesso em: 13 Out. de 2019.

HAVOCSCOPE. **Prostitution revenue worldwide**. 2014b. Disponível em: <<https://www.havocscope.com/prostitution-revenue-by-country/>>. Acesso em: 13 Out. de 2019.

HAVOCSCOPE. **Prostitution: prices and statistics of the global sex trade**. Havocscope. 2015.

HELL, Julia.; STEINMETZ, George. The visual archive of colonialism: Germany and Namibia. **Public Culture**. Duke University Press, 2006.

HEYDEN, Ulrich van der. West Africa: 17th-18th century. In: PODDAR, Prem *et al.* **A historical companion to postcolonial literatures: continental Europe and its empires.** Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008, cap. 6., p. 256-257.

HUTTON, Joseph Edmund. **A history of moravian missions.** London: Moravian Publication Office, 1909. Disponível em: <https://missiology.org.uk/pdf/e-books/hutton/moravian-missions_hutton.pdf>. Acesso em: 01 de Dez. de 2019.

JONES, Loring et al. Globalization and human trafficking. **The Journal of Sociology & Social Welfare**, v. 34, 2007.

KAVEMANN, Barbara. RABE, Heike. **The act regulating the legal situation of prostitutes – implementation, impact, current developments: findings of a study on the impact of the german prostitution act.** 2007.

KIRSTGES, Christian. Immer mehr Prostituierte aus Osteuropa kommen nach Augsburg. **Augsburger Allgemeine**, 10 de Jul. de 2014. Disponível em: <<https://www.augsburger-allgemeine.de/bayern/Immer-mehr-Prostituierte-aus-Osteuropa-kommen-nach-Augsburg-id30512282.html>>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

KLEIBER, Dieter; VELTEN, Doris. **Prostitutionskunden: eine Untersuchung über soziale und psychologische Charakteristika von Besuchern weiblicher Prostituiertes in Zeiten von Aids.** 1994. Bonn: Bundesministerium für Gesundheit.

KLENK, Florian. Nackte Gewalte. **Zeit**, n. 40, 28 de Set. De 2006. Disponível em: <<https://www.zeit.de/2006/40/Prostitution/komplettansicht>>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

KOMMUNIKATIONSZENTRUM FÜR FRAUEN ZUR ARBEITS- UND LEBENSITUATION (KOFRA). **Stop Sexkauf: Auswirkung von Prostitution auf diese Gesellschaft.** KOFRA, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.kofra.de/hfm/Internet.Display.pdf>>. Acesso em: 20 de Out. de 2019.

KRAUS, Ingeborg. **The german model is producing hell on earth!**. 2016. Disponível em: <https://www.trauma-and-prostitution.eu/en/2016/11/02/the-german-model-is-producing-hell-on-earth/#_edn14>. Acesso em: 15 de Out. de 2019.

_____. **The “german model”**: 17 years after the liberalization of prostitution. 2018. Disponível em: <https://www.trauma-and-prostitution.eu/en/2018/06/19/the-german-model-17-years-after-the-legalization-of-prostitution/#_edn7>. Acesso em: 16 de Out. de 2019.

KURTHEN, Hermann. Germany at the Crossroads: national identity and the challenges of immigration. **International Migration Review**, v. 9, n. 4, 1995, p. 914-38.

LANGBEHN, Volker; SALAMA, Mohammad. Reconfiguring german colonialism. In: _____ (orgs.). **German colonialism: race, the holocaust, and postwar Germany.** New York: Columbia University Press, 2011, p. 5-27.

LEBENDIGES MUSEUM ONLINE (leMO). **Statistische Angaben zu den deutschen Kolonien.** 2014. Disponível em:

<<https://www.dhm.de/lemo/kapitel/kaiserreich/aussenpolitik/kolonien2>>. Acesso em: 01 de Dez. de 2019.

LEOPOLD, Beate; STEFFAN, Elfriede; PAUL, Nikola. **Dokumentation zur rechtlichen und sozialen Situation von Prostituierten in der Bundesrepublik Deutschland**. Tuttgart: Kohlhammer, 1994.

LOFF, Bebe; OVERS, Cheryl; LONGO, Paulo. Can health programmes lead to mistreatment of sex workers?. **The Lancet**, v. 361, 2003, p. 1982-1983.

LOSURDO, Domenico. Como nasceu e como morreu o “marxismo ocidental. **Estudos Sociológicos**, v. 16, n. 30, Araraquara, Unesp, 2011, p.213-242.

MAEDZA, Pedzisai. The kaiser's concubines: re-memembering African women in eugenics and genocide. **Philologie in Netz**, 2017. Disponível em: <<http://web.fu-berlin.de/phn/beiheft13/b13i.htm>>. Acesso em: 02 de Dez. de 2019.

MANDANI, Mahmood. Thinking about genocide. In: _____. **When victims become killers: colonialism, nativism, and the genocide in Rwanda**. Princeton University Press, 2001.

MANIFESTO DAS TRABALHADORAS SEXUAIS. 1ª Conferência Nacional de trabalhadoras sexuais na Índia, Calcutá, 14-16 de Novembro de 1997. In: TAVARES, Manuela. **Prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/prostituicaomantavares.pdf>>. Acesso em: 15 Out. 2019.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona. 2014.

_____. **Políticas das inimizade**. Lisboa: Antígona. 2017.

MCCLINTOCK, Anne. **Imperial leather: race, gender and sexuality in the colonial contest**. New York: Routledge, 1995. Disponível em: <https://selforganizedseminar.files.wordpress.com/2011/07/mcclintock_imperial-leather.pdf>. Acesso em: 02 de Dez. de 2019.

MENSCHNER, Michaela; MALLWITZ, Gudrun. So viele prostituierte sind offiziell in Berlin gemeldet. **Berliner Morgenpost**, Berlin, n. 226463841, 12 Jul. 2019. Disponível em: <<https://www.morgenpost.de/berlin/article226463841/So-viele-Prostituierte-sind-offiziell-in-Berlin-gemeldet.html>>. Acesso em: 17 Out. 2019.

MIGNOLO, Walter D.. The geopolitics of knowledge and the colonial difference”. **The South Atlantic Quarterly**, v. 101, n. 1, 2002, p. 57-95

_____. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p. 33-49.

_____. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. **RBCS**, v. 32, n. 94, junho/2017, p. 1-18. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v32n94/0102-6909-rbcso-3294022017.pdf>>. Acesso em: 19 de Dez. de 2019.

MORAN, Rachel; FARLEY, Melissa. Consent, coercion, and culpability: is prostitution stigmatized work or an exploitive and violent practice rooted in sex, race, and class Inequality?. **Archives of Sexual Behavior**, 2019, p. 1-7. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs10508-018-1371-8>>. Acesso em: 15 de Out. de 2019.

MÜLLER-GÜLDEMEISTER. Expertise zum Thema Deutsche Betroffene von Menschenhandel. **Bundesweiter Koordinierungskreis gegen Frauenhandel und Gewalt an Frauen im Migrationsprozess (KOK)**, 2011. Disponível em: <https://www.kok-gegen-menschenhandel.de/uploads/media/ExpertiseDeutscheBetroffene_MH05_12_2011.pdf>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

NORAK, Sandra; KRAUS, Ingeborg. Never again! Surviving liberalized prostitution in Germany. **Dignity: A Journal on Sexual Exploitation and Violence**, v. 3, n. 5, 2018. Disponível em: <<https://digitalcommons.uri.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1138&context=dignity>>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

OLIVAR, José Miguel Nieto. Banquete de homens: sensualidade, parentesco e predação na prática da prostituição feminina. **RBCS**, v. 26, n. 75, 2011.

ONKEN, Hinnerk. „Wir sind Deutsche, wir sind Weiße und wir wollen Weiße bleiben!“ – Die Debatte um die sogenannten „Rassenmischehen“ in „Deutsch-Südwestafrika“. **Sozial Geschichte**, v. 22, n. 3, 2007. Disponível em: <<https://www.hsozkult.de/journal/id/zeitschriftenausgaben-3880>>. Acesso em: 02 de Dez. de 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Global estimate of forced labour: results and methodology**. OIT. 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Profits and poverty: the economics of forced labour**. OIT. 2014. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_norm/---declaration/documents/publication/wcms_243391.pdf>. Acesso em: 13 de Out. de 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Global estimates of modern slavery: forced labour and forced marriage**. OIT. 2017. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_575479.pdf>. Acesso em: 13 de Out. de 2019.

OVERALL, Christine. What's wrong with Prostitution?: evaluating sex work. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 17, n. 4, 1992, p. 1-21. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3174532?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

PAULUS, Manfred. **Out of control**: on liberties and criminal developments in the redlight districts of the Federal Republic of Germany. 2014. Disponível em: <<https://ressourcesprostitution.wordpress.com/2014/05/06/m-paulus-out-of-control-on-liberties-and-criminal-developments-in-the-redlight-districts-of-the-federal-republic-of-germany/>>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

PENNINGTON, Julia R. *et al.* The cross-national market in human beings. **Journal of micromarketing**, v. 29, n. 119, 2008, p. 1-17.

PERSAUD, Randolph. Situating race in international relations. In: CHOWDRY, G.; NAIR, S. (orgs.). **Power, Postcolonialism and International Relations**. Londres: Routledge, 2002, p. 56-81.

PFULLMANN, Uwe. Ulrich van der Heyden, Rote Adler an Afrikas Küste: Die brandenburgisch-preußische Kolonie Großfriedrichsburg in Westafrika. **Comparativ**, v. 12, n. 2, 2001, p. 139-142. Disponível em: <<https://www.comparativ.net/v2/article/view/2273>>. Acesso em: 02 de Dez. de 2019.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, n. 37, 2002, p. 4-28.

_____. A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005, p. 107-130.

_____. Colonialidad del poder e clasificación social. **El giro decolonial**. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007, p. 93-126.

_____. Coloniality and modernity/ rationality. In: MIGNOLO, WALTER D.; ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Globalization and the decolonial option**. New York: Routledge, 2010, p. 22-32.

RAPHAEL-HERNANDEZ, Heike; WIEGMINK, Pia. German entanglements in transatlantic slavery: an introduction. **Atlantic Studies**, v. 14, n. 4, 2017, p. 419-435. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14788810.2017.1366009>>. Acesso em: 02 de Dez. de 2019.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. **Revista Bagoas**, v. 4 n. 5, 2010, p. 17-44.

ROCHA, Graziella do Ó. **A formação das agendas sociais privadas**: um estudo a partir da questão do trabalho escravo contemporâneo. 2009. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Política Social.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente [1978]. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001

SCELLES FOUNDATION. **Current assessment of the state of prostitution**. Tradução de Liv Gugmundson. 2011. Disponível em: <https://www.fondationscelles.org/pdf/RM4/1_Book_Prostitution_Exploitation_Persecution_Repression_Fondation_Scelles_ENG.pdf>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

SCELLES FOUNDATION. **Sexual exploitation: prostitution and organized crime**. Paris: Economica, 2012. Disponível em: <<https://www.fondationscelles.org/pdf/current-assessment-of-the-state-of-prostitution-2013.pdf>>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

SCELLES FOUNDATION. **Prostitution: exploitation, persecution, repression**. Paris: Economica, 2016. Disponível em: <https://www.fondationscelles.org/pdf/RM4/1_Book_Prostitution_Exploitation_Persecution_Repression_Fondation_Scelles_ENG.pdf>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

SCELLES FOUNDATION. **Sexual exploitation: new challenges, new answers**. Paris: Economica, 2019. Disponível em: <<https://www.issuelab.org/resource/sexual-exploitation-new-challenges-new-answers-5th-global-report.html>>. Acesso em: 21 de Out. de 2019.

SCHUNKA, Alexander. Migration in the German Lands: an introduction. In: COY, Jason; POLEY, Jared; SCHUNKA, Alexander. **Migrations in the German Lands: 1500-2000**. New York: Berghahn, p. 14-47, 2016

SCHUSTER, Peter. **Das Frauenhaus: städtische Bordelle in Deutschland (1350-1600)**, 1992.

SCHRADER, Paul. Fears and fantasias: German sexual science and its research on African sexualities, 1890-1930. **Sexualities**, 2019, p. 1-19.

SCHVEITZER, Ana Carolina. **Imagens do império: mulheres africanas pelas lentes coloniais alemãs (1884-1914)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2016.

SCHWARZER, Alice. **Eine welt ohne prostitution?**. 2013. Disponível em: <<https://www.emma.de/artikel/eine-welt-ohne-prostitution-311936>>. Acesso em: 16 de Out. de 2019.

SEBALD, Peter. Kolonialregime und Mischlinge. Das Beispiel der deutschen Kolonie Togo 1884-1914. In: WILLFRIED, Wagner (ed.). **Rassendiskriminierung, Kolonialpolitik und ethnisch-nationale Identität: Referate des 2. Internationalen Kolonialgeschichtlichen Symposiums 1991 in Berlin**, 1992.

SEO-YOUNG, Cho; DREHER, Axel; NEUMAYER, Eric. Does legalized prostitution increase human trafficking?. **World Development**, v. 41, 2013, p. 1-16.

SERNHEDE, Ove. Exoticism and death as a modern taboo: Gangsta Rap and the search for intensity. In: GILROY, Paul; GROSSBERG, Lawrence; MCROBBIE, Angela (eds.). **Without guarantees: in honour of Stuart Hall**. London: Vertigo, 2000, p. 302-318.

SHELLEY, Louise. **Human Trafficking: a global perspective**. New York: Cambridge University Press, 2010.

SHIVELY, Michael; et al. **A national overview of prostitution and sex trafficking demand reduction efforts: final report**. 2012. Disponível em: <<https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/238796.pdf>>. Acesso em: 14 de Out. de 2019.

SHOHAT, Ella; STAM, Robert. **Unthinking eurocentrism: multiculturalism and the media**. New York: Routledge, 2014.

SMITH, Andrea. Not an indian tradition: The sexual colonization of native peoples. **Hypatia**, v. 18, n. 2, 2003.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, 2007, p. 71-94.

SPACE INTERNATIONAL. **Testimonials**. 2019. Disponível em: <<https://www.spaceintl.org/about/testimonials/>>. Acesso em: 02 de Dez. de 2019.

STEINMETZ, George. **The devil's handwriting: precoloniality and the German colonial state in Qingdao, Samoa, and Southwest Africa**. Chicago: The University of Chicago Press, 2017.

STOLER, Ann L.. Making empire respectable: the politics of race and sexual morality in 20th-Century Colonial Cultures. **American Ethnologist**, v. 16, n. 4, 1989, p. 634-660.

_____. **Race and the education of desire: Foucault's history of sexuality and the colonial order of things**. London: Duke University Press, 1995.

TAVARES, Manuela. **Prostituição: diferentes posicionamentos no movimento feminista**. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.umarfeminismos.org/images/stories/pdf/prostituicaomantavares.pdf>>. Acesso em: 15 de Out. de 2019.

TELEGRAPH. **Welcome to paradise**. Telegraph, 2013. Disponível em: <<http://s.telegraph.co.uk/graphics/projects/welcome-to-paradise/#top>>. Acesso em: 18 de Out. de 2019.

TOBIN, Robert Deam. **Peripheral desires: the German discovery of sex**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2015.

TRASK, Haunani-Kay. 1993. **From a native daughter: Colonialism and sovereignty in Hawai'i**. Monroe, Maine: Common Courage Press.

UNODC. **The globalization of crime: a transnational organized crime threat assessment**. 2010. Disponível em: <https://www.unodc.org/res/cld/bibliography/the-globalization-of-crime-a-transnational-organized-crime-threat-assessment_html/TOCTA_Report_2010_low_res.pdf>. Acesso em: 15 de Out. de 2019.

UNTERNEHMERVERBAND EROTIK GEWERBE DEUTSCHLAND (UEGD). **Daten zur Sexarbeitsbranche 2000-2012**. UEGD. 2012. Disponível em: <http://www.uegd.de/images/stories/pdf-dateien/2012_uegd_daten_sexarbeitsbranche.pdf>. Acesso em: 16 de Out. de 2019.

VAUGHAN, Megan, 1991. **Curing Their Ills: colonial power and african illness**. Cambridge: Polity Press.

VICENTE, Ana Carbajosa. Alemanha: sexo, cerveja e salsicha por 15 euros. **El País**, 10 de Set. de 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/07/internacional/1536315988_570967.html>. Acesso em: 18 de Out. de 2019.

WALTHER, Daniel J. Sex, race and empire: white male sexuality and the “other” in Germany’s colonies, 1894-1914. **German Studies Review**, v. 33, n. 1, 2010, p. 45-71.

WALTHER, Daniel J. **Sex and control: venereal disease, colonial physicians, and indigenous agency in German colonialism, 1884-1914**. New York: Berghahn, 2015.

WEITZER, Ronald. Sociology of sex work. **Annual Review of Sociology**, v. 35, p. 213-234, 2009. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-soc-070308-120025>>. Acesso: 21 de Out. de 2019.

GLOBAL SLAVERY INDEX. **Germany**. 2016. Disponível em: <<https://www.globalslaveryindex.org/2018/findings/country-studies/germany/>>. Acesso em: 22 de Out. de 2019.